



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS (FCS)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA (PPGCP)

VINÍCIUS SAWCZENKO MORAIS PROVAZZI

O LADO OCULTO DA POLÍTICA EXTERNA:
O papel do Itamaraty como um agente da repressão durante a ditadura
militar brasileira (1964 – 1985)

GOIÂNIA
2023



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese Outro*: _____

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

VINICIUS SAWCZENKO MORAIS PROVAZZI

3. Título do trabalho

O LADO OCULTO DA POLÍTICA EXTERNA: O PAPEL DO ITAMARATY COMO UM AGENTE DA REPRESSÃO DURANTE A DITADURA MILITAR BRASILEIRA (1964 1985)

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Vinícius Sawczenko Moraes Provazzi, Discente**, em 22/05/2023, às 09:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **João Henrique Ribeiro Roriz, Professor do Magistério Superior**, em 03/06/2023, às 09:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3759395** e o código CRC **6FE99C74**.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS (FCS)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA (PPGCP)

VINÍCIUS SAWCZENKO MORAIS PROVAZZI

O LADO OCULTO DA POLÍTICA EXTERNA:
O papel do Itamaraty como um agente da repressão durante a ditadura
militar brasileira (1964 – 1985)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Goiás, Área de concentração em Relações Internacionais, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Área de concentração: Relações Internacionais

Linha de pesquisa: Política Internacional

Orientador: Professor Doutor João Henrique Ribeiro Roriz

GOIÂNIA
2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Provazzi, Vinícius Sawczenko Morais
O LADO OCULTO DA POLÍTICA EXTERNA [manuscrito] : O papel do Itamaraty como um agente da repressão durante a ditadura militar brasileira (1964 – 1985) / Vinícius Sawczenko Morais Provazzi. - 2023.
CXXXVI, 136 f.

Orientador: Prof. Dr. João Henrique Ribeiro Roriz.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Sociais (FCS), Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Goiânia, 2023.

Bibliografia.
Inclui siglas.

1. política externa brasileira. 2. CIEX. 3. ditadura militar. 4. Leonel Brizola. I. Roriz, João Henrique Ribeiro, orient. II. Título.

CDU 327



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº 1 da sessão de Defesa de Dissertação de **Vinícius Sawczenko Moraes Provazzi**, que confere o título de Mestre em **Ciência Política**, na área de concentração em **Relações Internacionais**.

Aos **dezessete de abril de 2023**, a partir das **10 horas**, em formato remoto via plataforma Google Meet no link meet.google.com/jdu-ivwu-bds, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada “**O lado oculto da política externa: o papel do Itamaraty como um agente de repressão durante a ditadura militar brasileira (1964-1985)**”. Os trabalhos foram instalados pelo Orientador, Professor Doutor **João Henrique Ribeiro Roriz [FCS/UFG]** com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professora Doutora **Alessandra Beber Castilho [IRI/USP]**, membro titular externo; Professor Doutor **Carlo Patti [FCS/UFG]**, membro titular interno. Durante a arguição os membros da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido o candidato **aprovado** pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo Professor Doutor **João Henrique Ribeiro Roriz**, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, aos **dezessete de abril de 2023**.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **João Henrique Ribeiro Roriz, Professor do Magistério Superior**, em 24/04/2023, às 21:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carlo Patti, Professor do Magistério Superior**, em 18/05/2023, às 16:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alessandra Beber Castilho, Usuário Externo**, em 19/05/2023, às 17:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3675987** e o código CRC **7D7875F9**.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer meus pais, Marcos e Dalva, minha madrasta Margarida, que sempre estiveram lá por mim. Agradeço também minha terapeuta, Isabella, que muito me ajudou durante este último ano de trabalho. Agradeço ao meu orientador, João Roriz, não só pela ajuda acadêmica, mas pela parceria e amizade. Por fim agradeço ao meu cachorro Ozzy, a melhor companhia que existe.

RESUMO

O objetivo desta dissertação é analisar os meios pelos quais a política externa brasileira, durante os anos da ditadura militar (1964 – 1985), foi instrumentalizada para fins de repressão política. Como estudo da história da política externa brasileira, esta pesquisa pertence à linha de pesquisa de Política Internacional, dentro da área de Relações Internacionais. O trabalho consiste em uma revisão da literatura e uma pesquisa em fontes primárias, na forma de documentos secretos dos arquivos do CIEX, a agência de espionagem do Itamaraty. Primeiro é feita uma revisão da literatura tradicional de política externa centrada no trabalho de Amado Cervo que, de forma geral, menospreza o papel do Itamaraty como um agente da repressão e enfatiza a política externa como um motor do desenvolvimento econômico do país. Em seguida, há uma revisão da literatura crítica que trata das diversas formas pelas quais a política externa foi um instrumento de repressão e perseguição política durante a ditadura. Por fim, é feita uma análise dos documentos secretos do CIEX que tratam da sua perseguição ao político asilado Leonel Brizola, no Uruguai, e também das ações de um dos agentes infiltrados do CIEX, Alberto Conrado, vulgo Altair. Conclui-se que o Itamaraty, entre os anos de 1964 e 1985, atuou ativamente como um membro do aparato reacionário, autoritário e antiesquerdista da ditadura. A pesquisa em fontes primárias revelou os métodos empregados pela agência para espionar não só Brizola, mas diversos outros indivíduos, incluindo o recrutamento de agentes civis, muitas vezes infiltrados em organizações de esquerda. Tais práticas eram de conhecimento do alto escalão do governo, que orientava os diplomatas para alterar ou destruir comunicações oficiais que tratavam do assunto. Identificou-se também a ideia de que o CIEX enxergava o seu trabalho como sendo parte importante da política externa brasileira, em sua missão de desenvolver o Brasil.

Palavras-chave: política externa brasileira, CIEX, ditadura militar, Leonel Brizola.

ABSTRACT

The objective of this dissertation is to analyze the means by which Brazilian foreign policy, during the years of military dictatorship (1964-1985), was used for political repression purposes. As a study of the history of Brazilian foreign policy, this research belongs to the line of research of International Politics, within the area of International Relations. The work consists of a literature review and research in primary sources, in the form of secret documents from the archives of CIEX, the Itamaraty's espionage agency. First, a review of the traditional foreign policy literature centered on the work of Amado Cervo is made, which generally downplays the role of Itamaraty as an agent of repression and emphasizes foreign policy as a driver of the country's economic development. Then, there is a review of critical literature that addresses the various ways in which foreign policy was an instrument of repression and political persecution during the dictatorship. Finally, an analysis is made of CIEX's secret documents, dealing with its persecution of the exiled politician Leonel Brizola in Uruguay, as well as the actions of one of CIEX's infiltrated agents, Alberto Conrado, also known as Altair. It is concluded that, between 1964 and 1985, Itamaraty actively acted as a member of the reactionary, authoritarian, and anti-leftist apparatus of the dictatorship. Research in primary sources revealed the methods used by the agency to spy not only on Brizola but also on various other individuals, including the recruitment of civilian agents, often infiltrated in left-wing organizations. Such practices were known to the upper echelons of government, who instructed diplomats to alter or destroy official communications on the subject. It was also identified that CIEX saw its work as an important part of Brazilian foreign policy, in its mission to develop Brazil.

Keywords: Brazilian foreign policy, CIEX, military dictatorship, Leonel Brizola.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

2ªSec/EMA - 2ª Seção do Estado-Maior da Armada

2ªSec/EMAer – 2ª Seção de Informações do Estado-Maior da Aeronáutica

2ªSec/EME - 2ª Seção do Estado-Maior do Exército

Adoc - Assessoria de Documentação da Política Exterior

AI-1 - Ato Institucional nº 1

AI-5 - Ato Institucional nº 5

AP - Ação Popular

BEX – Base Externa do CIEX

BEX-EO – Base Externa em Montevidéu

BRASEMB – Embaixada brasileira

CDH - Comissão de Direitos Humanos da ONU

CENIMAR - Centro de Informações da Marinha

CGI - Comissão Geral de Investigação

CGT - Comando Geral dos Trabalhadores

CIA - Agência de Inteligência Central

CIDH - Comissão Interamericana de Direitos Humanos

CIE - Centro de Informações do Exército

CIEX - Centro de Informações do Exterior

CIS52 - Comissão de Investigação Sumária de 1952

CIS64 - Comissão de Investigação Sumária de 1964

CIS69 - Comissão de Investigação Sumária de 1969

CISA – Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica

CNV - Comissão Nacional da Verdade

CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito

DINA - Polícia militar chilena

DOPS - Delegacias da Ordem Política Social

DSI/MRE - Divisão de Segurança Interna do MRE

DSN - Doutrina de Segurança Nacional

Ecosoc - Conselho Econômico e Social

ESG - Escola Superior de Guerra

Esni - Escola Nacional de Informações

EUA – Estados Unidos

FUNAG - Fundação Alexandre de Gusmão

GTI - Grupo Interministerial

JUC - Juventude Universitária Católica

MRE - Ministério das Relações Exteriores

OEA - Organização dos Estados Americanos

ONU – Organização das Nações Unidas

PCB - Partido Comunista Brasileiro

PE – Política Externa

PEB - Política Externa Brasileira

PEI - Política Externa Independente

PPGCP - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

RI - Relações Internacionais

Sedor - Secretária de Documentação de Política Exterior

SFICI - Serviço Federal de Informações e Contrainformações

SIAN - Sistema de Informações do Arquivo Nacional

SID - Serviço de Informação de Defesa

SNI - Serviço Nacional de Informações

UNE - União Nacional dos Estudantes

UP - Unidade Popular

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1. UMA POLÍTICA EXTERNA “AVANÇADA, DEMOCRÁTICA E ESQUERDISTA”?	23
1.1 Amado Cervo: introdução e fontes	23
1.2 A PEB da ditadura segundo Amado Cervo	27
1.3 Castello Branco e a “correção” de rumos pós golpe (1964-1967).....	29
1.4 Retomando os rumos da política externa	31
1.4.1 O pós 1967 e a recuperação de tendências	31
1.4.2 O pragmatismo da diplomacia e as forças externas.....	34
1.5 O enfoque paradigmático de Cervo para a política externa.....	37
1.5.1 A Ditadura Militar e o paradigma desenvolvimentista.....	39
1.6 Visentini e a multilateralização da política exterior	42
1.7 Ricupero e o consenso na política externa.....	44
1.8 Miyamoto e a política externa do regime	46
1.9 Considerações acerca da política externa avançada, democrática e esquerdista	52
CAPÍTULO 2. A LITERATURA CRÍTICA E A INSTRUMENTALIZAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA PARA FINS DE REPRESSÃO	55
2.1 Política externa como política pública.....	55
2.2 As Comissões de Inquérito do Itamaraty	57
2.3 Os Chanceleres e a Escola Superior de Guerra.....	61
2.4 As denúncias contra o Brasil em fóruns internacionais de Direitos Humanos	65
2.4.1 A CDH e o caso contra o Brasil	67
2.4.2 A CIDH e o casos contra o Brasil	70
2.5 O Brasil e o golpe no Chile.....	74
2.5.1 Contexto político do Chile e o golpe de 1973	74
2.5.2 O envolvimento brasileiro no golpe no Chile.....	76
2.5.3 Controvérsias a respeito do envolvimento brasileiro no Chile.....	80
2.6 A participação brasileira na Operação Condor	81
2.7 Os elos entre repressão e inteligência	84
2.8 O Centro de Informações do Exterior	85
CAPÍTULO 3. OS ARQUIVOS DO CIEIX: O CASO BRIZOLA E O ESPIÃO ALBERTO.....	93

3.1	A Política Externa brasileira e o Uruguai	94
3.2	O “pai fundador” do serviço secreto do Itamaraty	96
3.3	O contexto político de Leonel Brizola.....	101
3.4	O CIEX contra Brizola: monitoramento e espionagem	103
3.5	Altair, o agente duplo do CIEX	113
3.6	Considerações do CIEX sobre sua “natureza”	122
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....		124
REFERÊNCIAS		129

INTRODUÇÃO

No dia 9 de abril de 1964, através do Ato Institucional (depois chamado de AI-1), é confirmada a vitória dos golpistas militares que derrubaram o então presidente eleito do Brasil, João Goulart, por meio de um golpe de estado, apoiado por setores conservadores da sociedade civil e também pelo governo dos Estados Unidos. Estava inaugurado o regime ditatorial que governaria o país de 1964 até 1985.

Dentre as justificativas dadas pelos militares para a sua “revolução” – forma pela qual chamam o golpe – estava a “reconstrução” financeira, econômica, política, e moral do Brasil, que incluía a demonização, perseguição e destruição das forças de esquerda no país, em especial dos socialistas, conforme consta no preâmbulo do Ato Institucional n.º 1 (CASA CIVIL, 1964).

Os militares acusaram o governo anterior de tentar “bolchevizar” o país e prometeram “tomar medidas destinadas a *drenar o bolsão comunista*, cuja purulência já se havia infiltrado não só na cúpula do governo como nas suas dependências administrativas” (CASA CIVIL, 1964, p. 1, *grifo meu*).

O relatório elaborado pela Comissão Nacional da Verdade (CNV) em 2014 nos conta que a repressão promovida pela ditadura não tardou a começar, principalmente aquela voltada contra a esquerda:

Desde as primeiras horas, uma perseguição violenta atingiu sobretudo indivíduos e organizações mais identificados como esquerdistas, como o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), a União Nacional dos Estudantes (UNE), as Ligas Camponesas e grupos católicos como a Juventude Universitária Católica (JUC) e a Ação Popular (AP). (CNV, 2014, p. 132).

Sete em cada dez confederações de trabalhadores e sindicatos tiveram suas diretorias depostas (GASPARI, 2004, p. 121). Milhares de pessoas foram presas e a ocorrência de brutalidades e torturas foi comum. As violações dos direitos humanos promovidas pelo governo militar do Brasil são infames e conhecidas, incluindo: detenções ilegais e arbitrárias; tortura física e psicológica; violência sexual e de gênero, inclusive contra crianças e adolescentes; execuções; assassinatos e desaparecimentos forçados (CNV, 2014).

Através das informações compiladas pela Comissão Nacional da Verdade, fica evidente o empenho assassino da ditadura em perseguir e destruir fisicamente as organizações de esquerda no Brasil:

A ação de repressão que resultou em execuções e mortes sob tortura se dirigiu fundamentalmente contra militantes de organizações políticas como Ação Libertadora

Nacional (ALN), Partido Comunista Brasileiro (PCB), VAR-Palmares, Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), Partido Brasileiro Comunista Revolucionário (PCBR) e Partido Comunista do Brasil (PCdoB), e Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que, no conjunto, reúnem cerca de 50% do total. Entre os casos analisados pela CNV, 25% correspondem a pessoas sem militância política identificada e quase 2% a estrangeiros. O PCdoB e o PTB correspondem, cada um, a cerca de 3% do total de vítimas. Integrantes de algumas organizações, como Partido Social Democrático (PSD), Partido Operário Comunista (POC), Resistência Armada Nacional (RAN), Marx, Mao, Marighella e Guevara (M3G), Movimento Revolucionário 26 de Março (MR-26), Movimento Trabalhista Renovador (MTR), Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT), Partido Socialista Brasileiro (PSB) e Associação de Funcionários, somam cerca de 5% do total. (CNV, 2014, p. 609)

É evidente e bem documentado que a política interna da ditadura militar brasileira foi extremamente reacionária, repressiva e violenta em sua forma, principalmente no que tocava a eliminação daqueles que percebia como adversários políticos, nominalmente, as forças de esquerda.

Entretanto, esse consenso não existe no campo de estudos da história da política externa. Existem narrativas divergentes na área de História da Política Externa Brasileira (PEB) dentro do campo das Relações Internacionais (RI), tanto no que diz respeito ao caráter político da PEB durante os anos da ditadura militar, quanto ao posicionamento do Ministério das Relações Exteriores (MRE), ou Itamaraty, frente às violações de direitos humanos cometidas pelo aparato estatal brasileiro.

Letícia Pinheiro, pesquisadora da área de Relações Internacionais, define política externa como “o conjunto de ações e decisões de um determinado ator, geralmente [...] o Estado, em relação a outros Estados ou atores externos [...] formulada a partir de oportunidades e demandas de natureza doméstica e/ou internacional.” (PINHEIRO, 2004, p. 9).

Em outras palavras, “trata-se da conjugação dos interesses e ideias dos representantes de um Estado sobre sua inserção no sistema internacional, tal como este se apresenta ou em direção à sua reestruturação, balizados por seus recursos de poder.” (PINHEIRO, 2004, p. 9).

Sendo assim, este trabalho representa um estudo da história da política externa brasileira, preocupado com a atuação internacional da ditadura militar entre os anos 1964 e 1985. O trabalho está na linha de pesquisa de Política Internacional e da área de Relações Internacionais, do Programa de Pós Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Goiás. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Dentre a bibliografia brasileira de política externa, o livro “História da Política Exterior do Brasil”, escrito por Amado Cervo e Clodoaldo Bueno, e publicado pela primeira vez em 1992, constitui um dos mais importantes proponentes de uma historiografia entendida como “tradicional”, a respeito do papel do MRE e da política externa durante os anos de ditadura. A parte final do livro, assinada por Cervo, e que diz respeito aos anos de 1964 até o início do século XXI, contém um trecho importante que bem exemplifica essa tese tradicional. Ao falar sobre a política implementada pelo Itamaraty após o ano de 1967, Cervo diz o seguinte:

A busca – ou a obtenção – do consenso marcou o período, e a política externa pôde ser qualificada de avançada, democrática, até esquerdista, em oposição à política interna, tida por retrógrada em sua forma.” (CERVO; BUENO, 2011, p. 427; destaque meu).

Nas palavras de Cervo, a política externa colocada em prática durante a maior parte do regime militar no Brasil foi “avançada, democrática e esquerdista”. Além disso, ela estaria em oposição à política interna de repressão, tida como “retrógrada”.

À luz dessas citações, há um estranhamento: como um regime tão repressivo, abertamente antiesquerdista, responsável por tantas atrocidades, poderia ter uma parte de si que se comportaria de forma contrária? Isenta? Esquerdista? São essas indagações que servem de ponto de partida para este trabalho.

Conforme colocado por João Roriz (2022), essa literatura mais tradicional minimiza ou até desconsidera por completo as relações entre a política interna autoritária do regime e sua atuação externa. “Contra essa corrente, uma literatura crescente busca entender de forma crítica a diplomacia da ditadura e suas conexões com a repressão.” (RORIZ, 2022, p. 106).

Dentre os representantes dessa literatura mais crítica, destaca-se Pio Penna Filho. O autor caracteriza o MRE como um agente institucional comprometido com a repressão, e denuncia as tentativas do Itamaraty de ocultar o seu passado:

Por muitos anos, gerações de diplomatas afirmaram que a tradição e a autonomia desfrutada pelo Ministério das Relações Exteriores no âmbito do serviço público teria lhes permitido evitar uma associação com a repressão generalizada que se instalou no país após o Golpe de Estado de 1964. Tal, de fato, não ocorreu. Houve a colaboração em diversos níveis, seja participando ativamente do processo de “depuração” interna promovida pelos inquéritos ideológicos no período inicial da ditadura, seja montando um aparato de espionagem que atuava preferencialmente nos países onde havia maior número de exilados brasileiros (PENNA FILHO, 2009, p. 44)

Corroboram com os achados de Penna Filho, os trabalhos de pesquisadores como Adrianna Setemy, Alessandra Castilho e João Roriz, dentre outros, além do próprio relatório da Comissão Nacional da Verdade, que possui um capítulo específico sobre as violações que

tiveram o envolvimento do MRE. A ditadura teria não só perseguido seus oponentes, como também prestado suporte para golpes de estado em países vizinhos, como o caso do Chile.

Outras evidências da ligação do Itamaraty com a repressão incluem a participação, junto da Operação Condor, de uma rede de cooperação entre as ditaduras do Cone Sul para fins de repressão e violência. Ainda pode-se citar os casos de perseguição interna dentro do próprio Itamaraty, e também a existência do Centro de Informações do Exterior (CIEEX).

As ações do CIEEX, a agência secreta de espionagem do Itamaraty, são peças chave na argumentação de muitos autores da literatura crítica, pois evidenciam a participação direta do Itamaraty com a perseguição de brasileiros considerados como inimigos do regime ditatorial.

Dentre os brasileiros perseguidos pelo Itamaraty, estava Leonel Brizola, um político da esquerda trabalhista conhecido por sua atuação em defesa do governo de João Goulart. Após o golpe de 1964, Brizola se asila no Uruguai, e lá se torna uma liderança entre os brasileiros perseguidos pelo regime militar, articulando uma rede internacional que envolvia militantes de esquerda e contatos com governos esquerdistas, como o de Cuba.

O político brasileiro foi um dos principais adversários do regime militar e, portanto, um dos alvos principais do CIEEX. A história de Brizola no Uruguai está intimamente ligada com as origens da própria agência secreta do Itamaraty, já que o idealizador do CIEEX, o diplomata brasileiro e embaixador em Montevideu, Manoel Pio Corrêa, teria recebido a missão do próprio presidente Castello Branco, de vigiar e atrapalhar Brizola. A experiência de Pio Corrêa no Uruguai após 1964 foi uma das bases para a institucionalização do CIEEX a partir de 1966. Este caso será explorado afundo no decorrer da dissertação.

A pergunta de pesquisa que orienta esta dissertação é a seguinte: De que forma a política externa do Brasil foi instrumentalizada para fins de repressão durante a ditadura militar (1964 – 1985)? O objetivo central desta pesquisa é analisar os meios pelos quais a política externa brasileira, durante os anos da ditadura militar, foi instrumentalizada para fins de repressão.

A pesquisa parte da hipótese de que o Itamaraty mobilizou sua estrutura em diversas frentes para defender os interesses do regime, atuando como um agente da repressão, sendo o CIEEX um dos principais aspectos dessa instrumentalização, e o caso de Leonel Brizola um exemplo significativo nesse contexto.

Os objetivos secundários são: 1) revisar a literatura tradicional, analisando criticamente os argumentos dos autores que ignoram ou menosprezam o papel da política externa dentro do aparato de repressão da ditadura; 2) revisar a literatura crítica, coletando, organizando e analisando os meios pelos quais a política externa foi um dos instrumentos de repressão do regime militar; 3) analisar a fundo o caso de espionagem do CIEX contra o Brizola no Uruguai – por meio de uma pesquisa em fontes primárias de documentos secretos da época, procurando entender os métodos de atuação desta agência secreta na sua prática repressiva dentro do contexto da política externa brasileira.

Por meio destes objetivos, almeja-se traçar um panorama geral da política externa do regime militar, elencando os diferentes meios em que essa política foi utilizada para a repressão de inimigos políticos do governo, e contribuir para a construção do conhecimento acerca destes temas.

Esta pesquisa é descritiva e qualitativa. Conforme explicado por Gil (1999), as pesquisas descritivas têm o propósito de descrever as características de um determinado fenômeno e de estabelecer relações entre variáveis. Quanto à natureza qualitativa de um trabalho, Triviños (1987) explica que essa abordagem objetiva captar não apenas a aparência, mas também a essência de um fenômeno, e com isso esclarecer a sua origem, relações e mudanças. De acordo com Oliveira (2011, p. 26): “A análise dos dados tende a seguir esse processo indutivo [...]. As abstrações se formam ou se consolidam, basicamente, a partir da inspeção dos dados em processo de baixo para cima”.

Acerca da coleta de dados, esta pesquisa utilizou-se largamente de fontes primárias, na forma de documentos históricos, antes classificados como confidenciais, produzidos pelo CIEX. Acredita-se que a investigação de fontes primárias, escritas por agentes que participaram da formulação e execução da política externa brasileira, seja vital para se construir um entendimento mais profundo sobre as questões aqui investigadas.

Os documentos utilizados na pesquisa são provenientes dos arquivos digitais do Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN)¹, dos Arquivos do Itamaraty e sendo alguns pertencentes à Coletânea de Boletins da Agência de Inteligência Central (CIA)² dos Estados Unidos. Enquanto os documentos do SIAN, referentes ao CIEX e identificados pelo código identificados pelo código “BR DFANBSB IE”, foram baixados eletronicamente, os

¹ <https://sian.an.gov.br>. Coleta realizada ao longo do ano de 2022.

² <https://www.cia.gov/readingroom>. Coleta realizada ao longo do ano de 2019

documentos provenientes dos arquivos do Itamaraty foram obtidos através do professor Doutor Carlo Patti, Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP) da UFG, por meio de um compartilhamento na nuvem. A combinação destes documentos resultou num total de 7.158 páginas.

Estes documentos foram divididos em dois grandes grupos. O primeiro era composto por comunicações que o CIEX enviava para as demais agências de inteligência da ditadura brasileira, dentre elas o Serviço Nacional de Informações (SNI); o Centro de Informações do Exército (CIE); a 2ª Seção do Estado-Maior do Exército (2ªSec/EME); a 2ª Seção de Informações do Estado-Maior da Aeronáutica (2ªSec/EMAer); o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR); e a 2ª Seção do Estado-Maior da Armada (2ªSec/EMA). O segundo conjunto de documentos era composto por diversas comunicações internas do CIEX referentes à um de seus agentes secretos, Alberto Conrado, que detinha o codinome de Altair. Este grupo já estava organizado na forma de um dossiê pelos próprios arquivistas do SIAN.

Em seguida, os documentos do primeiro grupo foram filtrados através de uma pesquisa utilizando a palavra-chave “Brizola”, forma com que o CIEX sempre mencionava o político em suas comunicações. A filtragem encontrou 481 instâncias em que Brizola fora mencionado nos documentos. Todas as páginas em que a palavra-chave foi encontrada foram listadas em um arquivo e os documentos foram separados dos demais. O próximo passo foi a leitura de todos estes documentos, que representaram por volta de 260 páginas. Os trechos considerados mais importantes ou interessantes foram destacados e depois fichados.

O dossiê, pertencente ao segundo grupo, está organizado em um único arquivo de 812 páginas. O processo de análise se deu de forma semelhante ao anterior, consistindo numa leitura inicial de todas as páginas, em que os trechos mais pertinentes foram destacados e posteriormente fichados.

Para além dos arquivos do CIEX provenientes dos acervos do SIAN, foram também utilizados documentos produzidos pela CIA, disponíveis digitalmente.

Igualmente importante para o trabalho, foi a pesquisa bibliográfica em fontes secundárias. Esse processo envolveu uma revisão bibliográfica de alguns dos principais pesquisadores da área, para sistematizar suas hipóteses e conclusões e analisar o resultado dentro de uma coletânea de informações.

Foram utilizados autoras e autores que tratam da PEB, diplomacia e da ditadura militar

brasileira; historiadores da política externa; e também autores que falam especificamente sobre os casos de violações de direitos humanos cometidos pelo Itamaraty, envolvendo o CIEEX, e outras violações de direitos no campo internacional.

Dentre alguns nomes, destaca-se Amado Cervo, um dos principais preponentes da ideia de que a PEB da ditadura foi de fato avançada e democrática. Outras autoras e autores que compõem a revisão bibliográfica, e que apresentam entendimentos diferentes, são: Bruno Bernardi; João Roriz; Adrianna Stemy; Pio Penna Filho; Alessandra Castilho; Tanya Harmer; dentre outros. Ademais, os relatórios produzidos pela CNV acerca do período de ditadura militar foram revisados, além de matérias jornalísticas que foram relevantes.

Esta dissertação foi dividida em três capítulos principais, além da introdução e conclusão. O primeiro capítulo trata de uma revisão da literatura tradicional sobre política externa brasileira durante a ditadura, com um foco no trabalho de Amado Cervo, trazendo também uma discussão acerca da importância de seu trabalho para a área das Relações Internacionais e para o estudo da história da PEB.

O foco da revisão é a sessão escrita por Amado Cervo sobre a política externa da ditadura, contida no livro “História da Política Exterior do Brasil”. O capítulo trata também do conceito de enfoque paradigmático, utilizado por Cervo, para categorizar a política externa da ditadura. Outros autores que foram revisados neste capítulo, também representantes da literatura clássica de política externa, são: Paulo Gilberto Fagundes Visentini; Rubens Ricupero; e Shiguenoli Miyamoto.

O segundo capítulo busca sistematizar o papel do MRE como um agente de vigilância e repressão da ditadura. Nele são analisados alguns dos principais argumentos da literatura crítica ao papel do Itamaraty durante o regime ditatorial, através de uma revisão bibliográfica. O objetivo deste capítulo é o de organizar e analisar o conhecimento já produzido a respeito dos meios pelos quais a política externa brasileira serviu como um instrumento da repressão ditatorial.

Os temas abordados neste capítulo são: 1) a política externa como uma política pública; 2) as Comissões de Inquérito dentro do Itamaraty; 3) a ligação entre os chanceleres da ditadura e a Escola Superior de Guerra; 4) a ação da diplomacia nos fóruns internacionais para defender a ditadura contra denúncias de violações de direitos humanos; 5) o envolvimento do Itamaraty

com o golpe de Estado no Chile; 6) a participação brasileira na Operação Condor; 7) o uso da diplomacia para fins de repressão e espionagem por meio do CIEX.

Por sua vez, o terceiro capítulo trata de dois temas principais: 1) a atuação prática do CIEX no Uruguai para fins de espionagem do político asilado Leonel Brizola durante os anos de 1964 até 1978; 2) as ações do agente duplo empregado pelo CIEX no Uruguai, Alberto, de codinome Altair. As primeiras sessões do capítulo incluem uma revisão geral sobre a política externa do Brasil com o Uruguai no período da ditadura; uma discussão acerca do criador do CIEX, o embaixador Manuel Pio Corrêa e suas ligações com o Uruguai e com Brizola; e uma contextualização do papel de Brizola como líder da esquerda brasileira.

Essas sessões iniciais são fruto de uma revisão da literatura, utilizando artigos, livros e também matérias jornalísticas. As duas últimas sessões do capítulo representam os resultados de uma pesquisa em fontes primárias dos documentos secretos do CIEX, que tratam tanto de Brizola quanto de Alberto.

A última parte da dissertação apresenta as conclusões da pesquisa, onde os principais temas tratados nos capítulos anteriores são retomados para uma discussão final acerca dos resultados encontrados.

CAPÍTULO 1. UMA POLÍTICA EXTERNA “AVANÇADA, DEMOCRÁTICA E ESQUERDISTA”?

Sobre a PEB exercida durante grande parte do regime militar no Brasil, somam-se aos adjetivos: “avançada”, “democrática” e “esquerdista”, previamente citados, os princípios de: “Universalismo e autonomia, ajustabilidade e flexibilidade, dinamismo e coragem” (CERVO; BUENO, 2011, p. 425). Essas são as palavras de Amado Luiz Cervo na obra “História da Política Exterior do Brasil”.

Faz-se importante a análise desse livro em particular, dentro do esforço de entender o porquê de qualidades tão elevadas como essas terem sido atribuídas às políticas exercidas por um governo violador de direitos humanos.

Este capítulo tem como objetivo revisar e sistematizar a tese tradicional da história da política externa da ditadura militar, elaborada por Cervo. Procura-se entender os argumentos utilizados pelo autor por meio de uma revisão bibliográfica de sua obra, em específico a introdução e a parte III do livro. Busca-se também discutir a importância dessa obra dentro do cânone das Relações Internacionais e como essa tese dialoga com o arcabouço teórico do campo.

1.1 Amado Cervo: introdução e fontes

Dentro da área de estudos das Relações Internacionais no Brasil, o livro “História da Política Exterior do Brasil” pode ser considerado como um clássico. Sendo publicado pela primeira vez em 1992, foi revisado na sua terceira edição e possui até o presente momento 5 edições, sendo a mais recente datada de 2015, lançada pela editora da Universidade de Brasília (UnB).

Antônio Carlos Lessa (2002), em sua resenha, destaca como a obra supera as limitações de uma interpretação centrada apenas no Estado e na história oficial, se colocando como um marco do pensamento das RI produzido no Brasil, emprestando “contemporaneidade aos esforços de formação que se repetem nos bancos universitários” (LESSA, 2002, p. 188).

Carlos Lessa continua dizendo que os autores colocam em evidência os processos estruturais de longa duração que “deram sentido às escolhas da Nação, como também estabelecem as responsabilidades assumidas pelos diferentes segmentos sociais e pelo Estado na conformação dos rumos seguidos pelo país” (LESSA, 2002, p. 189).

Dentro desta perspectiva, Cervo e Bueno “explicam a natureza supletiva da ação internacional, que se presta a buscar no meio internacional condições para a realização do interesse nacional no plano interno” (LESSA, 2002, p. 189).

Mas, talvez, a parte mais importante da resenha de Carlos Lessa seja a final, que explana a importância da obra em questão para o ensino de Relações Internacionais no Brasil, implicando, portanto, no peso que os argumentos contidos no livro possuem dentro do processo de formação de profissionais, acadêmicos, ou não, das RI no país:

Os autores trazem a lume em 2002 [ano da 2ª edição], quando a comunidade de especialistas assumiu uma outra dimensão e se alastraram os cursos de graduação em relações internacionais, um livro que tem um impacto muito mais importante para a reflexão e para o ensino de relações internacionais no Brasil do que a primeira edição teve há dez anos atrás. Tem-se agora uma obra que [...] chega para ensinar e alertar uma geração de quadros especializados numericamente muito superior – jovens profissionais que se situarão no mercado de trabalho nas interfaces entre o público e o privado e que atuarão formulando políticas e defendendo interesses justamente dos atores sociais que perdem e ganham com os erros e acertos das interações do Brasil com o meio internacional. Que aprendam, pois, a ter em conta a magnitude desses interesses com o jovem clássico da historiografia brasileira de relações internacionais no qual se transformou o presente *História da Política Exterior do Brasil*. (LESSA, 2002, p. 190, grifo do autor)

Para o autor e diplomata de carreira, Paulo Roberto Almeida (2020), Amado Cervo representou uma nova corrente dentro da pesquisa universitária, uma que combinava um alto rigor na consulta às fontes primárias com uma abordagem “social”, ou seja, que compreendia também os aspectos políticos e econômicos da história diplomática.

Almeida destaca que é da autoria de Cervo o primeiro trabalho que trouxe de forma exaustiva a documentação acerca do papel singular do Parlamento Brasileiro nas relações exteriores do país. O diplomata também destaca em especial a obra aqui estudada:

Amado Cervo já tinha assinado com o professor Clodoaldo Bueno, da UNESP, Campus de Marília, um utilíssimo (ainda que sintético) livro sobre A Política Externa Brasileira, 1822-1985 (1986), uma espécie de ensaio geral à obra mais completa que ambos publicaram recentemente: *História da Política Exterior do Brasil* (1992; 2020). *Essa obra marcou época na bibliografia recomendada para o estudo da diplomacia e da política externa do Brasil, passando a ser utilizado por praticamente todos os candidatos ao exame de ingresso na carreira diplomática nos trinta anos seguintes* (ALMEIDA, 2020, p. 4, grifo meu)

Fica em evidência então a importância desse livro, não só para a formulação de conhecimento das relações internacionais do Brasil, mas também como um manual que os aspirantes à carreira de diplomacia tiveram que estudar a fundo por mais de 30 anos.

Almeida (2020) também põe em foco diversas contribuições de Cervo para a área, como a organização de seminários com convidados do exterior; uma extensa lista de artigos científicos; e a elaboração de diversos livros, seja como autor, como organizador ou em colaboração, demonstrando como o autor é alguém de destaque dentro do campo das RI.

No entanto, as qualificações elogiosas se estendem ainda mais, pois Cervo não só teria publicado obras importantes, como também prestado bons serviços à “causa do internacionalismo acadêmico” e da pesquisa histórica no Brasil, “pela dedicação ao conhecimento exaustivo dessas questões e pelo compromisso didático sempre renovado a cada semestre de atividades docentes” (ALMEIDA, 2020, p. 7).

Uma das razões de se estudar Amado Cervo se demonstra a partir da visão com que o próprio autor tem a respeito das funções que um acadêmico, em sua vida pública, deve ter com a diplomacia, um papel que seria ativo na sua formação.

Em depoimento ao CPDOC, Cervo (2017, p. 13) responde que o acadêmico deve ter duas “funções”, ou “responsabilidades”. A primeira é o dever de produzir conhecimento em seu campo de estudo, e a segunda é a de “subsidiar” a decisão. Cervo cita como exemplo o seu próprio caso, como um estudioso da política exterior: “a minha pretensão é subsidiar as decisões do Estado; em termos de objetivos e estratégias externas, quais são as necessárias, as convenientes, as adequadas, quais são as inconvenientes, as inadequadas; quais os erros possíveis de uma estratégia externa.” (CERVO, 2017, p. 14).

Logo em seguida Cervo fala da necessidade do estudioso de produzir conhecimento “útil”, inovador e que seja capaz de “fundamentar, de orientar as decisões dos agentes que devem tomar as decisões, dos responsáveis pelas decisões.” (CERVO, 2017, p. 14). Ou seja, Cervo se enxerga, em seu papel como estudioso da política externa, como um ator que tem uma parcela de participação na formulação de tal política brasileira, ao menos em tese.

No início da obra “História da Política Externa do Brasil”, os autores escrevem que, após a sua independência de Portugal, a política exterior do Brasil serviu, sem grandes exceções, à “paz entre os povos” (CERVO; BUENO, 2011, p. 13). Eles também afirmam que houveram momentos em que a leitura do “interesse nacional” feita pelos “homens de Estado”, se voltaram para políticas mais restritivas, que deram primazia à seguimentos sociais “prejudiciais à nação”, e outros em que esse tal interesse nacional “foi atendido de forma mais global e abrangente – e, nessas circunstâncias, a política perdeu seu caráter conjuntural para ferir as estruturas e tornar-se prospectiva” (CERVO; BUENO, 2011, p. 13).

Entende-se aqui que, para os dois, existiram períodos em que a PEB foi conjuntural, ou seja, lidou apenas com a situação presente, podendo estar voltada aos interesses de grupos “prejudiciais” ao Brasil, e outros, em que essa política foi capaz de ser “global e prospectiva”

– podendo então construir estruturas de longo prazo, que atenderiam ao “interesse nacional” do Brasil, tanto interno, quanto externo, dentre os outros atores internacionais.

Cervo e Bueno deixam explícitos os dois objetivos da obra: “consolidar o conhecimento elaborado sobre as relações internacionais do Brasil e revestir a síntese resultante desse esforço com uma nova interpretação histórica (CERVO; BUENO, 2011, p. 13).

Entende-se essa nova interpretação histórica em contraposição à uma interpretação anterior, “apologética e limitada quanto ao objeto e à capacidade explicativa” (CERVO; BUENO, 2011, p. 16), chamada de história diplomática tradicional, que, baseando-se apenas em veicular os argumentos oficiais das chancelarias, produzia apenas uma história superficial dos fatos diplomáticos. A respeito da nova história diplomática, da qualidade das fontes e do escopo teórico da pesquisa, Almeida diz o seguinte a respeito da obra de Cervo e Bueno:

Não seria o caso de retomar aqui as características e virtudes da ‘nova história diplomática’ inaugurada por Cervo e Bueno. Caberia, entretanto, sublinhar a metodologia ‘renouviniana’ no trabalho com as fontes primárias, uma bem-vinda ênfase nas questões econômicas do relacionamento externo, a valorização do multilateralismo – tema praticamente inexistente nos manuais tradicionais – e a adoção de uma perspectiva de longo curso na identificação das grandes fases da política externa: a ‘conquista e o exercício da soberania’ (para a época imperial), ‘dos alinhamentos ao nacional-desenvolvimentismo’ (para o período republicano até 1964) e o ‘nacionalismo pragmático’ (para a fase recente). Ambos os autores parecem aderir às concepções comuns à maior parte dos historiadores universitários, tendentes a acreditar que as relações internacionais do Brasil se movem alternativamente entre o paradigma “liberal conservador” – por definição contrário ao “interesse nacional” – e o projeto ‘nacional desenvolvimentista’ (ALMEIDA, 2020, p. 5)

Importante para a questão do porquê caracterizar a política externa da ditadura militar brasileira como esquerdista, avançada e democrática, podem ser as fontes utilizadas pelos autores para escreverem o livro. Cervo e Bueno utilizaram em sua pesquisa, dentre outros, os volumes de documentos produzidos pela política externa do Brasil, coletados pelo Arquivo Histórico do Itamaraty, parte localizado no Rio de Janeiro e parte em Brasília (CERVO; BUENO, 2011, p. 14). Sobre esse assunto, a Introdução do livro narra o seguinte:

Apesar de distribuída a tarefa entre dois pesquisadores [Cervo e Bueno], a apreensão e a análise da rica experiência histórica brasileira em termos de política internacional, com o intuito de redigir uma obra, não poderia ser realizada dentro dos arquivos. A eles se dirigem especialistas, que produzem estudos específicos sobre temas ou períodos da história, que servem de base para construção ou revisão de sínteses. No presente caso, os autores também recorreram a importantes coleções de documentos históricos publicados, tanto para checar o conhecimento elaborado quanto para cobrir lacunas da historiografia, como, por exemplo, as décadas finais do Império, a República Velha de 1912 a 1930 e o período posterior a 1964. (CERVO; BUENO, 2011, p. 15).

De acordo com este trecho, os dois pesquisadores utilizaram, além de sua própria pesquisa nos arquivos do Itamaraty, trabalhos de outros pesquisadores que também produziram estudos através da análise dessas fontes de arquivo. Outro ponto são as coleções de documentos históricos publicados, que o livro cita como sendo de “mais importância” (CERVO; BUENO, 2011, p. 5), dentre outras: as publicações regulares de documentos diplomáticos do Itamaraty, que começam a partir de 1964, sendo elas as séries “Textos e Declarações sobre Política Externa” (1964-1965), “Documentos de Política Externa” (7 v., de 1967 a 1973) e “Resenha de Política Exterior do Brasil”, uma revista trimestral iniciada em 1974.

O livro também cita “Os Anais do Parlamento brasileiro” e “outras coleções menores”, como as “Atas do Conselho de Estado” e as “Consultas da Seção dos Negócios Estrangeiros” (CERVO; BUENO, 2011, p. 5).

É interessante notar que essas publicações são de caráter oficial, produzidas por funcionários do próprio Estado brasileiro, incluindo agentes da chancelaria, sendo, então, os fatos contados pela perspectiva do próprio Estado Brasileiro, incluindo o período em que estava sob o comando dos militares.

Destaca-se que os “textos do Itamaraty” começam a ser produzidos a partir de 1964, ano do golpe civil-militar; que as “Declarações sobre Política Externa” foram publicadas durante o primeiro ano do regime militar; que os “Documentos de Política Externa” foram produzidos apenas durante governos de generais; e que a revista “Resenha de Política Exterior do Brasil” começou a ser publicada mais de 10 anos antes do fim da ditadura.

1.2 A PEB da ditadura segundo Amado Cervo

Partindo para os argumentos construídos por Cervo a respeito da PEB da ditadura militar, a parte III se inicia com um resumo geral do período. De forma sintética, o autor considera que: “O regime militar que se instalou no Brasil, em abril de 1964, estabeleceu um padrão de relações externas, com o qual veio a romperem 1967, ao engajar-se em projeto de longo prazo” (CERVO; BUENO, 2011, p. 393).

Esse trecho define uma das premissas centrais da tese presente no livro, a de que existia uma certa tradição da política implementada pelo Itamaraty. Ela seria desenvolvimentista, independente e focada no longo prazo, construída e formulada ao longo de décadas, com uma interrupção após o golpe de 1964 e o seguinte governo de Castello Branco. Após 1967 ela é aprimorada e atualizada pelos presidentes militares seguintes, perdendo força durante o governo

Figueiredo, o ultimo da ditadura, mas mantendo seus princípios. Essa tese é explorada a fundo no decorrer das próximas páginas. Reforçando a síntese apresentada, o texto segue explicando:

Havendo inicialmente regredido às concepções da nova ordem internacional engendrada pelos Estados Unidos no imediato pós-guerra, consoante os parâmetros do liberalismo econômico e das fronteiras ideológicas, *o regime militar recuperou em pouco tempo as tendências da política externa brasileira, acopladas ao projeto histórico das últimas décadas*, ante a perspectiva de se poder utilizar a variável externa como instrumento apto a preencher requisitos para o desenvolvimento, na linha dos esforços empreendidos por Vargas e Kubitschek e dos propósitos inerentes à Política Externa Independente do início dos anos 1960. Dessa forma, as demandas internas do desenvolvimento converteram-se no vetor da política externa, destinada a criar e a viabilizar os meios com que viessem a se articular a participação externa, suas modalidades e sua intensidade, com a intervenção reguladora ou empreendedora do Estado e a dinâmica da sociedade. (CERVO; BUENO, 2011, p. 393, *grifo meu*).

Presente na citação anterior está outro princípio importante para os autores, a de que a política externa brasileira, quando tocada com os interesses nacionais em primeiro lugar, serviria como um vetor externo das necessidades internas de desenvolvimento econômico do Brasil. A política externa agiria com um meio de se potencializar e concretizar o desenvolvimento das capacidades econômicas do Estado e da sociedade brasileira.

Ao defender a continuidade dessas políticas durante a maior parte da ditadura, o autor explica que as variações desse modelo, percebidas através do tempo, eram causadas menos por pressões ideológicas e políticas circunstanciais, e mais devido aos entraves criados pelo sistema internacional e pela realidade interna do Brasil. (CERVO; BUENO, 2011, p. 393).

No sentido de agir como um vetor para o desenvolvimento econômico interno e para a independência externa, Cervo chega a dizer que a PEB do regime militar contou com um “*período de êxitos incontestáveis*” (CERVO; BUENO, 2011, p. 394, *grifo meu*), e que os governos civis posteriores não atingiram o mesmo grau de excelência, chegando inclusive a abandonar o modelo desenvolvimentista:

após um período de êxitos incontestáveis, o modelo de política externa, conquanto se mantivesse no plano das intenções, perdeu força operativa a partir de 1980, no que tange à capacidade de subsidiar o desenvolvimento autossustentado, e nem o regime civil foi capaz de revitalizá-lo. Em 1989, concluía-se o ciclo desenvolvimentista da política exterior inaugurado por Vargas nos anos 1930. Ao invés de servir à inserção madura no mundo interdependente, a política exterior perdeu seu Norte desde 1990, caracterizando-se pela dispersão operacional entre os interesses do desenvolvimento e a subserviência às novas estruturas e formas do poder global. (CERVO; BUENO, 2011, p. 394).

Importante para o argumento exposto no livro é que, apesar desse “êxito”, como foi colocado, existiu um período em que a política externa do Brasil, durante a ditadura, assumiu

um caráter considerado de forma mais negativa pelos autores, diferente do que veio depois, contrário aos princípios que já vinham sendo empregados, “um ponto fora da curva” por assim dizer. Esse desvio, ou “correção”, como Cervo coloca, foi o governo do primeiro general pós golpe de 1964, Castello Branco.

1.3 Castello Branco e a “correção” de rumos pós golpe (1964-1967)

Cervo descreve literalmente as intenções do general para a PEB com as palavras: “correção de rumos” e também como “um passo fora da cadência” (CERVO; BUENO, 2011, p. 394). Isso indica duas coisas: primeiro, que existia previamente uma certa linha a ser seguida pela PEB, e que esse período representou uma mudança daquilo que já havia sido feito, no sentido de corrigir o que os operadores da política consideravam como errôneo.

Conforme discorre o livro aqui estudado, Castello junto de Vasco Leitão da Cunha, seu ministro das Relações Exteriores, “propuseram-se a dismantelar os princípios que regiam a Política Externa Independente” (CERVO; BUENO, 2011, p. 394).

No livro “Relações Internacionais do Brasil (1945-1964)”, escrito por Pedro Sampaio Malan, o autor descreve esses princípios da Política Externa Independente (PEI) como sendo o nacionalismo, a base da industrialização brasileira, o ideário da Operação Pan-Americana e a autonomia do Brasil em face da divisão bipolar do mundo e da hegemonia norte-americana sobre a América Latina (MALAN, 1984). Menciona também a substituição do embaixador brasileiro em Washington, colocando no lugar Juracy Magalhães, alguém que seria mais alinhado com a nova política externa pró-norte americana.

No que diz respeito às fontes utilizadas por Cervo e Bueno, a nota de rodapé desta página esclarece que as principais coleções documentais “publicadas pelo Itamaraty nesse período são Textos e Declarações sobre Política Externa, Relatório e Resenha de Política Exterior do Brasil. Quando não forem indicadas outras fontes, as citações no texto provêm dessas publicações.” (CERVO; BUENO, 2011, p. 395). Mais uma vez, isso indica uma forte relevância de textos provenientes de fontes oficiais do Itamaraty como fontes de pesquisa.

Continuando a discorrer sobre a política do governo Castello, a “correção de rumos”, termo constantemente usado no livro, buscou o expurgo dos princípios anteriores, e a substituição destes por novos princípios:

Julgou-se necessário retificar o “curso sinuoso” que, sob “rótulos variados”, havia desviado a política externa de suas origens. A Chancelaria e a Presidência abriram fogo contra a Política Externa Independente, deturpada e sem “utilidade descritiva” em face da realidade bipolar; contra a política neutralista, que não servia a um país externamente ativo como o Brasil; contra o nacionalismo prejudicial, que afugentava

o capital estrangeiro; contra a estatização, que obstruía sua penetração e o desenvolvimento da livre empresa; e contra a ruptura de laços afetivos e políticos com Portugal e o Ocidente, em nome do anticolonialismo. (CERVO; BUENO, 2011, p. 395).

Cervo destaca que a política externa implementada pelo governo entre 1964 até 1967 tinha três princípios norteadores (CERVO; BUENO, 2011). O primeiro é a “bipolaridade”, que tinha um caráter interno de combater o inimigo ideológico presente no Brasil usando as Forças Armadas como polícia; e externo, num alinhamento aos Estados Unidos e às forças capitalistas contrárias à União Soviética e ao socialismo, o inimigo ideológico vindo de fora, em outras palavras, o anticomunismo como princípio.

O segundo é a “abertura ao capital estrangeiro”, ou seja, se contrapor aos projetos nacionalistas e de estatização e criar as condições para que o Brasil se abrisse ao livre mercado capitalista. E o terceiro é a “contradição”, que seriam diretrizes remanescentes e em contraposição aos dois princípios expostos anteriormente, um “nacionalismo e o universalismo mitigados, que denotavam o descompasso entre as diretrizes ideológicas e o realismo da política internacional.” (CERVO; BUENO, 2011, p. 396).

Neste trecho, o autor menciona um descompasso entre o que seriam as “diretrizes ideológicas”, ou, em outras palavras, o que pode ser entendido como o “idealismo” do governo de Castello, que caem por terra quando defrontados com o “realismo da política internacional”, como o autor coloca. Esta passagem remete ao que foi escrito da introdução do livro, onde é explicado que existiram momentos em que a PEB foi direcionada por princípios errôneos, que não atendiam ao interesse nacional, e sim por ideias restritivas dos “homens de Estado” que estavam no poder no momento.

Essa dicotomia fica clara quando comparada com o modo com que a política externa pós 1967 é descrita a seguir. Ao longo dessa sessão do livro, a PEB desse período ainda é descrita como anacrônica, equivocada, como limitadora da soberania nacional e como fonte de perda de prestígio internacional. “As relações bilaterais com os países da América Latina foram secundárias durante o governo de Castello Branco (CERVO; BUENO, 2011, p. 403).

E, no fim de tudo, conforme explica o livro, os resultados esperados pelo presidente nunca vieram: “A ação do Brasil no continente, apesar de coerente e servil, não obteve dos Estados Unidos ou do Ocidente a contrapartida esperada em termos de ajuda ao desenvolvimento.” (CERVO; BUENO, 2011, p. 404).

Nas palavras do próprio autor, o projeto de política externa de Castello Branco “teve vida curta e apresentou resultados efêmeros, porque não marchava com o tempo nem veio a

corresponder em escala aceitável a necessidades, interesses e aspirações nacionais.” (CERVO; BUENO, 2011, p. 397).

1.4 Retomando os rumos da política externa

Conforme explicado por Cervo nessa sessão da obra, entender a política externa do regime militar como uma unidade, comum em seus propósitos, é um erro, pois esse tipo de interpretação “não levou em conta o papel do Estado como articulador do processo produtivo e das pressões oriundas das necessidades sociais.” (CERVO; BUENO, 2011, p. 407).

Assim, ele informa que houveram diferenças entre as políticas dos vários ditadores brasileiros, e passa então a explicar quais foram as mudanças que ocorreram entre os governos. Em 1967, o segundo general a governar o Brasil durante a ditadura, Artur da Costa e Silva, assume o poder.

Quanto à sua política externa, Cervo a considera como uma retomada de rumos, e os adjetivos que utiliza para caracterizá-la não poderiam ser mais opostos aos que utilizou para falar da política de Castello. “Universalismo e autonomia, ajustabilidade e flexibilidade, dinamismo e coragem” (CERVO; BUENO, 2011, p. 425).

Desse modo, é considerada a PEB que começa com Costa e Silva em 1967, e que continua com os próximos generais ditadores, Emílio Médici de 1969 até 1974, e Ernesto Geisel de 1974 até 1979.

1.4.1 O pós 1967 e a recuperação de tendências

Costa e Silva teria empreendido uma reformulação das diretrizes da política externa de seu antecessor, saindo de uma visão ideológica e conjuntural do Sistema Internacional, e estabelecendo uma visão mais “realista” e propositiva para o Brasil:

procedendo à nova limpeza de posições e determinando um curso que, desta feita, permaneceu inalterável em sua essência. [...] constatou-se a inviabilidade das análises que pretendem dar inteligibilidade orgânica à política externa, mediante o uso de categorias explicativas isoladas, como a das fronteiras ideológicas, da Guerra Fria, do desenvolvimento dependente, da missão subimperial, das relações especiais com os Estados Unidos, da aspiração à potência, da hegemonia regional, que frequentemente confundem a causalidade com os meios e os resultados, além de não traduzirem com objetividade as percepções do interesse nacional. (CERVO; BUENO, 2011, p. 407, 408).

Para Cervo, essa literal “nova correção de rumos” (CERVO; BUENO, 2011, p. 408) se deu devido às contradições do período anterior, pelo desastre da política bipolar, pelas críticas vindas, tanto de setores da direita quanto da esquerda, e também pelo que ele chama, mas não

discorre, de “aspirações sociais”. O governo de Costa e Silva não teria aguardado sequer um dia para dar início ao processo de demolição dos conceitos implantados por seu antecessor (CERVO; BUENO, 2011, p. 409).

Essa nova doutrina foi apelidada de “Diplomacia da Prosperidade”, pelo próprio ministro das Relações Exteriores da época, José Magalhães Pinto. Os autores do livro se limitam a utilizar o termo oficial da diplomacia do regime, consagrado pelo próprio ditador Costa e Silva, que teria enterrado a política de Castello, sem problematizá-lo:

A nova doutrina, rotulada de ‘Diplomacia da Prosperidade’, foi exposta por José de Magalhães Pinto, ministro das Relações Exteriores, em seu discurso de posse, em 15 de março de 1967, no Itamaraty, [...] Em perfeita sintonia de pensamento, Costa e Silva veio a público em 16 de março, por ocasião da primeira reunião ministerial de seu governo, e reiterou suas concepções em Punta dei Este (12 de abril), quando da reunião dos chefes de Estado americanos. Em 15 de abril de 1967, ante o mesmo auditório do Itamaraty, numa réplica, ponto por ponto, ao célebre discurso de Castello Branco de 31 de julho de 1964, *sepultou em definitivo o modelo de política externa avançado pelo primeiro governo militar*. (CERVO; BUENO, 2011, p. 409, *grifo meu*).

Em primeiro lugar, a Diplomacia da Prosperidade veio, segundo Cervo (2011, p. 409), eliminar conceitos que o autor classifica como “inadequados” frente ao “momento histórico” em que o mundo se encontrava. Estes conceitos foram os da: bipolaridade, segurança coletiva, interdependência militar, e ocidentalismo.

Na prática, esses princípios representavam uma visão de mundo onde predominava o conflito ideológico Oeste-Leste, e, portanto, a necessidade de o Brasil se alinhar, inclusive militarmente, ao Ocidente capitalista, aos Estados Unidos; contra o Leste socialista, a União Soviética.

Retomando mais uma vez a ideia do antagonismo entre a política externa particularista e ideológica frente a política externa que de fato tem o tal “interesse nacional” em mente, fica evidente que os autores do livro consideram a PEB iniciada (ou até retomada) pela “Diplomacia da Prosperidade”, como sendo esse segundo tipo de política.

Para Costa e Silva, e aparentemente para Cervo e Bueno, a ação diplomática estaria agora colocada “a serviço do desenvolvimento, mediante o máximo aproveitamento das oportunidades que o setor externo possa oferecer à aceleração do progresso e à modernização do país” (CERVO; BUENO, 2011, p. 410).

Para então acelerar o progresso e a modernização do Brasil, a contribuição da política externa (CERVO; BUENO, 2011) foi pensada em três eixos: 1) reformulação das estruturas do comércio internacional, visando a ampliação das exportações brasileiras; 2) pela via da cooperação internacional, obter avanços técnico científicos vitais para o desenvolvimento

brasileiro; e 3) aumentar através da diversificação, o fluxo de investimentos e empréstimos internacionais para o Brasil, com condições mais igualitárias e justas.

Fica evidente a ideia de um retorno aos princípios da política anterior ao “passo fora de rumo” de 1964. A política de Costa e Silva “Recuperou a margem de autonomia exercida à época de Jânio e Jango, reabilitou o princípio da soberania, legitimando-se diante da nação” (CERVO; BUENO, 2011, p. 410). Palavras como “desenvolvimento”, “responsabilidade nacional”, “sentido realista” e “isenção ideológica” permeiam essa página da obra.

Uma das teses centrais defendidas nessa parte da obra é, como já foi mencionado, que a política externa se voltou nesse período para o objetivo do desenvolvimento econômico do Brasil e para a defesa dos interesses das nações em desenvolvimento no cenário internacional.

Diversos trechos do livro reforçam essa noção, e adicionam também o argumento de que, a partir de 1968, as políticas interna e externa se tornaram coesas entre si, e que a reestruturação da ditadura militar após o governo de Castello serviu para unir os diferentes grupos das Forças Armadas em torno desse suposto objetivo nacional. A fonte explicativa da política externa se torna então a superação do subdesenvolvimento:

O governo de Costa e Silva criou as duas condições necessárias à coesão entre políticas interna e externa, ao recuperar o projeto desenvolvimentista e agregar-lhe em função supletiva o movimento da diplomacia. *Desde então são os problemas do subdesenvolvimento e as possibilidades de superação que explicam a política externa.* A crise do regime militar e a implantação da ditadura em 1968 serviram precisamente para aglutinar as diversas tendências no seio das Forças Armadas em torno dos objetivos nacionais. (CERVO; BUENO, 2011, p. 410, 411, *grifo meu*).

As defesas dessa tese continuam nas próximas páginas, incluindo até a ideia de um “consenso” em torno dos interesses nacionais, e colocando o Brasil como um ator central na luta contra o desenvolvimento no mundo, defensor dos povos em atraso econômico e patrocinador da transferência de recursos e tecnologias do Norte Global desenvolvido para o Sul Global subdesenvolvido – buscando uma reforma da ordem internacional, ou ao menos um maior espaço de atuação.

Este é um dos trechos que melhor explica a noção de que é possível considerar a PEB da ditadura como avançada e democrática:

A diplomacia foi concebida e mantida como instrumento do expansionismo econômico. Buscou o consenso, apelando para a complexidade do Brasil, e apoiou-se no esforço interno para direcionar-se pelo mundo, contra a estratificação do poder e da riqueza, contra a “desordem” do capitalismo, particularmente suas regras internacionais de comércio e finanças, [...] E a diplomacia abriu-se ao universo, cotejando as reivindicações dos povos atrasados, sentando à mesa das potências avançadas, lutando para cooptar os foros internacionais aos esforços de desenvolvimento, [...] mediante o qual captava recursos, ciência e tecnologia do Norte e aguardava seu processamento para repassá-los ao Sul. Enquanto a ordem não era

reformada como convinha, conquistava espaços de competição, valendo-se dos padrões vigentes no sistema internacional. (CERVO; BUENO, 2011, p. 411, 412)

Como forma de exemplificar e justificar esse posicionamento, o autor continua a usar declarações oficiais de membros do governo brasileiro: “Desde 1967, os presidentes e seus chanceleres expressaram invariavelmente esses objetivos em pronunciamentos políticos” (CERVO; BUENO, 2011, p. 412), reforçando a ideia de que a história contada aqui é conivente com os desígnios dos próprios operadores da ditadura militar.

Cita o ditador Médici: “Nosso país se recusa a crer que a história se desenvolve necessariamente em benefício de uns e em prejuízo de outros” (CERVO; BUENO, 2011, p. 412); cita também o ministro de relações exteriores, Gibson Barbosa, que no ano de 1970, representando a Chancelaria frente à Escola Superior de Guerra (ESG), diz: “que a política exterior se guiava pelo exclusivo interesse nacional, a serviço do desenvolvimento, e que a isto, no Brasil, se convencionou chamar de nacionalismo.” (CERVO; BUENO, 2011, p. 412).

1.4.2 O pragmatismo da diplomacia e as forças externas

Continuando a análise em ordem cronológica, sobre o governo de Geisel, o livro novamente utiliza de termos e expressões cunhados por fontes oficiais, e as enxerga sob uma luz positiva. Cervo relata que o presidente Geisel, em uma reunião ministerial em 1974, cunhou o termo “pragmatismo responsável”, que foi interpretado pela Chancelaria como “atuação diplomática pragmática, dentro de parâmetros éticos e com uma perspectiva ecumênica” (CERVO; BUENO, 2011, p. 414).

Para o autor, os termos “ético” e “responsável” foram utilizados dada a preocupação que se tinha de que o pragmatismo brasileiro fosse encarado como oportunista. Acerca desse pragmatismo, cita o Chanceler do presidente Figueiredo, Saraiva Guerreiro:

[O pragmatismo] envolvia [...] pressupostos de autenticidade nacional — complexidade brasileira e estágio de potência intermediária - de direitos e interesses brasileiros, para veicular a ação, com dignidade, pelos caminhos do universalismo e da boa convivência, visando à consecução de objetivos de política externa. Repugnava-lhe a intolerância racial, religiosa e ideológica, bem como ter de suportar ou exercer hegemonias no sistema internacional. (CERVO; BUENO, 2011, p. 414, 415).

Essa redefinição da PEB, com nova terminologia, se deu, segundo Cervo, à crise do petróleo de 1974. Frente a esse fator externo, a administração de Ernesto Geisel “redefiniu as

funções supletivas da política externa ao projeto de desenvolvimento” (CERVO; BUENO, 2011, p. 412).

Como redefinição, Cervo (2011) descreve como uma diplomacia que se torna um instrumento mais ágil, porém que continua a serviço dos interesses nacionais de desenvolvimento econômico e autossuficiência do Brasil, envolvendo expansão do comércio com o exterior, cooperação internacional, e acesso a tecnologias do Norte Global. Citando a revista *Veja*, o autor caracteriza novamente esse pragmatismo ético e responsável da PEB:

seus atributos se situavam principalmente do lado da flexibilidade e da agilidade de conduta, da discrição que não alardeava êxitos, da adaptabilidade e relativa indiferenciação política. O pragmatismo haveria de guiar-se pelas circunstâncias, sem admitir dicotomias e camisas-de-força. Sem opções exclusivistas pelo bilateralismo ou multilateralismo, pelo Ocidente ou Terceiro Mundo, pelo alinhamento ou divergência, por essa ou aquela ideologia. (CERVO; BUENO, 2011, p. 414).

Cervo (2011) admite, porém, que o pragmatismo tinha certos limites quanto a sua eficiência, limites esses que dependiam da contingência de forças no sistema internacional, da capacidade do Brasil de influir sobre essas forças, e ao desempenho de suas ações, não do método em si.

Já sobre a coerência do pragmatismo como estratégia de ação: “não se manteve infensa às pressões dos diversos loci de decisão em política externa- Itamaraty, Forças Armadas, ministérios e empresas estatais, área financeira do governo.” (CERVO; BUENO, 2011, p. 415). A diplomacia brasileira seria, então, afetada tanto por atores internos, quanto por forças externas.

A respeito das questões internas e a autonomia do Itamaraty frente a elas, é dito que apesar desses outros atores do Estado poderem acarretar em contradições frente ao modelo posto, a tradição do órgão o mantinha alinhado aos princípios gerais da PEB, e relativamente independente:

A tradicional autonomia do Itamaraty, com sua escola de formação própria, seus cursos de aperfeiçoamento, seus concursos promocionais igualmente formativos, manteve-se, no período, com parcela de responsabilidade na formulação da política externa, cujo processo se diluía, entretanto, por diversos loci de poder, como estava a ocorrer igualmente do lado de sua implementação, em que avançavam outros segmentos da burocracia estatal. Essas contingências explicam certas contradições do modelo, mas não foram suficientes para enfraquecer-lhe as bases. (CERVO; BUENO, 2011, p. 428).

Sobre as forças externas, a obra discorre sobre: a política externa dos Estados Unidos em especial, e da União Soviética em caráter menor; o papel nascente da China e sua relação com as duas potências; o Japão; a Europa Ocidental; as relações com o continente

africano; e o movimento dos países não alinhados, citando a Conferência de Bandung de 1955 (Cervo, 2011).

Os países atrasados, como descreve o autor, concentraram seus esforços num objetivo central, o de implantar uma “Nova Ordem Econômica Internacional, destinada à superação da injustiça e da desigualdade.” (CERVO; BUENO, 2011, p. 420). Contudo, esse objetivo acabaria não sendo alcançado, poucas vitórias concretas teriam sido conquistadas.

Percebe-se que a obra em questão adota uma posição de concordância com o que foi designado pelos agentes controladores da política externa durante a ditadura. Feitas as críticas ao governo de Castello Branco, Cervo resume a política externa pragmática, voltada aos interesses nacionais de desenvolvimento, implementada entre 1967 e 1979, no seguinte parágrafo:

Visto que ao setor externo foi consignada uma função supletiva ao projeto de desenvolvimento nacional, a política externa brasileira apropriou-se de características que se faziam necessárias para seu desempenho, tais como universalismo e autonomia, flexibilidade e ajustabilidade, dinamismo e coragem. Isso foi possível porque o Itamaraty assumiu o novo modelo com convicção: reformulou suas estruturas e adaptou a formação de seus quadros, forneceu ao governo chanceleres coerentes e tomou as iniciativas requeridas sem hesitação. Penetrou simultaneamente as esferas do poder mundial e das soberanias nacionais, perscrutou as oportunidades e articulou os meios. Pela primeira vez na história do Brasil, deu-se conteúdo concreto às propostas universalistas, tanto do ponto de vista conceitual quanto geográfico. (CERVO; BUENO, 2011, p. 414)

Nesse trecho são destacadas as supostas qualidades do Itamaraty como órgão executor da PEB, que teria durante esse período de ditadura militar no Brasil e, pela primeira vez na história do país, concretizadas as suas “propostas universalistas”. Cervo deixa de fora dessa descrição, o governo do último ditador do regime militar, João Batista Figueiredo.

Na sessão que o autor nomeia de “A vulnerabilidade e a força do modelo nos anos 1980”, ele explica que o paradigma de política exterior do Brasil entra em um período de crises e contradições, mas que permaneceu com seus princípios. “Manteve, por um lado, reservas de energia que não permitiram seu esgotamento: a independência e o universalismo da política externa não foram restringidos, o desenvolvimento prosseguiu como vetor da ação externa brasileira” (CERVO; BUENO, 2011, p. 457).

Às crises são atribuídos fatores internos, como a política econômica instável, e externos, como a “repolarização” do sistema internacional, junto de outras mudanças no sistema que afetaram em alto grau os países subdesenvolvidos (CERVO, 2011).

Feita esta revisão histórica da política externa da ditadura sob a visão de Cervo, a sessão seguinte trata dos arcabouços teóricos que o autor defende como métodos de análise das relações exteriores do Brasil.

1.5 O enfoque paradigmático de Cervo para a política externa

Para melhor compreender a análise histórica feita por Cervo, é importante estudar os conceitos teóricos que o autor utiliza. Segundo Cervo (2003), todas as teorias da área de relações internacionais envolvem uma visão, que por sua vez pode ser epistemologicamente inadequada pra explicar as relações internacionais de determinado país. Sendo assim, é necessário que o conhecido para explicar o Brasil e a América Latina seja criado no próprio Brasil e na América Latina.

Para o autor (2013), esse conhecimento acerca das relações exteriores, a teoria, é importante, pois serve como um instrumento para mentes críticas e para parte dos “homens de Estado”. Ela possibilita que esses atores possam prevenir ameaças externas, tirando inspiração das formulações teóricas, advindas de culturas ou do interesse nacional. “Essas considerações comprovam a necessidade que tem cada país de destilar teorias alheias e de partir para construções teóricas que sejam epistemologicamente adequadas e socialmente úteis” (CERVO, 2003, p. 5).

Conforme explica Cervo, a América Latina possui duas correntes teóricas uteis, duas versões de pensamento latino-americano aplicado às RI, sendo elas: “a que expõem pensadores voltados para a realidade regional das relações internacionais e a que se elaborou dentro dos gabinetes dos formuladores de políticas e foram historicamente aplicadas” (CERVO, 2003, p. 6).

A primeira corrente se desenvolveu em decorrência dos trabalhos da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) depois de 1940. Já a segunda corrente é deduzida a partir da prática política, “ao dela sacar conceitos, por vezes elaborados pelos homens de Estado, por vezes implícitos em sua práxis” (CERVO, 2003, p. 6).

O conceito de “análise paradigmática” que o autor aplica nos seus estudos das relações internacionais do Brasil e da América Latina “revelou-se um método criador de conceitos instrumentais, cujo conjunto conduz à teoria” (CERVO, 2003, p. 6).

Sobre o conceito de análise pragmática, Cervo (2003) explica que, nas ciências humanas, um paradigma corresponde à uma explicação compreensiva da realidade, diferente da forma com que as ciências exatas e naturais utilizam. Além disso, nas ciências humanas, um paradigma também serve a função de organizar a matéria do objeto que é estudado:

Esse tipo de análise, nas ciências humanas, restringe-se à função de dar inteligibilidade ao objeto, iluminá-lo através de conceitos, dar compreensão orgânica ao complexo mundo da vida humana. Em razão dessa versatilidade e flexibilidade, não deve o leitor exigir de um paradigma o encaixe de todas as variáveis, dependentes,

independentes ou intervenientes, na explicação de um tema de estudo. (CERVO, 2003, p. 7).

Sendo assim, Cervo (2003) explana que a análise pragmática que emprega em seu objeto de estudo, as relações internacionais do Brasil é, antes de tudo, um método. A finalidade desse método é a de construir conceitos através da observação empírica. O campo observado é a história, que também funciona como uma espécie de “laboratório de experiências” para aqueles que se utilizam desse método.

Nas palavras do autor: “Coletamos as experiências históricas, da Independência a nossos dias, em três níveis, o diplomático, o político e o das relações internacionais, já que nosso método pressupõe a articulação dessas três dimensões da base empírica de observação.” (CERVO, 2003, p. 7).

A análise pragmática de Cervo implica também em certos pressupostos, como o mesmo explica. Em primeiro plano existe o pressuposto da ideia de nação, a ideia que um povo, ou ao menos seus dirigentes políticos, tem de si mesmos. Essa ideia, por sua vez, leva a uma “identidade cultural”, um conjunto de valores cultivados que condicionam os escopos de longo prazo da política exterior (Cervo, 2003).

Em segundo plano, o paradigma também comporta as percepções de interesse que os líderes de um povo têm acerca do que seria o interesse nacional, sejam eles interesses culturais, econômicos, políticos, sociais ou de segurança. E em terceiro plano, um paradigma “envolve o modo de relacionar o interno ao externo e a manipulação da informação para estabelecer o cálculo estratégico e a decisão” (CERVO, 2003, p. 7), algo que o autor chama de “elaboração política”.

Em sequência, o autor (Cervo, 2003) explica os resultados finais da análise paradigmática, que seriam dois. Por um lado, se busca atingir um grau de “inteligibilidade orgânica” da matéria, ou seja, da história, que é organizada pelo paradigma, deixando de ser confusa e dispersa. Esse efeito é chamado de “efeito cognitivo”.

Para além dele existe também o “efeito operacional”, já que dentro do paradigma se inclui um modo de proceder, de fazer política exterior ou de manipular as relações internacionais. Por fim, o trecho a seguir resume bem as finalidades da análise pragmática, e pode iluminar as razões pelas quais Cervo considera a política externa da ditadura como exitosa:

A análise paradigmática há de colher as determinações internas e os condicionamentos externos, os fins da política, o peso da idéia de nação a construir e da cosmovisão. Tomado como referencial, o paradigma vigente permite avaliar o desempenho dos dirigentes e da sociedade organizada. A produção de um conceito paradigmático pressupõe a longa duração, porque sobre ela se aplica naturalmente, não servindo à

análise de conjunturas, a não ser a reverso, na medida em que essas conjunturas do tempo curto nele encontrem sua localização cognitiva e operacional. (CERVO, 2003, p. 7).

O paradigma vigente é tomado então como um referencial para medir o desempenho em política externa – ao longo prazo – dos homens de Estado, sendo a história a fonte primária de informações. Já foi possível perceber que Cervo considera que a ditadura militar brasileira e o Itamaraty tiveram sucesso em aplicar o paradigma da época, tirando os anos de governo de Castello Branco, onde se atuou de forma contrária às compreensões criadas pelo paradigma.

Mas qual seria ele? Cervo explica que as relações internacionais do Brasil, ao longo de sua história desde a independência, originaram quatro paradigmas: o liberal-conservador (de século XIV até 1930), o Estado desenvolvimentista (entre 1930 e 1989), o Estado Normal e o Estado Logístico. Sendo que os três últimos integram e coexistem no modelo de relações internacionais do Brasil de 1990 até a atualidade. “Identificamos e definimos essas experiências à luz dos pressupostos metodológicos e epistemológicos que definimos anteriormente” (CERVO, 2003, p. 8).

1.5.1 A Ditadura Militar e o paradigma desenvolvimentista

Sobre os paradigmas históricos das relações internacionais brasileiras, cabe aqui analisar o paradigma do Estado desenvolvimentista, que teve vigência a partir de 1930, sendo inaugurado pelo governo de Getúlio Vargas, e que se manteve, com pequenos “passos fora da cadência”, por assim dizer, até 1989, comprometendo, então, os anos da ditadura militar no Brasil.

Para Cervo (2003), esse paradigma tem nascimento dentro de um movimento regional na América Latina, os dirigentes dos estados latinos rompem com a diplomacia voltada para a agro exportação e passam a conferir nova função ao Estado:

Traços comuns a diversos países da região fornecem os componentes teóricos do novo modelo de inserção internacional: a) introduzir a diplomacia econômica nas negociações externas; b) promover a indústria por modo a satisfazer às demandas da sociedade; c) transitar da subserviência à autonomia decisória com o fim de realizar ganhos recíprocos nas relações internacionais; d) implementar projeto nacional de desenvolvimento assertivo tendo em vista superar desigualdades entre nações; e) cimentar o todo pelo nacionalismo econômico, imitando a conduta das grandes potências. (CERVO, 2003, p. 12).

O Estado passa a ser, então, o principal motor de desenvolvimento econômico dos países da América Latina, incluindo o Brasil, que busca resolver o problema do subdesenvolvimento. Para tanto, a diplomacia serve como uma ferramenta para se atingir esses objetivos, conforme

citado diversas vezes durante a análise histórica de Cervo acerca da função da diplomacia brasileira durante os governos militares. O trecho a seguir é importante:

O paradigma em construção apresenta, pois, um perfil caracterizado por três componentes: a) consciência da transição; b) desenvolvimento como vetor da política exterior; c) realismo de conduta. E confere nova funcionalidade ao setor externo, inventando o modelo de inserção internacional: a) realizar interesses de uma sociedade complexa; b) conceber o desenvolvimento como expansão da indústria; c) prover de eficiência a política exterior mediante autonomia decisória, cooperação externa, política de comércio exterior flexível e não doutrinária, subordinação da política de segurança, da guerra e da paz, aos fins econômicos e negociação simultânea com os grandes e os vizinhos. (CERVO, 2003, p. 12).

Ao retornar as análises de Cervo sobre a PE da ditadura, é possível perceber como os governos militares, após Castello Branco, se encaixaram muito bem, na visão do autor, dentro desses componentes elementares do paradigma do Estado desenvolvimentista:

constatou-se [a partir de 1967] a inviabilidade das análises que pretendem dar inteligibilidade orgânica à política externa, mediante o uso de categorias explicativas isoladas, como a das fronteiras ideológicas, da Guerra Fria, do desenvolvimento dependente, da missão subimperial, das relações especiais com os Estados Unidos, da aspiração à potência, da hegemonia regional, que frequentemente confundem a causalidade com os meios e os resultados, além de não traduzirem com objetividade as percepções do interesse nacional. *A unidade que houve deve ser procurada, a partir de 1967, no projeto de desenvolvimento nacional. A política externa destinou-se a suprir a sociedade e o Estado de condições e meios adequados a impulsionar o desenvolvimento de forma autônoma, na medida do possível.* (CERVO; BUENO, 2011, p. 408, *grifo meu*).

A diplomacia passa servir, segundo o autor, ao projeto de desenvolvimento nacional, de forma realista, não ideológica, baseada nos interesses da nação, tendo o Estado assumido a sua função de ser o motor gerador do desenvolvimento. À política de Costa e Silva, por exemplo, são atribuídas as características de “sentido realista”, “isenção ideológica”, e “sem espaço para alinhamentos incondicionais ou oposições automáticas” (CERVO; BUENO, 2011, p. 410).

Essa colocação é semelhante ao discurso oficial do próprio governo, que Cervo cita ao trazer trechos de um relatório governamental de 1967: “A finalidade é colocar a ação diplomática a serviço do desenvolvimento, mediante o máximo aproveitamento das oportunidades que o setor externo possa oferecer à aceleração do progresso e à modernização do país” (CERVO; BUENO, 2011, p. 410).

Falando sobre a PE do governo Médici, pós 1969, em concordância com as características do paradigma, Cervo (2011) defende que o governo adquire legitimidade ao ser posto a serviço do desenvolvimento, e ao se colocar assim, conferiu “coerência doutrinária” à prática da política exterior, retomando práticas históricas da diplomacia que já condiziam com o paradigma presente desde 1930:

O paradigma do Estado desenvolvimentista manteve os princípios históricos da diplomacia brasileira, tais como a autodeterminação dos povos, a não intervenção em assuntos internos, a solução pacífica das controvérsias, a rejeição da conquista pela força, o respeito aos tratados, e agregou-lhes um moderno conceito de interdependência, a ser implementada pela cooperação internacional. Todos esses atributos somados eram suficientes para realçar o poder, definir-lhe um perfil operativo, com grande espectro de previsibilidade e aceitação, em decorrência também da estratégia não confrontacionista adotada para seu exercício (CERVO; BUENO, 2015, p. 426 e 427).

Sobre o realismo empregado na política externa da ditadura, de acordo com o que Cervo coloca, o presidente Ernesto Geisel tinha convicção de que o “poder se exerce de fato na dimensão disponível segundo os parâmetros de convergências, coincidências e contradições que caracterizam as relações internacionais” (CERVO; BUENO, 2015, p. 426), ou seja, que o poder se exerce de forma “realista”.

Ainda acerca desse tema, ele postula que o poder não era um fim em si mesmo mas na verdade “servia aos fins da política exterior e isso explicava sua necessidade. Os meios para aumentar o poder nacional foram selecionados e agregados de forma empírica a partir da base material que dava suporte à ação externa” (CERVO; BUENO, 2015, p. 426).

O modo como descreve o poder, não como um fim em si mesmo, mas como uma ferramenta para atingir os objetivos da política exterior brasileira, os de desenvolvimento nacional – dentro de uma visão de mundo que se considera pragmática - colocam essa escrita histórica em comunicação direta com os postulados das teorias realistas das RI.

O autor considera que o paradigma do Estado desenvolvimentista surtiu efeito em três momentos, sendo o primeiro durante a fase de implementação da indústria de transformação, entre 1950 e 1960, e os outros dois durante os governos da ditadura: “a fase de implantação da indústria de base, consolidada nos anos 1970 [...] e a fase de inovação tecnológica em alguns setores de ponta, iniciada nos anos 1970” (CERVO, 2003, p. 14).

De acordo com as próprias ideias de Cervo a respeito do seu método teórico de análise, a análise paradigmática, as ações de PE da ditadura militar foram medidas frente aos pressupostos do paradigma do Estado desenvolvimentista, sendo consideradas exitosas perante essa metodologia:

Os impactos do paradigma desenvolvimentista sobre a formação nacional foram de natureza a romper o modelo de dependência acoplada centro-periferia, conceituado pelo pensamento estruturalista de matriz cepalina. Tiveram razão, portanto, os pensadores estruturalistas que sugeriam mecanismos de superação de assimetrias internacionais navegando no próprio sistema capitalista, contra os teóricos da dependência que sugeriam saltar fora do sistema para atingir os mesmos resultados. (CERVO, 2003, p. 14).

Outros autores também se debruçaram sobre a história da política externa da ditadura militar, como é o caso de Paulo Gilberto Fagundes Visentini e do diplomata Rubens Ricupero. Analisar os seus trabalhos é importante para demonstrar como as conclusões elaboradas por Cervo dialogam bem com as de outros autores do campo.

1.6 Visentini e a multilateralização da política exterior

Em sua obra: “A Política Externa do Regime Militar Brasileiro”, publicada em 1998, Visentini buscou preencher uma “lacuna histórica”, como ele mesmo coloca, através de uma investigação do processo de multilateralização da política externa do Brasil ocorrido durante os anos de ditadura. As conclusões do autor acerca da pesquisa vão de encontro ao que Amado Cervo escreveu sobre o assunto.

Primeiramente, Visentini entende a multilateralização das relações exteriores como a “busca de novos espaços, regionais e institucionais, para além dos relacionamentos tradicionais (que não são interrompidos), de atuação política e econômica da diplomacia brasileira” (VISENTINI, 1998, p. 10). Esse processo permitiria ao Brasil superar uma dependência quase exclusiva para com os Estados Unidos (EUA). Ainda segundo o pesquisador (1998, p. 10), o principal fator produtor desse movimento se encontra na “confluência interativa de dois movimentos históricos”.

Esses movimentos teriam sido o aumento da subordinação da diplomacia às necessidades do desenvolvimento econômico nacional e a crise hegemônica do sistema mundial que começa em meados da década de 1960. Aqui é possível ver um paralelo entre as análises de Cervo e Visentini, na ideia de que a diplomacia brasileira durante a ditadura agia em nome do processo de desenvolvimento econômico nacional. A economia e o desenvolvimento seriam então, para os dois autores, o eixo norteador da política externa do período, e não exatamente os interesses políticos de controle de adversários do regime militar.

Visentini (1998, p. 10) coloca que a segunda fase do processo de multilateralização começa em 1964, “quanto este se torna efetivo e passa a representar o vetor dominante da nossa política externa”. Assim como Cervo, o autor também separa o governo de Castello Branco dos demais, o colocando como um “retrocesso” à uma política alinhada aos EUA, chegando a citar diretamente o conceito desenvolvido por Cervo, o do “passo fora da cadência”. Para Visentini, esse período teria sido dominado pelas preocupações de ordem interna, as fronteiras ideológicas pertinentes às preocupações de Segurança Nacional, pelo anti-esquerdismo e políticas liberais na economia.

Costa e Silva é que teria corrigido os rumos de volta para a multilateralização, através

da sua “Diplomacia da Prosperidade”, termo utilizado pelo regime brasileiro à época. O autor continua utilizando os termos oficiais da ditadura ao falar do “Pragmatismo Responsável e Ecumênico” de Geisel. Essa política “afirmou a multilateralização e mundialização da política externa brasileira, que teve uma continuidade explícita durante os seis anos de governo Figueiredo”. (VISENTINI, 1998, p. 10). Basicamente, os mesmos argumentos colocados por Cervo em seu livro.

Acerca das questões teóricas da análise de política externa, Visentini explica que o processo decisório envolvido não é definido pelo conjunto completo do bloco social de poder dentro de um governo, e sim de setores hegemônicos dentre desse bloco de suporte.

Ele também pontua que a relação entre a política externa e interna é dialética, inexistindo uma afinidade formal absoluta em todos os momentos, tendo no lugar várias contradições. “A política externa resulta, em última instância, dos parâmetros de formação social que lhe dá origem, e da articulação complexa desta no meio internacional” (VISENTINI, 1998, p. 15).

Por fim, o autor cita José Luiz Werneck da Silva para explicar que as características principais do período da ditadura militar até os anos 90 são: a multilateralização das relações exteriores e os componentes ideológicos nacionalistas, que envolvem o questionamento do alinhamento automático aos Estados Unidos. Esse seria um terceiro momento dentro de uma divisão de três períodos, pensada por Werneck. Nesse período:

começamos a praticar, no possível, a multilateralidade. Vislumbra-se a primeira oportunidade de horizontalizar (eixo Sul-Sul) ou de diagonalizar (eixo Sul-Leste) nossa política externa, mas isto sem negar totalmente a verticalização (eixo Norte-Sul). Com a horizontalização passaríamos a valorizar mais as nossas relações com a América Latina e África. (VISENTINI, 1998, p. 17).

Visentini (1998) delimita o período da ditadura militar em três fases distintas de política externa. A primeira fase é a de Castello Branco (1964-1967), que assim como diz Cervo, fora um período atípico e conjuntural, com alinhamento aos EUA e a presença forte de disputas ideológicas pautadas pela Doutrina de Segurança Nacional (DSN) anti-esquerdista.

Contudo, o autor defende que esse alinhamento foi menos profundo do que muitos imaginam. A segunda fase foi representada pelos governos Costa e Silva, Junta Militar e Médici (1967-1974), caracterizada pelo retorno aos interesses nacionais de desenvolvimento econômico, porém ainda marcado, dentro do discurso, por ideias de combate ideológico, que estariam mais presentes no âmbito da política interna. Para o autor, essas duas primeiras fases “correspondem ao período de construção do paradigma de política externa do Regime Militar” (VISENTINI, 1998, p. 362).

A última fase contemplou os governos Geisel e Figueiredo (1974-1985). Nessa época, o Pragmatismo Ecumênico e Responsável retomou às linhas gerais da Política Externa Independente, mesmo que adotando uma postura mais conservadora que eliminava as propostas de reformas sociais internas. Para Visentini, essa fase representa o “apogeu da multilateralização e mundialização da política externa brasileira” (VISENTINI, 1998, p. 362), em que prevaleceu uma concepção de viés nacionalista, autonomista e desenvolvimentista, porém autoritária.

Nota-se mais uma forte semelhança entre as conclusões do autor com aquelas de Cervo, envolvendo o hiato do primeiro governo e o desenvolvimento econômico e autônomo como norteador central da política exterior. Conclusões que se encaixam bem dentro da ideia do paradigma desenvolvimentista:

A política externa do período, salvo o hiato de Castelo Branco, apresenta-se como um instrumento de apoio ao desenvolvimento econômico industrial [...]. Tal política, ao longo do regime militar, conduziu à busca de uma maior autonomia na cena internacional, produzindo-se uma crescente multilateralização e mundialização, de dimensão tanto econômica como política. (VISENTINI, 1988, p. 362).

O autor ainda relata que os avanços dessa política do regime militar são “inegáveis”, apesar de aquém das suas possibilidades. Segundo Visentini, assim como Cervo, o paradigma das relações exteriores como instrumento para atingir o desenvolvimento econômico industrial atingiu vários de seus objetivos, podendo atribuir a ele o caráter de sucesso.

Sobre as fontes utilizadas para a escrita do livro, nota-se mais uma semelhança com Cervo. Além de fontes bibliográficas, Visentini empregou discursos e documentos impressos do Ministério das Relações Exteriores e do governo brasileiro, “como tradicionalmente ocorre com as pesquisas sobre as fases contemporâneas das relações exteriores brasileiras” (VISENTINI, 1998, p. 13).

Além destas, o autor também fez uso de fontes orais na forma de entrevistas com diplomatas e outros formuladores da política externa do período da ditadura. O autor relata, contudo, que a maioria da documentação oficial pertinente aos tempos do regime militar teria acabado de ser disponibilizados ao público, e como a sua pesquisa já estava em desenvolvimento, isso impossibilitou com que ele se utilizasse desses documentos para escrever o seu livro.

1.7 Ricupero e o consenso na política externa

Em seu livro, “A diplomacia na Construção do Brasil”, o diplomata de carreira Rubens Ricupero (2016) cita uma frase de Tancredo Neves a respeito dos governos militares e de suas políticas externas, frase que, segundo o autor, é capaz de captar e expressar um “sentimento coletivo” da nação a respeito da política externa empregada pelo Itamaraty durante os anos de regime militar (especificamente após 1974): “se há um ponto na política brasileira que encontrou consenso em todas as correntes de pensamento, esse ponto é a política externa levada a efeito pelo Itamaraty.” (RICUPERO, 2016, p. 549).

Nesse sentido, para Ricupero, o Itamaraty manteve sua autonomia e isonomia, se afastando das controversas medidas repressivas promovidas no campo da política doméstica.

Ricupero menciona uma separação entre as políticas internas e externas dos governos militares. Além disso, ele também frisa que, apesar de os primeiros anos da ditadura terem sido anômalos, o Itamaraty pôde retornar, depois de 1974, com as suas tradições autonomistas e pragmáticas, aprovadas pelos analistas, por governos estrangeiros e pela oposição nacional. Ele sintetiza a política externa da ditadura da seguinte forma:

Ao acabar-se o regime militar, quase tudo que empreendera em 21 anos de comando da vida nacional encontrava-se em crise ou era abertamente criticado e rechaçado. Salva-se praticamente apenas a política externa. Não a dos primeiros tempos do regime, e sim a que se começa a partir de março de 1974. No exterior a diplomacia brasileira despertava nos governos e analistas um respeito que se negava categoricamente ao regime do qual emanava. No país, a oposição como um todo identificava-se com a política externa muito mais do que os partidários do movimento de 1964, anticomunistas nostálgicos do maniqueísmo da Guerra Fria. (RICUPERO, 2016, p. 549).

Assim como Visentini e Cervo, Ricupero também partilha da ideia de que a política externa implementada pela ditadura militar, após um período inicial de exceção, foi exitosa em seus objetivos como ferramenta para o desenvolvimento econômico nacional, tendo um caráter diferente, até progressista, frente à política interna de repressão dos governos militares.

Contudo, apesar de suas considerações positivas sobre o saldo final da política externa implementada pelo Itamaraty, Ricupero também destaca a participação do governo brasileiro no golpe que derrubou Salvador Allende, no Chile, responsável por inaugurar uma das ditaduras mais sangrentas da América Latina.

Segundo ele, os documentos recém liberados em alguns arquivos nacionais começam a esclarecer os fatos acerca da “coordenação de ações repressivas de âmbito continental, como a Operação Condor, e revelar o papel que correspondeu aos serviços brasileiros nessa sinistra história” (RICUPERO, 2016, p. 507).

São esses documentos que servirão de base para que outros autores coloquem em xeque

a autonomia do Itamaraty durante a ditadura militar, ao evidenciar a participação da diplomacia brasileira em graves casos de violações de direitos humanos, perseguição política e repressão de cidadãos brasileiros.

1.8 Miyamoto e a política externa do regime

Shiguenoli Miyamoto (FGV CPDOC, 2020) é formado em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP), e mestre e doutor em Ciência Política pela mesma instituição. Miyamoto (2013) traz uma discussão sobre as nomenclaturas utilizadas para designar os períodos da política externa da ditadura: “alinhamento automático”, “diplomacia da prosperidade”, “diplomacia do interesse nacional” “pragmatismo responsável” e “pragmatismo ecumênico”.

Para o autor, essas terminologias não correspondem exatamente com a realidade das políticas implementadas nesses momentos. Elas seriam preposições que apenas concluem se houve ou não continuidade entre as políticas adotadas por um governo durante o período. O autor defende que o foco deve se concentrar “nos processos políticos, nos interesses, nos atores e nas conjunturas que determinam os motivos que conduzem as políticas governamentais durante o transcorrer dos anos em determinada direção.” (MIYAMOTO, 2013, p. 4).

A respeito do regime militar no Brasil, ele explica que existiram ciclos de governo durante as duas décadas de regime, o que permitiu pontos de convergência, mas também de mudanças entre os mandatos dos governantes.

Miyamoto (2013) explica que existiram disputas no seio das organizações militares que assumiram o Estado Brasileiro a partir de 1964, incluindo a pretensão de tempo em que os militares ficariam no poder. Essas divergências no âmbito da corporação militar existiram principalmente na disputa pelo poder Estatal entre grupos mais moderados e mais duros.

No primeiro momento, o grupo no poder era encabeçado por Castello Branco, considerado como o “reduto intelectual” das Forças Armadas e ligado à Escola Superior de Guerra. Nessa época, os futuros presidentes Costa e Silva, Emílio Médici e Figueiredo se mantiveram distantes dessa instituição, sendo que os dois últimos eram ligados ao serviço de inteligência.

Geisel, apesar de pertencer ao grupo do primeiro governo, não obedecia na íntegra ao receituário estipulado pela ESG. “As dissensões observadas dentro do estamento militar

inviabilizaram a devolução do poder aos setores civis, em primeiro lugar, pelas próprias ambições de Costa e Silva.” (MIYAMOTO, 2013, p. 7).

De modo geral, o autor define que durante o período de governos militares, grupos distintos estiveram à frente do aparato de Estado, conforme cada governo. Sendo assim, não é possível fazer uma afirmação sobre a continuidade do regime apenas por todos os governos serem de militares. “A quebra das regras do jogo, quando se estendeu o mandato de Castelo Branco, foi apenas uma das divergências verificadas em todo o período.” (MIYAMOTO, 2013, p. 8).

As políticas públicas implementadas durante a ditadura, incluindo a política externa, dependeram então, em parte, de qual grupo estava no poder em determinado momento. Outro fator que Miyamoto (2013) destaca como importante para explicar essas políticas, é o do contexto internacional e regional. Para ele, grande parte do que foi aplicado em termos de política no Brasil entre a década de 1960 até a década de 1980, se deu em função dos acontecimentos regionais e globais.

Do ponto de vista global, em 1964 se tinha o contexto da Guerra Fria e disputa entre as ideologias capitalistas e comunistas. Dentro desse quadro maior, na América Latina tivemos a revolução cubana de 1959 e o surgimento do novo regime liderado por Fidel Castro, a fracassada tentativa de Invasão da Baía dos Porcos em 1961 e a crise dos mísseis de 1962. Dito isso, o autor estipula:

Neste clima, em que a possibilidade de um grande confronto entre as duas superpotências era pensada como plausível, é que foram criadas as circunstâncias para as mudanças que se verificaram na América Latina, inicialmente através do Brasil. Por isso mesmo, um dos motivos explicáveis para a chegada do poder militar ao governo brasileiro foi o forte viés anticomunista observado em parte da sociedade brasileira e em instituições importantes do país, fazendo com que as Forças Armadas assumissem o controle do Estado. (MIYAMOTO, 2013, p. 9).

Contudo, o autor lembra que essa disputa entre potências globais não exerceu uma influência uniforme no contexto regional, já que diferentes grupos com seus próprios interesses diversos chegaram ao poder na América Latina. Mesmo assim, é possível observar colaborações entre esses novos governos ditatoriais, “por exemplo, na repressão a grupos considerados hostis ao modelo político então vigente.” (MIYAMOTO, 2013, p. 9).

O autor ainda cita a Operação Condor como exemplo prático dessa colaboração. Do ponto de vista doméstico, porém, se encontram muitas diferenças. Cada país da região seguia

concepções próprias a respeito do que se considerava como segurança nacional, o que, na prática resultou em diferentes formas de repressão empregadas pelas ditaduras do Cone Sul.

Um ponto importante levantado pelo autor (Miyamoto, 2013) é que o esmaecimento do conflito da Guerra Fria no âmbito externo, não significou também uma redução do sentimento anticomunista dentro do Brasil, que continuou a pautar as políticas dos governos.

Houve uma discrepância entre o contexto internacional e regional. Enquanto este primeiro seguia para uma certa pacificação entre as duas grandes potências, “no plano regional latino-americano o viés anticomunista se apresentava de forma vigorosa com os opositores aos regimes sendo designados como inimigos e terroristas.” (MIYAMOTO, 2013, p. 9). Outro ponto que o autor menciona é a emergência dos chamados “novos temas” dentro das relações internacionais, como a questão do meio ambiente e dos direitos humanos.

Miyamoto considera que, a respeito da ditadura militar, nenhum dos períodos que a compuseram foram iguais entre si, mas, ao mesmo tempo, nenhum foi completamente diferente dos outros:

Sem qualquer sombra de dúvida, uma identificação comum é que o controle do Estado era assumido, institucionalmente, pelas Forças Armadas, com todas as suas dissintonias. Todavia, os grupos que comandavam o poder, em termos políticos e econômicos, sempre foram distintos, [...] por razões como essas, cada período teve uma política externa diferente da outra, ainda que elementos coincidentes possam ser observados. (MIYAMOTO, 2013, p. 10).

Acerca de quais foram as diferenças de política externa entre os governos militares, Miyamoto (2013) oferece algumas explicações. Sobre Castello Branco, a política tocada pelo grupo considerado como moderado e alinhado a ESG, tinha como visão de mundo o eixo condutor norte-americano e outros conceitos tradicionais, tais como: poder e objetivos nacionais e também segurança nacional.

Para Castello Branco, o mundo era “como entendia, interdependente, localizado geograficamente de forma definida, com valores identificados com o da civilização ocidental cristã, em um contexto de disputa bipolar pelo controle do mundo” (MIYAMOTO, 2013, p. 10). A respeito da questão de segurança nacional, o pensamento principal estava contido na ideia dos círculos concêntricos, em termos hemisféricos regionais, indo da Bacia do Prata, para a América do Sul, América Latina, o Continente Americano e a comunidade Ocidental.

Seguindo esses princípios, o governo brasileiro via os Estados Unidos como o grande protetor do mundo Ocidental, porém, isso não significou um apoio incondicional, como, por exemplo, o caso da guerra do Vietnã, lembrado pelo autor, onde o Brasil se recusou a participar.

De modo semelhante aos demais autores mencionados anteriormente, Miyamoto também destaca a mudança da política externa conforme o governo passava de Castello para Costa e Silva, mesmo sem usar termos mais fortes como chamar a administração do primeiro como “passo fora da cadência”. Para o autor, esse “alinhamento ideológico” que pautou em grande parte a atuação brasileira durante o primeiro governo militar, não encontrou respaldo na administração seguinte.

A partir de 1967, o governo se volta à questão do Sul Global, surgindo então a necessidade de se pautar as questões econômicas na agenda da política externa, “como elemento importante para superar os desníveis que separam os grandes países daqueles outros, como o Brasil, considerados do Terceiro Mundo.” (MIYAMOTO, 2013, p. 12). Tal como os outros autores, o destaque para a pauta econômica e a utilização da diplomacia como vetor de transformação e desenvolvimento do Brasil também é frisado.

Uma das mudanças mencionadas por Miyamoto é a preocupação dos militares para com os governos dos países vizinhos, e um novo conceito acerca da ideia de fronteiras.

No âmbito regional, redobrado cuidado foi concedido na possibilidade de existência de governos de países vizinhos que pudessem representar perigo para a soberania brasileira. Rotulada de teoria do cerco, tal concepção considerava necessária a intervenção nos países que pudessem eleger governos com tendências marxistas e deveriam, portanto, ser neutralizados. As fronteiras, nesse caso, não seriam fixas, definidas, mas entendidas como flutuantes, podendo ser empurradas ou adentradas, ficando conhecidas como fronteiras ideológicas. Assemelhavam-se à conhecida teoria do dominó, resgatada da doutrina norte-americana, segundo a qual a queda de um país em mãos adversas levaria progressivamente à derrubada dos vizinhos, afetando toda a região. (MIYAMOTO, 2013, p. 12).

Neste trecho, o autor traz o conceito de “fronteiras ideológicas”, elaborado pela comunidade de segurança e informações do Brasil, em que as delimitações territoriais passam a ser relativas, abrindo o espaço para intervenções por parte do Brasil, com o intuito de evitar que governos esquerdistas tomassem poder na América do Sul, algo considerado como uma ameaça à segurança nacional. Miyamoto então, trata com mais importância que os autores anteriores o fato de que a política externa do regime militar também era uma ferramenta não só econômica, mas também política e ideológica.

Segundo ele, essa preocupação levou o governo Médici a gestar ao menos três operações, com o objetivo de intervir em países vizinhos. Elas teriam como alvo o Uruguai em 1971, contra a possível vitória da Frente Ampla nas eleições; a Bolívia, através do apoio material concedido ao general Hugo Banzer Suarez, contra o então presidente general Juan José Torrez, também em 1971; e, por fim, a intervenção no Chile em 1973, quando o presidente Salvador Allende foi deposto e morto pelo golpe que colocou o general Augusto Pinochet no poder (Miyamoto, 2013).

A chegada de Geisel ao poder em 1974 representou o retorno do grupo alinhado ao primeiro governo militar, e com ele o restabelecimento de alguns princípios dessa gestão, mas sem se tornar uma repetição da administração de Castello Branco e nem ser um rompimento com a política de Médici (Miyamoto, 2013). Se trata da política conhecida como “pragmática e responsável”, previamente tratada aqui. E quanto à administração de Figueiredo, o autor diz que ela “manteve, praticamente sem modificações de vulto, a atuação do governo anterior” (MIYAMOTO, 2013, p. 14).

Miyamoto (2013) também trata da bibliografia de análise de política externa produzida durante a ditadura. Uma literatura que o autor divide em quatro grupos: a literatura de um primeiro grupo, produzida por analistas do Cone Sul, caracterizava o desenvolvimento da política externa brasileira como expansionista no âmbito regional, utilizando-se de termos como “imperialista”, “sub-imperialista” e “hegemônico”. Deste grupo, destacam-se autores como Raul Botelho Gosalvez, Vivian Trias na Argentina, e Ruy Mauro Marini e Paulo Schilling, brasileiros que vivem no exterior.

O segundo grupo pegou para si parte do próprio discurso governamental, tratando do destino brasileiro de se tornar uma grande potência. Destacam-se as obras produzidas nos Estados Unidos por nomes como Young e Ronald Schneider. Uma terceira literatura tinha como foco o caráter autoritário do regime, frisando a Doutrina de Segurança Nacional e o binômio “segurança e desenvolvimento”, empregado pelo governo para atingir seus objetivos. As obras de Michel Schooyans e Catherine Durandine, publicadas no Canadá, são exemplos deste terceiro grupo.

Por fim, existiram autores que trataram das chamadas “grandes opções” feitas pelo Brasil no sistema internacional. Escolhas entre Primeiro e Terceiro mundo e entre relações multilaterais ou bilaterais, destacando-se as obras de Wayne Selcher ou Wolf Grabendorf.

Miyamoto (2013) considera que, a maioria das análises feitas por esses grupos tratou as políticas dos governos como um todo único, provenientes de uma fonte única de formulação de decisão, não levando em conta aspectos importantes desse processo. Ao falar disso, o autor apresenta um aspecto importante, que é a divisão dos grupos tomadores de decisão em três níveis.

A estrutura militar seria o primeiro, mais ligado às questões de segurança nacional e da institucionalização do regime militar. O segundo já era vinculado às questões econômicas, e o terceiro era representado pelo corpo diplomático. A respeito desse assunto, destaca-se a seguinte passagem, que demonstra a relação, hora harmoniosa, hora conflituosa, entre os tomadores de decisão, e também o fato de que o Conselho de Segurança Nacional era o órgão que tomava as decisões finais em caso de divergências:

Essas três instâncias com frequência mantinham divergências entre si (e internamente em cada uma delas), ainda que, quando esses casos ocorressem, decisões eram tomadas pelo Conselho de Segurança Nacional. Assuntos que diziam respeito à segurança nacional, por exemplo, junto às fronteiras eram competência castrense, enquanto as negociações diplomáticas ficavam sob responsabilidade do Itamaraty, e os assuntos econômicos sob alçada dessa área. Mas eram comuns as discordâncias entre o Itamaraty e as esferas econômicas (por exemplo, sobre a escolha de parceiros no Primeiro ou Terceiro Mundo). Esses fatores foram, quase sempre, negligenciados nos estudos realizados no exterior avaliando o papel do Brasil no contexto regional e internacional. (MIYAMOTO, 2013, p. 15).

De modo geral, ao longo dos cinco governos da ditadura, Miyamoto (2013) enxerga aspectos tanto de continuidade quanto de mudança. Isso representa, para o autor, o fato de que as possibilidades de escolha dos tomadores de decisão são limitadas por uma estrutura já existente, que envolve não só o contexto mundial e regional, mas também os fatores domésticos, com seus próprios desafios que estão em constante mudança.

Miyamoto (2013) defende a necessidade de se repensar os rótulos atribuídos pela literatura às políticas externas implementadas pelos diferentes presidentes da ditadura. Termos como “política de alinhamento automático”, “diplomacia da prosperidade”, “diplomacia do interesse nacional”, “pragmatismo responsável” e “pragmatismo ecumênico” seriam rótulos indicadores de uma mudança maior entre as políticas do regime, momentos bastante distintos entre si, sendo que, na verdade, se encontram mais elementos de permanência do que de alteração durante esses 21 anos de ditadura.

Contudo, “O que não se pode, evidentemente, é concordar que tenham sido sempre os mesmos grupos e interesses durante todo o regime” (MIYAMOTO, 2013, p. 18).

1.9 Considerações acerca da política externa avançada, democrática e esquerdista

A revisão bibliográfica do trabalho de Cervo e dos demais autores demonstrou alguns pontos importantes sobre os motivos que levam a literatura clássica a considerar como exitosa a política externa da ditadura, e mais do que isso, tratá-la como avançada e isenta dos crimes da ditadura.

Quando esse objeto é analisado por meio das lentes da Análise Paradigmática, como faz Cervo, a política externa de quase todo o regime militar, com a exceção do período do passo fora da cadência de Castello Branco, se encaixa perfeitamente com o Paradigma do Estado Desenvolvimentista.

De fato, a diplomacia do regime militar serviu como um dos vetores pelos quais o governo do Brasil se utilizou para buscar o desenvolvimento econômico da nação dentro de suas pretensões de transformar o país em uma potência média no Sistema Internacional.

Esses objetivos estariam mais alinhados com os supostos interesses nacionais brasileiros, e menos com os interesses pessoais dos tomadores de decisão da política externa. De forma geral, as ações implementadas pelo Itamaraty, de retomar e desenvolver princípios da PEI, como o não alinhamento automático para com os Estados Unidos, e a busca de uma industrialização nacional e de transferência de tecnologia, aliados ao aparente pragmatismo de não atuar sempre dentro da lógica de Oeste vs Leste, podem até ser consideradas como sendo políticas de cunho esquerdista.

Contudo, essa visão abrange apenas uma parte da história. Já se tem com fato comprovado o envolvimento e apoio do Itamaraty dentro do aparato de repressão antiesquerdista da ditadura militar, o que será tratado nos próximos capítulos.

A visão da análise paradigmática falha ao não considerar essas outras ações da diplomacia brasileira, ações muitas vezes clandestinas, e o nível de interligação entre a política interna e a política externa do regime militar. A ideia de que a primeira teria sido retrógrada e a segunda, avançada, não se sustenta frente ao que foi demonstrado após a abertura dos arquivos secretos e dos diversos relatos de testemunhas e vítimas da repressão da ditadura.

Sobre o porquê do trabalho de Cervo e de demais autores que pensam de forma semelhante não tratar dessas questões, existem algumas pistas. Primeiramente, tem-se o fato de

que suas pesquisas não contaram com o acesso aos arquivos secretos do governo, algo que deixou uma grande lacuna na análise.

Outro fator pode ter sido a dependência dos pesquisadores em utilizar fontes oficiais do governo e do Itamaraty, que contavam apenas a narrativa pública que o regime gostaria de mostrar. Sobre o uso de fontes documentais, Cervo, quando perguntado pelo CPDOC a respeito de seu trabalho com fontes primárias, em específico sobre o uso dos arquivos do Itamaraty no Rio de Janeiro e em Brasília, fala da importância do uso dessas fontes, mas não responde sobre os arquivos do Itamaraty:

É preciso investigar as fontes. Isto é um trabalho bastante fastidioso. Você tem que ir aos arquivos. Por exemplo, eu escrevi dois livros sobre as relações Brasil–Portugal. Pesquisei cinco, seis meses em Portugal. Escrevi dois livros sobre as relações Brasil–Itália. Pesquisei sete, oito meses em arquivos italianos, e lendo a bibliografia toda, os estudos, qual é o conhecimento disponível. Então, eu acho que... Uma coisa é isto. Você tem que levar em conta as fontes necessárias, necessárias e suficientes, para aquele objeto específico de estudo. (CERVO, 2017, p. 15)

Um terceiro fator é a limitação da análise paradigmática empregada por Cervo, que foca fortemente em questões de desenvolvimento econômico e do papel do Estado nesse processo. Isso a faz deixar de lado outros campos em que a política externa também atuou, como na defesa política do governo militar contra acusações externas e também a sua utilização como instrumento de espionagem e repressão de brasileiros no exterior.

Contudo, esse último ponto levanta outra questão: qual é a motivação dos autores em ignorar essas questões? Seria apenas pela falta de acesso aos documentos e pela dependência das fontes oficiais? Pois, na prática, esse tipo de análise histórica acaba por isentar o Itamaraty dos crimes cometidos pelos outros órgãos do governo brasileiro durante a ditadura. É, portanto, benéfica para a instituição em si, preservando seu bom nome ao construir uma imagem de isenção, independência, progressismo e defesa dos interesses nacionais do povo brasileiro.

Acaba também por confirmar a versão de diversos membros da casa ao longo dos anos. Alguns dos autores são, inclusive, parte da própria história do Itamaraty, como é o caso do diplomata Rubens Ricupero.

É plausível supor que, um dos possíveis motivos que levaram esses autores a construir uma imagem tão acrítica e benéfica ao Itamaraty, seja justamente a ideia de defesa da instituição. Seja por terem feito parte dela, seja por concordarem com as políticas adotadas pelo Itamaraty na área de desenvolvimento econômico do Brasil. Contudo, está além do escopo desse trabalho saber a resposta a essas indagações. O que se sabe é que, de fato, essa corrente tradicional da

literatura pouco considera ou até ignora as diversas conexões que a diplomacia brasileira teve com a repressão da ditadura militar, já bem documentadas.

No fim, o resultado prático disso acaba sendo isentar o Itamaraty da culpa que ele possui como instituição, e de alguns dos diplomatas e servidores como indivíduos coniventes com violações de direitos humanos, ou até praticantes. Esses temas serão discutidos no capítulo a seguir, que trata da análise da literatura crítica ao papel do Itamaraty durante os anos da ditadura.

CAPÍTULO 2. A LITERATURA CRÍTICA E A INSTRUMENTALIZAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA PARA FINS DE REPRESSÃO

Feita a revisão da literatura tradicional sobre a política externa da ditadura, e como ela poderia ter sido, na visão dos autores estudados: avançada; democrática; e, de certa forma, separada da política interna do país, cabe agora revisar outra corrente da literatura. Os autores dessa corrente de pensamento têm um olhar mais crítico a respeito da diplomacia do período, e buscam, de uma forma ou de outra, traçar conexões entre a política interna repressora e a política externa.

Este capítulo propõe uma revisão bibliográfica dessa literatura crítica. Para tanto, ele foi dividido por temas, e não por autores, para facilitar o entendimento dos argumentos. Juntos, esses argumentos formam uma base sólida para se contrapor à ideia de que a diplomacia da ditadura militar no Brasil agiu de forma democrática, avançada e esquerdista. O objetivo deste capítulo é organizar e analisar o conhecimento já produzido sobre as diferentes formas com que a política externa brasileira serviu como um instrumento de repressão durante período ditatorial.

2.1 Política externa como política pública

Uma das contradições em se considerar a política externa da ditadura militar brasileira como sendo avançada, democrática ou esquerdista, está na natureza do próprio governo militar. Como pode fazer sentido que, um governo notoriamente reacionário, conservador e antiesquerdista, nascido através de um golpe de estado, possa pôr em prática uma política que, em tese, seria praticamente antagônica aos grupos que o formavam?

É possível delimitar, como alguns autores da literatura tradicional o fazem, uma separação entre uma política interna retrógrada e uma política externa avançada? Pelo contrário, principalmente quando se olha para a política externa como sendo apenas um tipo de política pública implementada pelos grupos que controlam a máquina estatal.

Para os pesquisadores Carlos Milani e Leticia Pinheiro (2013), é uma necessidade para a pesquisa em Relações Internacionais considerar a política externa como sendo uma política pública, em outras palavras, o Estado e seu governo em ação no campo internacional.

O governo é a principal instituição estatal, portanto é também o principal formulador de políticas públicas Souza (2009), isso sem desconsiderar a importância e o envolvimento de outros grupos do Estado e da sociedade civil, que possuem graus variados de participação na formulação dessas políticas, a depender do tipo de regime político e do nível de abertura

democrática de um país. “No entanto, reafirmamos a premissa de que, em última instância, a responsabilidade pelas políticas públicas, entre elas a política externa, é do governo que as implementa.” (MILANI, PINHEIRO, 2013, p. 21).

Retórica comum repetida pelo Itamaraty durante os anos da ditadura militar, e referendada pelos estudiosos mais tradicionais, é a de que a política externa do Brasil na época servia aos “interesses nacionais”. Milani e Pinheiro problematizam esse tipo de lógica na seguinte passagem:

A ambiguidade do interesse nacional diz respeito, porém, à tentativa de construir objetivos e atribuí-los à nação como um todo, como se não houvesse discrepâncias, no tempo e no espaço, entre distintos cidadãos nacionais que também são sujeitos de classe, de gênero, raça, etnia, crença ou religião. Como questionam os historiadores franceses, o interesse nacional ou os chamados “interesses superiores do Estado”, tão frequentemente invocados por estadistas e diplomatas, não seriam, salvo raros casos, um meio para disfarçar interesses infinitamente menos nobres ou, pelo menos, interesses particulares? (MILANI, PINHEIRO, 2013, p. 23).

Essa explicação se relaciona com o caso da ditadura brasileira. Um caso em que a democracia foi substituída por um regime autoritário, e as políticas do Estado precisavam, em última instância, responder apenas aos interesses dos seletos grupos que formavam o governo e sua base de apoio.

Por mais que esses grupos, membros das elites brasileiras, pudessem divergir em seus interesses em algumas ocasiões, qualquer discurso sobre democracia, sobre responder aos desejos da população, não passava de uma manipulação.

A ideia de defender os “interesses nacionais”, na verdade, significava defender os interesses particulares dos grupos no poder, entre eles os militares e o próprio Itamaraty. Esse olhar crítico permite que sejam removidas da política externa, características que lhe conferiram uma condição especial e relativamente única, se comparada as outras políticas públicas de um governo (MILANI, PINHEIRO, 2013).

Consequentemente, ao encarar a política externa como mais uma das políticas públicas implementadas pela ditadura, é possível desmentir a noção de que ela estava isolada das demais, insulada frente aos grupos que comandavam o governo. Na verdade, a política externa se encontrava sob a tutela dos interesses, inclusive ideológicos, daqueles que a implementavam, sejam eles os presidentes militares, seja o Itamaraty.

Com o entendimento de que a política externa pertence à esfera das políticas públicas, o argumento que propõe uma dicotomia entre política interna e política externa perde forças.

Durante a ditadura brasileira, o interno e o externo estavam intimamente relacionados. A esse respeito, Castilho explica como se comportou o Itamaraty:

durante os vinte e um anos que marcaram a ditadura militar brasileira, o Itamaraty viu-se influenciado pela conjuntura interna não apenas na formulação e implementação da política externa, mas também atuando de forma contínua nas engrenagens do sistema de informação da ditadura e no aparelho repressivo. (CASTILHO, 2015, p, 45)

Como exemplos do impacto que as mudanças internas provocaram dentro do Itamaraty, pode-se citar as duas comissões de inquérito realizadas após o golpe de 1964.

2.2 As Comissões de Inquérito do Itamaraty

Para a pesquisadora Gessica do Carmo, as comissões internas de investigação foram uma verdadeira “caça às bruxas” dentro do Itamaraty. Essas investigações se deram a partir das movimentações internas iniciadas com o golpe de 1964, tendo “influenciado diretamente a condução do MRE nos anos iniciais do regime militar no país e, em especial, na vida dos servidores cassados.” (CARMO, 2018, p. 58). Duas dessas comissões ocorreram, uma em 1964 e outra em 1967, sendo que ambas foram possíveis graças às mudanças legislativas impostas pelos militares.

Carmo (2018) cita o Ato Institucional nº 1 (AI-1), de 9 de abril de 1964 e o Decreto Nº 53.897, de 24 de abril do mesmo ano, como sendo os mecanismos legislativos que permitiram com que a primeira das comissões fosse realizada. A partir do AI-1, o governo, por meio de investigações sumárias, ganhou o poder de demitir e aposentar servidores públicos que “tivessem atendado conta a segurança do país, o regime democrático e a probidade da administração pública.” (CARMO, 2018, p. 59).

O Decreto em seguida permitiu a criação de um mecanismo chamado de Comissão Geral de Investigação (CGI). O mesmo documento também autorizava com que os próprios ministérios iniciassem investigações internas para, em sequência, entregar seus achados ao Presidente.

Segundo Carmo (2018), o então Chanceler Vasco Leitão da Cunha, só aceitou permanecer à frente do MRE após ter recebido dos militares os poderes para investigar, de forma independente, os “possíveis inimigos do regime no MRE” (CARMO, 2018, p. 59).

Os objetivos de Leitão da Cunha seriam dois: proteger o Itamaraty de denúncias externas, e expandir a autonomia do Ministério dentro do aparato governamental. Sendo assim, “o trabalho de investigação veio a calhar duplamente no Ministério: tanto por aumentar sua autonomia, quanto para afastar indivíduos não quistos no órgão.” (CARMO, 2018, p. 59).

Em maio de 1964 foi instaurada a Comissão de Investigação Sumária (CIS64) no âmbito do Itamaraty. Os objetivos da CIS64 eram os de investigar e afastar do MRE quaisquer servidores contrários ao novo regime (CARMO, 2018).

Além disso, a Comissão também tinha a incumbência de investigar: “malversação de fundos públicos, quebra de sigilo de informações, ameaça à segurança nacional, relações comerciais com países socialistas e questões relativas à concessão de vistos e passaportes” (CNV, 2014, p. 271).

De acordo com a pesquisa de Carmo (2018), Leitão da Cunha teve um papel vital não só na criação da CIS64, mas também na sua condução, procurando utilizar-se dela para remover do Itamaraty servidores que não eram efetivamente da carreira diplomática. “Em outras palavras, podemos considerar que o MRE teve total influência tanto no processo de instituição quanto de condução das investigações dos servidores.” (CARMO, 2018, p. 60). Ainda sobre o papel do Chanceler nas conduções da CIS64, tem-se:

Vasco Leitão era um diplomata conservador e favorável aos ideais da “revolução”, fato que possivelmente fortaleceu seu interesse particular em controlar o processo de investigações no MRE. Além das exonerações e demissões, entre outros, dos servidores externos ao serviço exterior, houve também um expurgo na carreira diplomática. O ministro chegou a alegar que fora obrigado a realizar a devassa no órgão. Entretanto, os documentos do período nos mostram que o próprio Vasco Leitão solicitou ao Conselho de Segurança Nacional um parecer sobre todos os funcionários do Ministério. (CARMO, 2018, p. 64).

Contudo, antes de tratar dos resultados da CIS64, é importante mencionar uma experiência anterior que ocorreu dentro do Itamaraty, que teve sua influência em ambas as comissões da época da ditadura, a “comissão de 1952”.

Segundo o relatório da Comissão Nacional da Verdade (2014), o processo em 1952 foi instaurado após o que ficou conhecido como a “Célula Bolívar”, episódio incitado por uma campanha de imprensa liderada pelo jornalista Carlos Lacerda.

Comandada pelo Embaixador Hildebrando Accioly, ex-secretário geral do MRE, a Comissão de 1952 (CIS52) teve como objetivo investigar a existência de uma suposta célula do

Partido Comunista dentro do MRE. Essa célula seria formada por jovens diplomatas que usavam uma linguagem “conspiratória de fundo nitidamente comunista” (CNV, 2014, p. 270).

Como resultado do inquérito, foram postos em disponibilidade inativa, sem remuneração, cinco diplomatas³. Isso foi possível graças a uma série de decretos individuais, assinados pelo presidente Vargas e por João Neves da Fontoura, então ministro das Relações Exteriores. Conforme conta a CNV, em julho de 1954, uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) declarou como nulas as penas aplicadas aos diplomatas, que foram logo reintegrados ao MRE. Todavia, a CIS64 não os esqueceu.

Conforme a pesquisa de Carmo (2018), membros da Comissão requisitaram papéis destes cinco diplomatas, além de documentos da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), instaurada no Senado em 1957. O Senado negou esse acesso, algo que levou o presidente da CIS64, Camillo de Oliveira, a procurar ajuda dos militares para reverter a decisão.

Carmo destaca o bom relacionamento entre Camillo de Oliveira e o então Secretário geral do Conselho de Segurança Nacional, e futuro presidente, o general Ernesto Geisel: “Em algumas ocasiões, em que Camillo Oliveira não conseguiu informações sobre alguns servidores, por exemplo, enviou os pedidos diretamente a Geisel.” (CARMO, 2018, p. 65).

Como produto, a CIS64 gerou um relatório final em que recomendava que fossem “guardadas certas precauções na designação dos referidos funcionários para novos postos ou funções, pelo menos durante um decurso de razoável tempo necessário ao seu completo ajustamento à realidade da vida funcional” (CNV, 2014, p. 272).

Segundo Carmo (2018), a CIS64 investigou ao menos 60 diplomatas e, dentre eles, quatro⁴ foram desligados do Itamaraty. Nota-se que dois deles foram servidores afastados pela CIS52 anteriormente: Antonio Houaiss e Jatyr de Almeida Rodrigues.

A pesquisa de Carmo (2018) ainda aponta que Camillo de Oliveira não estava satisfeito com esse resultado. O mesmo acreditava que era necessário investigar com mais profundidade a vida de diversos servidores do Itamaraty. “Solicitou a Vasco Leitão, com esse intuito, que lhe

³ João Cabral de Melo Neto, Antonio Houaiss, Jatyr de Almeida Rodrigues, Amaury Banhos Porto de Oliveira e Paulo Augusto Cotrim Rodrigues Pereira. (CNV, 2014).

⁴ Antonio Houaiss, Hugo Gouthier, Jatyr de Almeida Rodrigues e Jayme Azevedo Rodrigues. (CARMO, 2018).

desse mais tempo para examinar casos de inúmeros servidores do Itamaraty cuja vida funcional está a merecer uma investigação mais detida e minuciosa” (CARMO, 2018, p. 67).

A segunda comissão de investigação do período da ditadura militar (CIS69) foi instaurada pelo Itamaraty durante o governo do general Costa e Silva. Novamente o estabelecimento da comissão foi possível graças a novas decisões autoritárias da ditadura. Nesse caso, conforme explica Carmo (2018), foram eles o Ato Complementar nº 39 de dezembro de 1968, e o artigo 6º do Ato Institucional nº 5 (AI-5).

Estabelecida pelo então Ministro das Relações Exteriores José de Magalhães Pinto, a CIS69, diferente da CIS64, teve como propósito “perseguir os servidores que não tinham o perfil considerado adequado (aos olhos do novo governo) a um servidor do Ministério.” (CARMO, 2018, p. 69).

A comissão foi constituída pelos Embaixadores Antônio Cândido da Câmara Canto, Carlos Sette Gomes Pereira e Manoel Emilio Pereira Guilhon, e pelo secretário Fernando Antonio de Oliveira Santos Fontoura.

Em sua pesquisa, Carmo (2018) destaca o caráter invasivo da CIS69, preocupada agora muito mais com as condutas pessoais dos investigados. Até exames médicos, psiquiátricos e proctológicos, foram realizados, a fim de averiguar os “comportamentos, atitudes e modo de vida” (CARMO, 2018, p. 72) dos investigados.

Conforme relatado pela CNV (2014), o relatório final da CIS69 recomendou a aposentadoria compulsória de sete diplomatas e seis servidores administrativos, sob a alegação de homossexualismo [sic]; sugeriu a submissão de exames para comprovação de condutas homossexuais a dez diplomatas e dois servidores; propôs a aposentadoria de catorze funcionários por embriaguez e outros dois por risco à segurança nacional e convicções ideológicas consideradas subversivas.

Além disso, a CIS69 recomendou pena de repreensão à dois embaixadores, Decio Moura e Margarida Nogueira, pois ambos teriam omitido informações à comissão, quando interrogados a respeito da vida pessoal de servidores sob a sua responsabilidade. Acerca dos processos desencadeados no âmbito da comissão, e de seu caráter reacionário, tem-se:

Pelo menos 49 diplomatas foram investigados pela CIS69. [...] Ao contrário da comissão de 1964, que visava afastar servidores com ideologias contrárias ao regime, a comissão de 1969 focou na vida privada dos servidores, com a justificativa de zelar pelo nome da Casa, pois tais comportamentos violariam os valores do regime. O fato

de serem homossexuais, por exemplo, que faz parte da identidade daquelas pessoas e, certamente a intolerância, levaram a uma ação extrema de exoneração de vários funcionários. (CARMO, 2018, p. 76).

As Comissões de Inquérito de 1964 e 1969, realizadas dentro do Itamaraty, são evidências da interferência que o ministério sofreu durante a ditadura militar. Foram processos de perseguição política, ideológica e pessoal, autorizados por meio de mudanças legislativas impostas pelo regime militar, e realizados sob a tutela do comando do Itamaraty, que foi conivente e interessado.

Como outro exemplo da proximidade entre o Itamaraty e os governos militares, destaca-se a relação entre os Chanceleres e a Escola Superior de Guerra, que será tratada a seguir.

2.3 Os Chanceleres e a Escola Superior de Guerra

Para Carmo (2018), a ESG, criada em 1948, representava uma visão das Forças Armadas como guardiãs da segurança nacional, frente a ameaças subversivas, como o comunismo. Segundo o então tenente coronel Idílio Sardenberg (1949), a ESG funcionaria como um centro de estudos para assuntos nacionais, militares e internacionais.

Seus objetivos fundantes em 1948 eram os de “estabelecer e difundir um método de solução [dos problemas nacionais], criar um ambiente de compreensão entre os grupos nacionais e uma doutrina que promova o desenvolvimento do potencial nacional.” (SARDENBERG, 1949, p. 11).

Os estudantes da escola, chamados de estagiários, eram membros das Forças Armadas e da sociedade civil, sendo que os civis deveriam fazer parte de órgãos públicos ou serem convidados pelo comandante da ESG, em outras palavras, pelo chefe do Estado Maior das Forças Armadas (FARIAS, 1949).

Segundo Castilho (2017), a ESG se pautava por concepção política elitista, ou seja, partia da noção de que as massas populares não tinham a capacidade de guiar o país, sendo necessária a tutela de uma elite intelectual, que seria mais preparada para lidar com as aspirações da nação.

Para Castilho (2017), a principal elaboração político-teórica da ESG foi a Doutrina de Segurança Nacional, tendo um dos seus principais expoentes a figura do general Golbery do Couto e Silva.

Segundo a autora, a DSN, criada no contexto da Guerra Fria, era fortemente influenciada pela doutrina geopolítica alemã, carregada de nacionalismo e anticomunismo. “Calcando-se na ideia de defesa coletiva e integral, a DSN via como maior ameaça a segurança continental o avanço do comunismo.” (CASTILHO, 2017, p. 154).

Conforme explica Carmo (2018), a influência da ESG durante o governo de Castello Branco foi extensa. Diversos membros de seu governo foram estagiários da escola, destacando-se entre eles o próprio Castello e também seu chanceler, Vasco Leitão da Cunha. Essa influência ideológica se fazia presente dentro do próprio Itamaraty:

Logo, era indiscutível que a ideologia por trás de suas formações marcasse o governo, contribuindo, assim, não somente para o direcionamento da política exterior do primeiro governo militar como também para a organização interna do país naquele momento. *Vários diplomatas também foram estagiários da ESG e isso pode ter influenciado suas formas de pensar e agir. A influência da ideologia da ESG, basicamente anticomunista, no novo direcionamento do Itamaraty era evidente, mas isso não significa que era consenso entre os vários servidores.* (CARMO, 2018, p. 96, grifo meu)

Durante a ditadura, a ESG convidou por diversas vezes os chanceleres da época para discursar perante os estagiários. Esses discursos podem ser lidos na íntegra em um livro publicado pela Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG) e organizado por Sérgio Eduardo Lima e Rogério Farias.

Nas palavras do então chanceler, Aloysio Nunes (apud LIMA, FARIAS, 2018), o livro representa uma amostra da contribuição do Itamaraty para com a reflexão estratégica e também do diálogo e cooperação entre os diplomatas e militares. Para Aloysio, as falas dos chanceleres na ESG oferecem reflexões sobre as grandes linhas gerais da política externa do Brasil ao longo das décadas, seus fundamentos e objetivos estratégicos.

Analisando as falas dos chanceleres da ditadura, é possível identificar, em diversos momentos, o alinhamento ideológico entre o comando do Itamaraty e os governos militares. Ao discursar como convidado na ESG em 1966, o chanceler Juracy Montenegro Magalhães não poupa elogios ao golpe, chamado por ele de “revolução de 1964” e ao papel da escola nesse processo:

De fato, tanto é verdade que a sobrevivência da pátria brasileira veio a ser posta em jogo quanto é real que a salvação nacional, realizada pela revolução de março de 1964, foi tornada possível, em grandíssima medida, pelas armas e utensílios forjados aqui e manejados por uma admirável plêiade de ex-alunos desta grande Escola. (MAGALHÃES, 1966, apud LIMA, FARIAS, 2018, p. 248)

Juracy Magalhães segue dizendo que as diretrizes pelas quais segue como ministro das Relações Exteriores são as mesmas que seguia quando era embaixador em Washington, e que essas diretrizes seriam aquelas definidas pelo presidente Castello Branco em seu discurso no Itamaraty em 31 de julho de 1964.

Para Juracy Magalhães, a definição vinda do general Castello foi clara, e serviu de inspiração para os executores da política externa brasileira, já que nela “hão de encontrar orientação segura e consentânea tanto com os supremos interesses nacionais quanto com a melhor tradição de nossa diplomacia.” (apud LIMA, FARIAS, 2018, p. 249).

Em seguida, o chanceler toca no assunto da segurança no contexto de combate às forças ditas subversivas, o comunismo e a esquerda: “A pertinência do conceito de segurança coletiva torna-se indiscutível quando se atenta para as formas insidiosas de intervenção que os países comunistas têm divisado e posto em prática” (MAGALHÃES, 1966, apud LIMA, FARIAS, 2018, p. 254).

Em outra passagem, Juracy Magalhães faz duras críticas à política exterior do governo deposto de João Goulart, elogiando a retomada dos rumos dirigida por Castello Branco. Juracy (apud LIMA, FARIAS, 2018, p. 259) diz que a política anterior foi banida, junto com o “regime de corrupção e irresponsabilidade” e que ela apenas fingia estar guiada pelo interesse nacional, quando na verdade estava “impregnada de uma ideologia estranha à formação cristã do povo brasileiro”, estando de fato subordinada ao “bloco oposto de nossa comunidade”.

Por fim, o chanceler de Castello Branco não nega o seu total alinhamento, e do próprio Itamaraty, para com a política implementada pela ditadura:

E por isso também notamos todos, no Itamaraty, com grande satisfação, tanto como executores de nossa política exterior quanto como simples patriotas, o acerto e a intensidade da ação que se está promovendo nesse sentido, graças ao programa do governo revolucionário, sob a sábia inspiração e competente chefia do marechal Castello Branco, bem como graças aos empreendimentos de muitos de nossos setores privados. (MAGALHÃES, 1966, apud LIMA, FARIAS, 2018, p. 261)

O próximo chanceler a discursar para os estagiários da ESG foi José de Magalhães Pinto, em 1967. Em sua fala, intitulada “Fundamentos da Política Exterior do Brasil”, ele expressa, assim como seu antecessor, um profundo alinhamento com as políticas do governo. Ao comentar o problema das guerrilhas e da subversão, Magalhães Pinto frisa que, apesar dessas

ameaças serem normalmente resolvidas através do uso das Forças Armadas, existem momentos em que esforços multinacionais são necessários.

Ele chega a defender a hipótese de uma “ação conjunta de emergência [interamericana], frente a um caso concreto de subversão comunista que supere as possibilidades nacionais de defesa e constitua uma ameaça à própria segurança do hemisfério.” (PINTO, 1967, apud LIMA, FARIAS, 2018, p. 276).

Em 1970, Mário Gibson Alves Barbosa começa a sua fala com um elogio à nova administração militar que se inicia, chamada por ele de um “terceiro governo revolucionário” (BARBOSA, 1970, apud LIMA, FARIAS, 2018, p. 309).

Em outra passagem, Barboza cita um trecho de um discurso do general e presidente Médici, dizendo depois: “Eis aí, colocado pela autoridade suprema do chefe da nação, o módulo que nos dá a medida de nossa conduta internacional nessa década que se inicia.” (BARBOSA, 1970, apud LIMA, FARIAS, 2018, p. 311).

Em 1974, o chanceler Antônio Francisco Azeredo da Silveira reforça a noção de que todos os setores do governo agem em concordância e cooperação, ao citar a seguinte fala do então presidente Geisel: “toda ação de governo é hoje necessariamente integrada, em face das relações de dependência, mais ou menos estreita, entre vários setores.” (SILVEIRA, 1974, apud LIMA, FARIAS, 2018, p. 326).

Em outra passagem, cita o alinhamento do Itamaraty para com a ideia de “pragmatismo responsável”, mencionada por Geisel em sua primeira reunião ministerial:

Uma política autêntica, fundada exclusivamente nos interesses nacionais, dispensa declarações de partidarismo apriorístico, que equivalem a apelos à atenção protetora. Esse o sentido profundo da diretriz formulada pelo senhor presidente da República no pronunciamento que fez à nação brasileira por ocasião da primeira reunião ministerial, em 13 de março último, no sentido de que a política externa do IV governo da revolução obedeceria a um “pragmatismo responsável”. A esse conceito já nos referimos em outras ocasiões para mostrar como enriquece e amplia a capacidade de atuação diplomática brasileira. (SILVEIRA, 1974, apud LIMA, FARIAS, 2018, p. 336)

Em vários momentos, Silveira estabelece o presidente Geisel como o grande direcionador da política externa brasileira. Quatro anos depois, em 1978, Silveira retorna a ESG para proferir mais um discurso, dessa vez, frisando a solidez dos laços entre o Itamaraty e a Escola Superior de Guerra. Ele diz: “São tradicionais e fortes os laços que unem o Itamaraty a

esta instituição de altos estudos e a realização destes ciclos nos oferece, anualmente, a oportunidade de estreitarmos nossos vínculos por meio de uma ampla troca de ideias e experiências.” (SILVEIRA, 1978, apud LIMA, FARIAS, 2018, p. 351).

As falas dos diversos chanceleres na ESG demonstram como o Itamaraty estava próximo de uma das instituições responsáveis pela elaboração e propagação da ideologia dos governos militares, e como o próprio ministério era seguidor dessas ideologias e dos direcionamentos dos presidentes da ditadura. A política externa era, portanto, uma política pública direcionada e implementada pelo governo.

2.4 As denúncias contra o Brasil em fóruns internacionais de Direitos Humanos

Um dos aspectos abordados pelo relatório da Comissão Nacional da Verdade, em seu capítulo intitulado “A participação do Estado brasileiro em graves violações no exterior”, é a atuação da diplomacia da ditadura nos foros internacionais.

Segundo o relatório (CNV, 2014), o Itamaraty atuou em diversos organismos multilaterais para acobertar e dissimular as graves violações de direitos humanos que aconteciam no país, “negando, sistematicamente, a ocorrência de casos de detenções arbitrárias, sequestros, torturas, execuções sumárias e desaparecimentos.” (CNV, 2014, p. 275).

Dentre esses fóruns, destacam-se a Comissão de Direitos Humanos (CDH), no Sistema das Nações Unidas (ONU), e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), no sistema da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Nesse contexto, foi criado pelo regime, um Grupo Interministerial (GTI), cujos membros eram representantes do MRE, do Ministério da Justiça, da secretaria geral do Conselho de Segurança Nacional (CSN) e do SNI. O diplomata que coordenava esse grupo interministerial foi o embaixador João Clemente Baena Soares, que deu um depoimento à CNV.

Segundo o diplomata (CNV, 2014), todas as comunicações recebidas, fossem elas vindas de Genebra, da CDH, ou de Washington, da CIDH, eram encaminhadas para a Casa Militar da Presidência da República, pela DSI (Divisão de Segurança Interna). A Divisão de Segurança Interna do MRE (DSI/MRE) consultava o ministro da Justiça e o SNI. Quando se tratava da Assembleia-Geral da ONU, consultava-se o ministro que, por sua vez, consultava o presidente da República.

Segundo a CNV (2014), esse grupo interministerial, criado pela burocracia de alto escalão do regime militar em 1974, foi encarregado com a missão de apoiar a ação do Brasil dentro de dois fóruns principais, a CDH e a CIDH, pertencentes ao Sistema ONU e OEA, respectivamente.

De forma geral, as orientações vindas do grupo “descartavam estabelecimento de diálogo com indivíduos ou grupos internacionais de pressão”, dentre eles, a Anistia Internacional e a Comissão Internacional de Justiça antecipavam também o acompanhamento “de forma mais estreita” da tramitação de denúncias e alegações encaminhadas aos sistemas ONU e OEA contra o Brasil.

Além disso, “defendia especial atenção, por parte das missões permanentes em Nova York, Genebra e Washington” (CNV, 2014, p. 279). Estrategicamente, o GTI traçou alguns objetivos práticos, sendo eles:

aprofundar a participação do Brasil em ambos os sistemas, buscando a reeleição na Comissão Interamericana de Direitos Humanos e tentando o ingresso na CDH, nas eleições de 1975. [...] O objetivo nada tinha a ver com o respeito e a promoção dos direitos humanos. A ação dos agentes do governo deveria ser defensiva. (CNV, 2014, p. 280)

Os pesquisadores da CNV (2014) destacam a participação do Brasil, desde a década de 1940, na elaboração de diversos instrumentos internacionais de proteção aos direitos humanos. Contudo, as próprias vítimas da ditadura no Brasil não puderam aproveitar das proteções advindas desses mecanismos multilaterais:

Embora os mecanismos disponíveis tenham sido acionados por indivíduos e organizações, de dentro e mesmo fora do país, em defesa dos que sofriam perseguição política, ou de grupos sociais em situação de risco, os resultados ficaram muito aquém do desejado. Mostraram-se pífios, se comparados aos obtidos por outros países do Cone Sul, na mesma época. Documentos inéditos analisados pela CNV não apenas *confirmam a tese da eficácia da diplomacia brasileira em resguardar os interesses da ditadura*, em detrimento da dignidade humana, como evidenciam de que forma isso se deu e os estratagemas adotados. (CNV, 2014, p. 275, *grifo meu*)

Sobre a eficácia da diplomacia brasileira em resguardar os interesses da ditadura dentro dos fóruns internacionais de proteção aos direitos humanos, o pesquisador João Roriz traz apontamentos importantes. Para Roriz (2021), por meio do estudo de documentos no acervo do MRE, é possível afirmar que a diplomacia brasileira atuou de forma “diligente” para que todas as críticas ao Brasil na ONU fossem silenciadas.

Dentre essas críticas, destaca-se o caso que tramitou na CDH durante os anos de 1974 e 1976, referido pelos diplomatas da época como “dossiê”, contendo diversas denúncias contra a ditadura. Segundo Roriz (2022), a principal delas foi um relatório produzido pela Anistia Internacional, que listava mais de 1.000 vítimas e 472 violadores, dentre casos de tortura, homicídios, e prisões políticas, realizadas entre 1968 e 1972. “O caso foi a principal ameaça contra a ditadura militar no sistema ONU e o que mais mobilizou a diplomacia do regime.” (RORIZ, 2022, p. 107).

Roriz também destaca o fato de que táticas semelhantes foram utilizadas dentro do sistema da OEA, porém, com menor sucesso, já que o Brasil não conseguiu impedir com que a CIDH condenasse o país em duas ocasiões (os casos 1683 e 1684).

2.4.1 A CDH e o caso contra o Brasil

Em 1946, no âmbito do Conselho Econômico e Social (Ecosoc), é formada a Comissão de Direitos Humanos da ONU. Seu propósito inicial era o de elaborar estudos e recomendações que abordavam a temática dos direitos humanos. Dentro da estrutura da CDH existiram subcomissões, dentre elas a Subcomissão de Prevenção da Discriminação e Proteção de Minorias, fundada em 1947, que foi onde um dos casos contra o Brasil tramitou (RORIZ, 2022).

Por decisão dos membros do Ecosoc, a CDH foi estabelecida como um órgão intergovernamental, ou seja, era composta por representantes de seus Estados. De forma diferente, os membros das subcomissões atuavam como indivíduos pessoais, sem representar nenhum governo.

Contudo, mesmo esses membros não serem ligados diretamente a nenhum governo, eles “dificilmente operavam em descompasso com seus Estados de origem, já que sua eleição dependia da aquiescência daquele Estado.” (RORIZ, 2022, p. 108). Conforme explicado por Roriz (2022), a atuação do membro na Subcomissão era comumente articulada junto ao governo de seu Estado, como foi no caso brasileiro.

Ainda sobre o funcionamento da CDH, apesar de originalmente não ter tido essa função, com o tempo, o órgão passa a receber denúncias acerca de violações de direitos humanos, por meio de resoluções que instituíram dois sistemas de análise de denúncias (RORIZ, 2022).

O primeiro sistema permitia um controle “ostensivo”, ou público, e segundo um controle “confidencial”, já que o teor das denúncias era mantido em segredo (RORIZ, 2022). Tais denúncias seriam investigadas por um grupo de trabalho, contendo não mais do que 5 pessoas,

que seriam responsáveis por analisar as comunicações recebidas e também as respostas dos governos. (RORIZ, 2022). O caso brasileiro foi analisado por esse segundo sistema.

Conforme mencionado anteriormente, a principal ameaça à ditadura brasileira no Sistema ONU, e parte chave do caso de denúncia contra o Brasil, foi um relatório produzido pela ONG Anistia Internacional. Sobre ele tem-se o seguinte:

O relatório começa detalhando a legislação desde o início do golpe, com ênfase nas medidas de segurança nacional e os atos institucionais, a criação de agências e órgãos de segurança, banimentos, julgamentos políticos, dentre outros. Após a descrição institucional dos rumos autoritários do regime, foram expostas suas consequências: choques elétricos, abusos sexuais, pau de arara e espancamentos são apresentados ao lado de nomes de pessoas que sofreram a sevícia. São essas pessoas quem falam e nelas reside a força do texto: seus relatos têm seus afetos, sentidos, palavras, lugares e nomes, têm, enfim, a sua narrativa, algo que não circulava no Brasil em tempos de autoritarismo. Sua forma e estética transmitem uma sensação de descrição de eventos com riqueza de detalhes que fortalece sua veracidade. Seus números são expressivos: 1.081 vítimas e 472 perpetradores de violações vinculados a organizações diversas, como a Oban, Codi, Dops, Cenimar e polícia militar. (RORIZ, 2022, p. 114)

A denúncia foi formalmente apresentada contra o Brasil em fevereiro de 1974, em que a própria Anistia Internacional, e outras ONGs, teriam direito de fala. A resposta da diplomacia brasileira veio na forma de instruções enviadas pela Secretária Geral do MRE, poucos dias depois, estabelecendo “pela primeira vez uma forma mais sistemática de ação em relação ao sistema onusiano de direitos humanos.” (RORIZ, 2022, p. 116).

A estratégia a ser adotada imediatamente era a de desqualificar o documento, denunciando suas motivações políticas e o qualificando como parcial e pouco honesto, além de frisar que o Brasil era mais do que capaz de examinar as denúncias domesticamente (RORIZ, 2022). Com a entrada de Geisel na presidência e Azeredo da Silveira no MRE, ocorreu uma centralização do processo decisório acerca dessas questões.

A criação do grupo interministerial se deu durante esse período. Além disso, a “CDH, a Subcomissão e o grupo de trabalho começaram a ser observados regularmente e os diplomatas brasileiros identificavam quais pessoas e delegações tinham mais abertura às demandas do país.” (RORIZ, 2022, p. 117).

Um ponto importante foi o debate sobre a participação, ou não, do Brasil dentro desses fóruns internacionais. Para Roriz (2022), não havia ainda um consenso sobre cooperar ou não com a CDH e a OEA. O debate foi resolvido a partir de uma decisão do executivo. O relatório da CNV (2014) revela um documento em que Armando Falcão, o então Ministro da Justiça, era informando que a decisão de cooperar com as organizações veio do próprio presidente Geisel.

Roriz (2022) continua dizendo que as estratégias brasileiras viam rendendo frutos. Para o embaixador brasileiro Sergio Armando Frazão, o Brasil passava uma boa imagem dentro do Subcomissão, tendo apoio de outros integrantes, que elogiavam o “desenvolvimento econômico brasileiro, a situação indígena e a receptividade das autoridades quando da viagem ao país” (RORIZ, 2022, p. 119).

Nesse momento, Frazão ainda aconselha sobre o próximo passo que o Brasil deveria seguir, o de se candidatar a uma posição dentro da CDH nas próximas eleições de 1975. O sucesso dessa ação, segundo o embaixador, servia para dificultar ou impedir as colocações negativas contra o Brasil (RORIZ, 2022).

Com a proximidade da 31ª Sessão da CDH, em 1975, a diplomacia brasileira traçou seu plano de ação. Conforme explica Roriz (2022), existiam dois cenários almejados pelo MRE, o de arquivamento ou o de adiamento da decisão na CDH.

Para alcançar esses objetivos, a diplomacia brasileira atuou em 3 frentes diferentes: Brasília, Nova York e Genebra, através de gestões bilaterais junto aos membros do grupo de trabalho, e também às delegações de países envolvidos. No fim da 31ª Sessão, foi decidido pelo adiamento. Contudo, ao longo desse período, novas denúncias foram sendo feitas contra a ditadura:

O regime militar se preocupava com essas novas denúncias, e o Grupo Interministerial arregimentou informações sobre algumas. A diplomacia da ditadura procurava evitar que novas denúncias fossem juntadas ao dossiê preparado pela Anistia.” (RORIZ, 2022, p. 121).

Em janeiro de 1976, logo antes da 32ª Sessão da CDH, foi apresentada pela diplomacia da ditadura brasileira uma resposta formal à acusação. Tal resposta utilizou de uma série de argumentos normativos relacionados à institucionalidade, à supostas garantias legais vigentes no Brasil, e ao fato de que o país estava passando por um processo de desenvolvimento econômico. Frisava também que o Brasil estava cooperando com a CDH, respondendo às suas indagações, apesar de que tais assuntos na verdade eram de natureza interna (RORIZ, 2022).

A estratégia de utilizar gestões bilaterais junto aos participantes e às delegações dos demais países prosseguiu, passando a envolver a entrega de informações organizadas pelo SNI. O objetivo dessas informações era criminalizar as pessoas mencionadas no dossiê. Informações essas que não deveriam ser entregues oficialmente à CDH (RORIZ, 2022).

As gestões realizadas pela diplomacia brasileira obtiveram sucesso. O relatório do grupo de trabalho constatou que o governo brasileiro detinha os meios internos necessários para prevenir violações de direitos humanos, e que não haviam ações necessárias (RORIZ, 2022).

Finalmente, a 32ª Sessão da CDH, no dia 3 de março de 1976, decidiu pela arquivagem do dossiê contra o Brasil, por dezesseis votos a favor, três contra e seis abstenções (RORIZ, 2022). Nesse caso, “não há como ignorar os sucessos da movimentação diplomática brasileira. A cada etapa do longo trâmite burocrático, o Brasil angariou apoio, ganhou votos e usou a burocracia a seu favor.” (RORIZ, 2022, p. 124).

Outras denúncias contra o Brasil foram feitas no âmbito da CDH, inclusive pela Anistia Internacional, contudo não obtiveram sucesso. Poucos anos depois, em 1978, o Brasil assumia sua posição de membro eleito da CDH. De forma sintética, a respeito das estratégias da ditadura brasileira frente a essas acusações de violações de direitos humanos no sistema ONU, e o que isso tem a dizer sobre o papel do MRE durante os anos da ditadura, tem-se o seguinte:

A diplomacia da ditadura não foi meramente reativa às denúncias contra o país: o Ministério das Relações Exteriores acompanhou o dossiê em todas as etapas do processo, buscou e conseguiu influenciar o processo decisório tanto nas instâncias de representação estatal quanto junto aos especialistas independentes. A máquina burocrática se organizou, diversos ministérios se envolveram, estratégias foram debatidas e um complexo desenho e processos decisórios foram executados. A diplomacia da ditadura foi eficaz e empregou as mais variadas táticas pelos canais formais e informais, a fim de arquivar as denúncias de assassinato, tortura, prisões políticas e outras violações. Por fim, a atuação brasileira nesse caso é um exemplo de como a política externa do período não passou incólume ao regime ditatorial vigente no país (RORIZ, 2022, p. 129).

2.4.2 A CIDH e o casos contra o Brasil

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos, no âmbito da OEA, foi o destino de diversas denúncias, vindas de grupos ou indivíduos, contra as ditaduras do Cone Sul, dentre elas, a brasileira. No início dos anos 1970, a CIDH estava passando por um processo de transição institucional de seus propósitos, deixava de lado o papel que lhe foi designado em 1959, o de promoção dos direitos humanos por vias da educação, difusão de informações e elaboração de doutrinas, e adotava práticas de proteção dos direitos humanos.

Dentre elas destaca-se as de *naming* e *shaming*, em outras palavras, as de nomear e constranger países violadores de direitos humanos (BERNARDI, 2017). Contudo, durante essa fase de transição inicial, faltava à CIDH a “capacidade e ferramentas para controlar um Estado

violador de direitos humanos de maior projeção geopolítica como o Brasil.” (BERNARDI, 2017, p. 2).

A pesquisa de Bruno Bernardi (2017) ainda aponta que, essa falta de capacidade, era derivada da ausência de condições políticas e institucionais dentro da própria OEA, do contexto mais amplo de Guerra Fria que privilegiava as ditaduras de direita, e da presença de “defensores do status quo” dentro da própria Comissão. Esses defensores eram “comissionados mais preocupados com a defesa dos governos do que com os direitos humanos e com o fortalecimento institucional da CIDH.” (BERNARDI, 2017, p. 2).

A pesquisa de Bernardi (2017) levantou que, entre os anos de 1969 e 1973, a CIDH recebeu ao menos 77 petições contra o Brasil, sendo que apenas 20 dessas foram aceitas. Dentre os casos aceitos, em apenas dois a CIDH de fato considerou o Estado brasileiro culpado das acusações, sendo eles o caso 1683 e 1684.

Em 9 de junho de 1970, a CIDH recebeu uma comunicação vinda da Confederação Latino-Americana Sindical Cristã, sediada em Caracas e Venezuela, que fazia a denúncia da detenção arbitrária, tortura e morte de Olavo Hansen, um líder sindical da indústria têxtil de São Paulo. Essa denúncia deu origem ao caso número 1683 (CNV, 2014).

Seguindo o regulamento da CIDH, em 26 de outubro do mesmo ano, foi comunicado ao ministro de Estado das Relações Internacionais do Brasil, Mário Gibson Barbosa, quem seria o relator do caso, e solicitado para que o relator e o secretário executivo da CIDH pudessem visitar o Brasil a fim de colher as informações necessárias (CNV, 2014).

A resposta do Estado brasileiro veio apenas em janeiro de 1971. Nela os pedidos de informação foram respondidos e a visita dos membros da Comissão foi negada (BERNARDI, 2017). A posição oficial da ditadura era a de que Olavo Hansen cometera suicídio (CNV, 2014). Apesar da visita ter sido negada, o relator, Durward V. Sandifer, continuou com a análise do caso e com a elaboração de um relatório, contendo conclusões e recomendações, entregue em março de 1971.

Bernardi (2017) destaca a participação de um personagem, em especial nesse caso, a do comissionado brasileiro na CIDH, Carlos Alberto Dunshee de Abranches. Conforme explicado pelo autor, Abranches fora um professor de direito conservador, e “forte defensor do princípio de não intervenção com vínculos com as classes altas brasileiras e o regime militar” (BERNARDI, 2017, p. 5).

Abranches é considerado pelo pesquisador como um sólido defensor do regime militar dentro da CIDH, atuando de forma “comprometida” em sua defesa, apesar de exercer uma função de caráter pessoal, não sendo um representante oficial do governo brasileiro. Abranches, por diversas vezes durante as discussões, se mostrou contrário a qualquer acusação contra o Estado brasileiro, votando sempre nessa direção.

Contudo, apesar da atuação de Abranches e de seu voto contrário, o quinto relatório sobre o caso 1683, que servira de fundamento para a resolução final da CIDH, criticava a decisão do estado brasileiro em negar a visita dos membros da Comissão, e considerava a denúncia como sendo um caso gravíssimo de violação do direito à vida (BERNARDI, 2017).

O caso 1964 teve como base três denúncias anônimas, enviadas entre junho e julho de 1970, que afirmavam existir cerca de 12 mil prisioneiros políticos no Brasil, bem como a existência de práticas de tortura, que incluíam estupro, afogamento e choques elétricos (CNV, 2014).

Da mesma forma que fizera com o caso envolvendo Hansen, o governo brasileiro negou qualquer violação, incluindo a própria existência de presos políticos no país, além de proibir mais uma vez a visita dos membros da Comissão (BERNARDI, 2017). Sobre o início desse processo e a respeito das táticas usadas pela diplomacia brasileira, tem-se:

Encarregado de elaborar um relatório com conclusões e recomendações a respeito da denúncia, Sandifer [o relator do caso] adotou um tom combativo nas suas considerações de março de 1971. O comissionado Abranches se opôs às considerações, mas seu voto foi vencido e prevaleceu o relatório de Sandifer, ao qual o Estado brasileiro respondeu em agosto de 1971 com um pedido de prorrogação do prazo para o envio das informações requeridas, *um claro indício de manobra protelatória da diplomacia brasileira para alongar as discussões, ganhar tempo e tentar dissipar as pressões*, a qual se coadunava com as negativas de pedidos formulados pela CIDH e não reconhecimento de suas críticas por parte do Estado. (BERNARDI, 2017, p. 7, *grifo meu*)

O trâmite do caso na CIDH continuou, com várias trocas de comunicações e respostas entre a Comissão e o estado brasileiro. Seu resultado final foi a aprovação de um relatório contrário ao Estado Brasileiro, “a despeito do contundente pedido de revisão do governo brasileiro e do voto contrário de Abranches.” (BERNARDI, 2017, p. 8).

Contudo, embora as decisões da CIDH, em ambos os casos, tenham contido críticas importantes, seus efeitos foram, nas palavras de Bernardi (2017), “praticamente nulos e inócuos”. O pesquisador considera os diversos constrangimentos políticos e institucionais

enfrentados pela CIDH como fatores que contribuiriam para o êxito dos esforços de obstrução de Abranches e da diplomacia brasileira.

A estratégia do governo brasileiro, e de sua diplomacia, para lidar com as denúncias dentro da OEA se basearam, então, em táticas de procrastinação, com o intuito de atrasar o máximo possível qualquer resolução, e também do abuso das regras burocráticas da CIDH. Através de petições e recursos, o Estado brasileiro conseguia garantir para si um amplo tempo de resposta às acusações (BERNARDI, 2017).

Nota-se também a importância do trabalho de agentes favoráveis à ditadura dentro da instituição, como foi o caso com Abranches. O relatório da CNV (2014) revela que, o então ministro das Relações Exteriores, Azeredo da Silveira, considerava Abranches como um elemento chave para impedir com que dossiês negativos ao Brasil fossem publicados, ainda mais se ele chegasse à posição de Presidente do órgão.

A estratégia geral do Brasil era a de atrasar o máximo possível a publicação dos relatórios públicos da OEA acerca dos casos que envolviam o país, já que “quanto maior for o tempo decorrido entre os fatos tratados nos 1.683 e 1.684 e a divulgação dos relatórios que sobre eles pretende publicar a CIDH, menor será sua repercussão internacional.” (CNV, 2014, p. 288). Nesse sentido, Bernardi destaca mais uma tática implementada por Abranches em defesa dos interesses da ditadura:

Além disso tudo, em colusão com a ditadura, Abranches tinha a estratégia não só de prolongar a discussão dos casos, mas de também promover um adensamento burocrático e processual, aumentando ao máximo o volume de material probatório repetitivo e inútil enviado pelo Estado à CIDH. Abranches exigia que os casos 1683 e 1684 fossem publicados por extenso e com a totalidade dos vastos documentos da defesa brasileira com vistas a dificultar sua publicação. Aproveitando-se da debilidade estrutural da CIDH e da sua crônica falta de recursos materiais, Abranches esperava gerar embaraços para a divulgação dos casos pela Comissão em seu relatório, problema real que inclusive levou Luis Reque, secretário executivo da CIDH, a buscar fontes alternativas de financiamento e a considerar repassar o material para divulgação da imprensa. (BERNARDI, 2017, p. 10).

Com o estudo da atuação da diplomacia brasileira nesses dois órgãos internacionais, a CDH e a CIDH, é possível verificar o afincamento com que ela defendeu os interesses da ditadura, agindo para blindá-la de qualquer escrutínio internacional, contribuindo, então, para a continuidade das diversas e graves violações de direitos humanos cometidas pelo Estado brasileiro. Contudo, essa atuação não se deu apenas dentro de fóruns multilaterais como esses,

mas também através do apoio direto a outros governos ditatoriais, também violadores de direitos humanos.

2.5 O Brasil e o golpe no Chile

A DSN, que marcou o pensamento formado dentro da ESG durante o regime militar, via o comunismo como uma das maiores ameaças à segurança nacional. Partindo dessa premissa, ela passa a dividir o sistema internacional em várias regiões, os chamados Círculos Concêntricos, que se expandiam ao redor das fronteiras nacionais e representavam o grau de influência da política externa brasileira, e também o grau de perigo.

No círculo mais próximo, o da América do Sul, não se podia permitir com que a esquerda ganhasse poder, pois isso seria uma ameaça direta à segurança no Brasil. Sendo assim, entendia-se que o país poderia agir para além de suas fronteiras geográficas, com o intuito de impedir a ascensão da esquerda em qualquer país vizinho.

Nesse contexto, a eleição do socialista Salvador Allende, no Chile, em 1970, preocupou tanto as autoridades militares, quanto o Itamaraty, o que levou a política externa brasileira a intervir internamente no país vizinho. Essa intervenção envolveu não só espionagem, mas também a participação no golpe militar de 1973, que instaurou a sangrenta ditadura de Augusto Pinochet. Esse é um caso que demonstra o caráter reacionário da política externa brasileira durante a ditadura.

2.5.1 Contexto político do Chile e o golpe de 1973

As eleições presidenciais de 1970 no Chile deram a vitória à Unidade Popular (UP), formada pelos partidos Socialista e Comunista chilenos, e para o candidato marxista, Salvador Allende. Segundo Fernanda Fernandes (2009), várias forças se movimentaram de forma contrária ao resultado das eleições. O então presidente do país, Eduardo Frei, se recusou a reconhecer a vitória de seu oponente, e grupos conservadores tentaram (com apoio da CIA), sem sucesso nesse momento, conseguir o apoio das Forças Armadas para impedir a posse de Allende.

O recém-empossado presidente tinha três grandes objetivos econômicos para o Chile: “a nacionalização do cobre e dos demais recursos naturais; a melhoria das condições de vida das camadas menos favorecidas; e a extinção do latifúndio” (FERNANDES, 2009, p. 73). Para atingir seus objetivos, Allende propunha a ideia da “via chilena ao socialismo”, uma estratégia que levaria o Chile ao socialismo de forma pacífica e dentro dos limites legais.

De 1970 até 1973, o governo de Salvador Allende passou por diversas crises, dentre elas: boicotes internacionais, problemas econômicos, greves, protestos, tentativas de golpes e a forte oposição das camadas conservadoras da sociedade. Por um momento, Allende conseguiu contar com o apoio do então general, Jorge Prats, chefe do alto comando militar e um defensor do constitucionalismo das Forças Armadas, ou seja, contrário a intervenções dos militares em questões políticas.

Contudo, tanto os ataques vindos de setores reacionários da sociedade chilena, quanto pressões internas das Forças Armadas, fizeram com que Prats renunciasse ao cargo, sendo substituído pelo general Augusto Pinochet (FERNANDES, 2009). A unidade no campo político da esquerda também passava por crises; a decisão de Allende de convidar militares para exercer cargos dentro de seu governo, com o intuito de conseguir maior estabilidade e governabilidade, desagradou vários setores mais radicais da esquerda chilena (BANDEIRA, 2008).

No dia 11 de setembro de 1973, as Forças Armadas do Chile, lideradas pelo general Augusto Pinochet, apoiado da CIA, realizaram um golpe de estado. Esse golpe culminou no assassinato do presidente Allende e na instauração de uma ditadura militar no país (FERNANDES, 2007, p. 80).

Harmer (2011, p. 269) descreve com detalhes os acontecimentos do dia: às 9:10 da manhã, Salvador Allende se despede da nação por um pronunciamento no rádio, coloca um capacete de metal e se prepara para defender o Palácio La Moneda, sede do governo. Às 9:15, um tiroteio começa do lado de fora do prédio, as 10:00 tanques começam a chegar, e por volta de meio dia, aviões começam a bombardear o palácio. Os seus ocupantes se defenderam como podiam, contudo, a batalha termina com a vitória das forças golpistas. Perto das 14 horas, soldados invadem a sede do governo e encontram o presidente morto (HARMER, 2011, p. 269).

De forma semelhante aos demais golpes de estado no Cone Sul, o que ocorreu no Chile também seguiu a lógica da Guerra Fria de perseguição às esquerdas (FICO, 2008), e teve amplo apoio do governo norte-americano por meio da CIA, que contribuiu para criar as condições do golpe (CARNEIRO, 2015). Todavia, Harmer (2011) destaca a importância de distinguir entre “criar as condições” para um golpe de Estado e “planejar e liderá-lo”. Para a autora, “foram os militares chilenos – não Washington – que, no fim, decidiram agir” (HARMER, 2011, p. 247, tradução minha).

A repressão que se seguiu no Chile foi extrema, violenta e muito mais “às claras” do que aquela implementada pela ditadura brasileira. “Nos primeiros meses após o golpe, o número das pessoas sumariamente executadas pelo Exército ou pela polícia parece ter sido muito superior ao das que receberam algum tratamento judicial” (PEREIRA, 2010, p. 60). Segundo Antunes (2008, p. 223), o “aparato de segurança funcionava fora dos limites formais, milhares de pessoas foram presas, mortas e desaparecidas”.

2.5.2 O envolvimento brasileiro no golpe no Chile

O trabalho do pesquisador e jornalista, Roberto Simon, trata a fundo desses temas, e apresenta um dos argumentos mais organizados a respeito da participação do Brasil com o golpe no Chile. Em seu livro, “O Brasil Contra a Democracia” (2021), Simon sintetiza esse envolvimento como uma política de Estado:

A ditadura brasileira ajudou a golpear a mais longa democracia de seu entorno geográfico e, no lugar, instalar um regime cujas sanguinolência e crueldade praticamente não tinham precedentes na América do Sul moderna. Essa intervenção – em outras palavras, o conjunto de ações de agentes do Estado Brasileiro com o objetivo de enfraquecer e subverter o poder constituído no Chile – não foi fruto de ações episódicas e autônomas de alguns zelotes dentro da ditadura, mas uma política de Estado, a qual percorreria uma cadeia de comando desde a alta burocracia em Brasília até as raízes do sistema. Ocupava tanto gabinetes de ministros quanto salas de tortura. (SIMON, 2021, p. 16)

Segundo a pesquisa de Simon (2021), a intervenção brasileira no Chile se deu por meios clandestinos. Esses meios envolveriam relações com grupos de extrema direita chilena, como o caso do neofascista *Patria y Libertad*, a preparação para uma possível guerra civil no Chile e a coordenação de ações com militares golpistas.

Além disso, o autor destaca também a liderança brasileira de uma campanha regional para isolar Allende, a infiltração de agentes dentro da comunidade de asilados brasileiros no Chile e as garantias dadas pelo Brasil aos golpistas a respeito de possíveis problemas que o golpe acarretaria nas relações com o Peru.

Simon (2021) ainda cita que, após o golpe, a ditadura brasileira contribuiu para a solidificação do regime golpista em Santiago, através de ações como a venda de armamentos, o treinamento de agentes da repressão chilenos e o apoio à ditadura do Chile em fóruns internacionais.

Em sua dissertação de mestrado, Castilho reuniu diversas fontes que indicam a participação da diplomacia brasileira no golpe de estado no Chile em 1973, apesar das dificuldades da pesquisadora em encontrar fontes primárias que “provem, *ipsis literis*”, tal envolvimento. (CASTILHO, 2015, p. 117).

A autora cita uma compilação do Departamento de Estado norte-americano, em que consta a informação de que o Brasil “estaria disposto a ajudar tanto os Estados Unidos quanto os militares chilenos já em 1972 (CASTILHO, 2015, p. 117). Já Moniz Bandeira (2008) destaca o fato de que o adido militar da embaixada brasileira em Santiago, o coronel Walter Mesquita Siqueira, foi informado das ações dos golpistas algumas horas antes do golpe em si.

Harmer (2012) conta que, dois dias após o golpe em 1973, um representante chileno chamado Rolando Stein, veio ao Brasil para buscar reconhecimento formal do novo governo militar no Chile, o que recebeu de bom grado. Segundo a autora, o presidente general Médici telefonou pessoalmente para manifestar seu desejo de que o Brasil fosse o primeiro país a reconhecer o regime de Pinochet. Stein escreveu de volta para Santiago, dizendo que o Brasil teria transmitido “uma profunda amizade”, e que o país se tornaria um “poderoso aliado” nos tempos que viriam (HARMER, 2012, p. 2).

Contudo, a aproximação da diplomacia do Itamaraty com os militares chilenos não se iniciou apenas com o reconhecimento do governo do Pinochet. Há diversos indícios que apontam o interesse brasileiro nos acontecimentos que premeditaram o golpe, interesse que envolveu até o oferecimento de apoio às forças contrárias a Allende.

Em seu livro “*Allende’s Chile and the Inter-American Cold War*”, Tanya Harner (2011, p. 246) relata uma missão secreta à Brasília, do almirante chileno aposentado, Roberto Kelly, em meados de 1973. Conforme a autora, o objetivo de Kelly era o de informar as autoridades brasileiras de que um grupo de conspiradores chilenos estava próximo de derrubar o governo de Allende e obter informações.

O medo dos golpistas era o de que o Peru poderia aproveitar-se do golpe para tentar anexar o território fronteiriço que tem com o Chile. Kelly deveria sondar a inteligência brasileira a respeito das intenções de Lima. As informações recebidas do Brasil foram suficientes para assegurar aos conspiradores de que não havia risco nesse sentido; “os golpistas agora receberam a luz verde” (HARMER, 2011, p. 246, tradução minha).

O então embaixador brasileiro no Chile, Antônio da Câmara Canto, é outro personagem cujas ações demonstram uma clara preferência dos agentes do MRE para com os golpistas. Harmer (2011, p. 254) relata um episódio no qual, durante um jantar na embaixada em Santiago, Antônio Canto não só criticava abertamente Allende, como também fazia piadas de mau gosto sobre sua esposa. Castilho (2015, p. 117) comenta sobre a proximidade do embaixador Antônio Canto com os membros da junta militar chilena.

A autora obteve informações acerca da existência de rumores entre os exilados em Santiago de que Antônio Canto teria comemorado os acontecimentos do dia 11 de setembro de 1973 com uma garrafa de champagne. Além de Castilho (2015), Moniz Bandeira (2008) e Harmer (2012) afirmam que na época, o brasileiro era considerado como o quinto membro da junta militar chilena.

Para Barreto e Oliveira (2019), o embaixador agiu como coordenador da perseguição aos exilados brasileiros no Chile pós-golpe, ordenando que vistos para familiares dos brasileiros asilados fossem negados, e também facilitando com que militares brasileiros participassem dos interrogatórios dos presos políticos no Estádio Nacional.

A Comissão Nacional da Verdade, em seu relatório final, tem conclusões que se alinham com as dos demais autores citados aqui:

A proximidade entre o embaixador do Brasil em Santiago, Antônio Câmara Canto, e os militares que viriam a assumir o poder no Chile era notória. O embaixador dos Estados Unidos no Chile de 1967 a 1971, Edward Korry, declarou em 1977 ante o Senado norte-americano que tinha motivos para crer que os militares brasileiros aconselharam os chilenos; seu sucessor no cargo, Nathaniel Davis, afirmou em livro sobre o período que a conexão brasileira havia sido confirmada por muitas fontes. As comunicações entre a Embaixada do Chile no Brasil e a chancelaria chilena na década de 1970, recentemente liberadas ao público, trazem também revelações nesse sentido. A pesquisa da CNV deparou-se com uma série de telegramas do Consulado Geral em Santiago ao longo dos anos do governo Allende, classificados à época como ultrassecretos e dirigidos ao gabinete do ministro Mário Gibson Barboza, com uso de codinomes e códigos, relativos a contatos com a oposição chilena e possível ação clandestina (referida como “operação de asfaltamento”), entrega de armas etc., que parecem corroborar essas assunções (CNV, 2014, p. 331).

O embaixador dos Estados Unidos em Santiago, Nathaniel Davis, relata outra passagem importante sobre Antônio Canto. Segundo Davis, o embaixador brasileiro o teria proposto “planejamento cooperativo, coordenação entre embaixadas, e esforço em conjunto” para depor Allende (HARMER, 2011, p. 254).

Apesar de não existirem provas concretas de que os norte-americanos aceitaram essa proposição em particular, o embaixador relevou posteriormente que não tem dúvidas de que os brasileiros deram suporte e agiram como guias para os golpistas no Chile (DAVIS, 1985, p. 331-332).

O trabalho de Harmer corrobora com as declarações do norte-americano, Nathaniel Davis. Conforme explicado pela autora, Washington estava realmente interessado na ideia de que o Brasil se envolvesse mais no Chile (HARMER, 2012, p. 16). Para os norte-americanos, tal envolvimento poderia pressionar os militares chilenos a agir, ao mesmo tempo em que reduziria a pressão para que os Estados Unidos proovessem ajuda direta aos conspiradores.

Caso os militares chilenos requisitassem equipamentos que fossem facilmente identificados como sendo de origem norte-americana, Washington deveria primeiro “encoraja-los a procurar suporte de outros países Latino Americanos – Brasil” (HARMER, 2012, p. 16, tradução minha).

Nesse sentido, o Memorando emitido pela CIA no dia 02 de novembro de 1972, revela que grupos de civis que se opunham ao governo de Allende estavam recebendo assistência econômica e armas, como metralhadoras e granadas, vindas do Brasil (CIA, 1972, p.2). Além disso, existem indícios que apontam para o financiamento, por parte de brasileiros, do grupo paramilitar de direita, *Patria y Libertad* no Chile (HARMER, 2012, p.16).

Documentos da CIA corroboram com o cenário de grande aproximação entre a ditadura militar do Brasil e os golpistas chilenos, e demonstram a profunda antipatia que os militares tinham perante Allende. Em um memorando de inteligência, nomeado “*Latin: America: The Aftermath of the Chilean Coup*”, datado de 15 de novembro de 1973, o Serviço de Inteligência norte-americano analisa a reação do Brasil ao golpe.

Além de destacar que os militares brasileiros foram os primeiros a anunciar o seu reconhecimento da Junta militar chilena, em privado os generais brasileiros estariam “exultantes com o colapso do regime socialista”. Continua dizendo que “Allende e seus apoiadores eram os principais adversários dos generais brasileiros no hemisfério”, devido à grande quantidade de brasileiros exilados e revolucionários presentes no país, e ao fato de que os dois governos “estavam ideologicamente em polos opostos” (CIA, 1973a, p. 9, tradução minha).

O relatório ainda revela que o governo brasileiro já teria fornecido ao menos 70 milhões de dólares de crédito em termos favoráveis ao Chile, e que, estaria disposto a conceder novos empréstimos (CIA, 1973b, p. 9, tradução minha).

2.5.3 Controvérsias a respeito do envolvimento brasileiro no Chile

Apesar dos argumentos apresentados na sessão anterior, a participação brasileira no golpe de Estado no Chile, em 1973, não é um consenso no meio acadêmico, havendo divergências a respeito das evidências apresentadas sobre o caso. Em sua resenha do livro escrito por Roberto Simon, “O Brasil contra a democracia”, Rogério de Souza Farias levanta várias dessas divergências.

Para Farias (2023), o livro de Simon é um marco no campo de estudos que trata da dimensão internacional da ditadura brasileira, obtendo sucesso em evidenciar o interesse do Estado brasileiro na mudança doméstica e internacional do Chile, o apoio brasileiro a junta militar chilena, e a presença de agentes da repressão brasileira em Santiago logo após o dia 11 de setembro.

Entretanto, o pesquisador defende que não existem evidências sólidas, até o momento, para comprovar o envolvimento ativo do Brasil no processo de golpe contra Allende, ou que o país tenha treinado chilenos em atividades de tortura.

Segundo Farias (2023), não há evidências que os pedidos de apoio logístico, militar e financeiro por parte dos golpistas no Chile para o Brasil foram acatados, nem que a ação de elementos como o *Patria y Libertad*, apoiados pelo Brasil, teve qualquer impacto na desestabilização do Chile.

Além disso, os estudos de cenário realizados pelos militares brasileiros sobre possíveis planos de guerrilha contra Allende não tiveram efeitos práticos na crise de seu governo. Sobre a suposta parceria com os Estados Unidos, Farias afirma o seguinte:

Até o momento, não temos confirmação de que o Brasil serviu de intermediário de Washington para triangular armas e recursos para a oposição chilena, como Nixon ofereceu a Médici. Tampouco o governo brasileiro ofertou armas diretamente para opositores chilenos, apesar de instado a tanto (p. 163). Qual seria, então, o indicativo, corroborando o diálogo, de que o país agia em uma campanha para acabar com a democracia chilena? Simon, com base no relato, indica que isso se daria pelo intercâmbio de oficiais militares (p. 158 e 160) e pela troca de informações (p. 163). Contudo, em nenhum dos casos é possível identificar como gerariam instabilidade no governo chileno para retirar Allende do poder. (FARIAS, 2023, p. 1)

O autor ainda destaca que, não há evidências de “intervenção brasileira em mecanismos mais ortodoxos de desestabilização” (FARIAS, 2023, p.1), como o uso de recursos financeiros para manipular a mídia, ou alguma influência direta sobre grupos sociais os formadores de opinião no Chile.

Sobre a afirmação de que o embaixador brasileiro em Santiago teria sido conhecido como o “quinto membro” da junta militar, Farias diz que tal coisa é um “grande exagero”, não havendo, até o momento, evidências documentais de que tal alcunha tenha sido reconhecida na época.

O termo teria sido usado, no dia do golpe, para indicar o alinhamento ideológico do embaixador para com o golpe, não significando uma “participação no processo de desestabilização e influência efetiva nos rumos do golpe de 11 de setembro.” (FARIAS, 2023, p. 1).

2.6 A participação brasileira na Operação Condor

A cooperação brasileira com os diversos regimes militares sul-americanos da época estendeu-se além do apoio a golpes de estado. O Brasil participou, junto das demais ditaduras de direita no continente, de uma rede de espionagem, repressão e violência:

Durante o período das ditaduras latino-americanas nas décadas de 1960 e 1970, houve uma intensa cooperação entre os serviços de segurança nacionais, seja por meio de ações de inteligência na troca de informações, seja pela cooperação perversa dos sistemas de repressão efetivos, os quais iam muito além do plano da inteligência para medidas concretas de eliminação dos oponentes/resistentes às diversas ditaduras militares instaladas nos países sul-americanos, especialmente no âmbito do Cone Sul (PENNA FILHO, 2009, p. 44).

O aspecto mais concreto dessa cooperação entre as ditaduras foi a criação, em 1975, da “Operação Condor”. Segundo o relatório da CNV (2014), a Operação Condor foi uma organização secreta que reuniu algumas das ditaduras militares do Cone Sul, mais especificamente o Brasil, Argentina, Bolívia, Chile, Uruguai e Paraguai, tendo o encontro no Chile, em 1975, como o momento fundante da Operação.

Nessa ocasião, estavam presentes delegações de oficiais dos serviços de informações dos exércitos de seis países: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai. Já a entrada posterior do Peru e do Equador é registrada por um documento da CIA, datado de 22 de agosto de 1978 (CNV, 2014).

Orientados pelas ideias da DSN num contexto continental, as ditaduras “elegeram de forma seletiva, inimigos ideológicos, denominados ‘subversivos’, como alvos por excelência de suas práticas de terrorismo de estado” (CNV, 2014, p. 303). Esses países trocavam informações de inteligência entre si e realizavam “operações extraterritoriais de sequestro, tortura, execução e desaparecimento forçado de opositores políticos exilados” (CNV, 2014, p. 304).

A operação foi uma “espécie de internacionalização articulada do padrão repressivo aplicado internamente nos respectivos países associados” (PADRÓS, MARÇAL, 2009, p. 56), cujo *modus operandi* incluiu a formação de um banco de dados que facilitasse a troca de informações entre os governos, acerca das atividades de ditos “subversivos”, e também a organização de operações em solo estrangeiro, para prisão e eliminação de inimigos políticos dos regimes (QUADRAT, 2002, apud CASTILHO, 2014, p. 63).

Como explicado no Relatório da CNV (2014), a Operação Condor se desdobrou em três fases. A primeira fase se caracterizou pelo processo de formalização da troca de informações entre os serviços de Inteligência, por meio da elaboração de um banco de dados sobre pessoas, organizações e outras atividades de oposição às ditaduras.

Na segunda fase, tiveram lugar as operações conjuntas e a troca de prisioneiros, o que mobilizou agentes da repressão local responsáveis por localizar e prender opositores caçados por governos estrangeiros.

A terceira fase se caracterizou pela criação de esquadrões especiais, integrados por agentes dos países-membros, assim como por mercenários oriundos de outros países como neofascistas italianos e cubanos anticastristas. Esses tinham por objetivo a “execução de assassinatos seletivos de dirigentes políticos.” (CNV, 2014, p. 306).

Essa última fase, considerada como a “mais arrojada e secreta” pela CNV, ficou marcada por execuções, como por exemplo, o assassinato de um ministro do governo Allende e o do ex-chanceler chileno Orlando Letelier, morto por atentado a bomba executado por agentes da polícia militar chilena (DINA) em Washington, em setembro de 1976.

A Operação Condor (CNV, 2014) pode ser caracterizada por alguns fatores: 1) a natureza multinacional de suas operações, já que suas unidades eram compostas por agentes treinados em dois ou mais países; 2) a ação transfronteiriça, mirando indivíduos exilados no estrangeiro, utilizando para isso as estruturas de inteligência dos países aliados ou redes

paramilitares, para vigiar, selecionar, sequestrar, mover e torturar seus alvos; 3) a sua estrutura paraestatal e clandestina; 4) a seleção precisa de dissidentes, quase sempre líderes de organizações de esquerda ou dirigentes da resistência dentro da sociedade civil; 4) o emprego de grupos criminosos como “sindicatos do crime” e “esquadrões de morte”, principalmente durante a terceira fase; 5) o uso de tecnologias avançadas, como computadores, para o acesso de um banco de dados comum aos países membros, proporcionado pela CIA. “Sem a ajuda dos Estados Unidos, nenhum país da região teria tido condições para organizar e operar sozinho o avançado sistema de comunicações montado para a Operação Condor.” (CNV, 2014, p. 307).

Sobre a participação brasileira dentro da Operação Condor, é possível constatar alguns fatos. Foi revelado pelo jornalista Luiz Cláudio Cunha (2008) que o então presidente Geisel enviou dois oficiais do CIE para a reunião de fundação da Operação, ambos participantes da repressão contra a guerrilha do Araguaia. Seus nomes eram Flávio de Marco, tenente-coronel, e Thaumaturgo Sotero Vaz, major.

Conforme conta Cunha, os dois tiveram instruções superiores de participar da reunião apenas como observadores, e de não assinar a ata da reunião. As participações de delegações brasileiras nas reuniões seguintes são comprovadas por meio de documentos desclassificados do governo norte-americano. A CNV (2014) destaca um telegrama do departamento de Estado dos EUA, de julho de 1976, em que consta a informação de que o Brasil teria manifestado sua intenção de se tornar um membro pleno da Operação Condor.

Confirma também o “desenvolvimento da rede secreta de informações e comunicações, que ficou conhecida como “Sistema Condortel”, e faz saber que unidades militares do Brasil e da Argentina estavam operando em conjunto no território de um e outro, ‘quando necessário’.” (CNV, 2014, p. 309).

O trecho baixo, elaborado pela Comissão da Verdade, é interessante para a discussão, pois trata da participação específica do MRE no contexto da *Operação Condor*:

O MRE atuou de forma direta, como no Chile, na cooperação internacional com ditaduras do Cone Sul – a Operação Condor; fornecendo lista de centenas de passaportes “extraviados” a países como a República Federal da Alemanha; ou monitorando a entrada e saída de nacionais fora do país. Ao compartilhar tais informações com o aparato repressivo, o MRE colocou em risco a vida de muitos cidadãos brasileiros, em alguns casos, destinados ao assassinato por agentes de Estado. E, no âmbito da Operação Condor, também a de estrangeiros no Brasil. (CNV, 2014, p. 293).

A Operação Condor e demais ações de repressão levaram a CNV a considerar que a diplomacia brasileira da época “desvirtuou suas funções”. Ao invés de atuar através do diálogo para promover os interesses do país e de seus cidadãos no exterior, a diplomacia do Brasil se envolveu “diretamente com a violência ilegal e com a exceção.” (CNV, 2014, p. 294).

2.7 Os elos entre repressão e inteligência

Fato comum a todos os grupos militares que estiveram no comando do Brasil durante a ditadura militar foi a necessidade de exercer controle sobre a população, e principalmente sobre os seus inimigos políticos. Controle que se materializava na forma de repressão e violência. Para exercer essa repressão de forma eficaz, os militares precisaram, por sua vez, de um extenso aparato de inteligência e coleta de informações.

Como disse o pesquisador Pio Penna Filho, “sem informações, a repressão muito dificilmente alcançaria o grau de eficiência que obteve [durante a ditadura]” (PENNA FILHO, 2008, p. 80). Segundo o pesquisador (2008), após 1964, a natureza do regime que se instaurou implicou na construção de um elaborado sistema de informações, que tinha como missão a manutenção dos militares no poder. E mais importante, esse sistema se estendia para muito além das fronteiras nacionais.

Um aspecto destacado por Pio Penna (2008) é a eficiência da ditadura brasileira no quesito repressão, quando comparada com as demais ditaduras vizinhas. Ela estava sempre “um passo à frente” dos seus opositores, ao mesmo tempo em que continua a oprimir a sociedade. Para o autor, o comparativo dos números de mortos e desaparecidos, relativamente menores no Brasil do que em vizinhos como a Argentina, é prova dessa eficiência, que se deu ao menos em parte, graças a esse complexo sistema de informações.

Nesse aspecto, Pio Penna (2008) explica a diferença que a natureza do regime exerce sobre a coleta de informações. De acordo com ele, Estados democráticos, ao menos em tese, utilizam da coleta de informação para sua defesa contra ameaças do tipo terrorista, contra ingerências internas e externas e também para objetivos estratégicos. Enquanto que, no caso de um regime não democrático, como o brasileiro, os objetivos eram o de “eliminar, ou neutralizar os grupos (e pessoas) considerados como subversivos, e zelar pela manutenção dos sucessivos governos autoritários que se revezaram no poder entre 1964 e 1985” (PIO PENNA, 2008, p. 81).

No centro do aparato de informações da ditadura estava o Serviço Nacional de Informações, chamado de SNI, criado a partir da lei 4.341 de 1964. Conforme explica Pio Penna (2008), o SNI não só produzia, mas também centralizava e sistematizava a ampla gama de informações processadas por diferentes órgãos, como os serviços secretos dos ministérios militares, as Delegacias da Ordem Política Social (DOPS), o Departamento de Política Federal e as DSIs existentes dentro dos ministérios civis.

O SNI era um órgão da Presidência da República, cuja função era: “articular e coordenar, em todo o território nacional, as atividades de informação e contrainformação que interessavam à segurança nacional, e seu comandante exercia prerrogativas de ministro de Estado.” (CNV, 2014a, p. 159).

Ele era o repositório das informações obtidas pelos demais instrumentos de repressão da ditadura militar, seu idealizador e primeiro chefe foi Golbery do Couto Silva. O órgão tinha ligações diretas com entidades federais, estaduais, municipais, paraestatais e autárquicas e respondia diretamente ao Presidente da República (CNV, 2014).

Entretanto, de acordo com a letra da legislação vigente, a atuação do SNI era restrita ao território nacional. Mas isso não impediu com que seu alcance ultrapassasse as fronteiras. E é aí que entra o Centro de Informações do Exterior, ou CIEX.

2.8 O Centro de Informações do Exterior

O CIEX foi criado no ano de 1966 e esteve em atividade até a década de 1980, quando as suas funções foram então assumidas pela DSI/MRE. Segundo a Comissão Nacional da Verdade (2014a), o CIEX nunca existiu de forma oficial e formal. Dentro do Organograma do MRE, o órgão assumiu diversos nomes, como: Assessoria de Documentação da Política Exterior (Adoc) e Secretária de Documentação de Política Exterior (Sedoc).

Para Pio Penna, o CIEX seria o “elo perdido” do sistema de repressão da ditadura, “até hoje relativamente ignorado pela historiografia” (PENNA, 2011, p. 83). Essa agência secreta dentro do Itamaraty teve um papel central na perseguição aos brasileiros considerados como “subversivos” pelo regime militar, não importa onde estivessem:

O CIEX recebeu a incumbência de acompanhar as atividades dos “subversivos” brasileiros que, apesar do exílio, continuavam protestando contra a falta de liberdade política no Brasil, denunciando os maus tratos impostos pelo regime contra os seus oponentes ou mesmo conspirando em outros países e articulando o lançamento de ações de guerrilha ou atos de contestação para serem desenvolvidos no Brasil. Mas não eram só osativistas e militantes políticos que eram perseguidos e monitorados

pelo Centro. Quase todo brasileiro no exterior passou a ser visto como um suspeito em potencial, principalmente aqueles que se dirigiam para países ou regiões consideradas como áreas subversivas, seja no Leste europeu ou em países que ainda respeitavam a existência de agrupamentos políticos de esquerda, como Uruguai ou o Chile antes dos seus respectivos golpes. (PENNA, 2008, p. 83)

É importante ressaltar que, com base no trecho acima, não só pessoas que estavam ativas no enfrentamento político ao regime brasileiro eram alvos do CIEX, bastava um brasileiro estar presente em um país com alguma influência de ideologias esquerdistas para que o mesmo entrasse na lista de potenciais alvos.

Muito do que se sabe hoje sobre o CIEX é fruto do trabalho de pesquisa de diversos autores que se debruçaram sobre fontes primárias contidas em arquivos, demonstrando a importância da pesquisa em fontes documentais para a elaboração do conhecimento historiográfico a respeito da política externa brasileira.

Em suas pesquisas, Penna Filho identificou mais de 8.000 documentos sigilosos difundidos pelo órgão entre os anos de 1966 e 1976 (PENNA FILHO, 2008, p. 90). O autor resume suas descobertas na seguinte passagem:

Um dos primeiros aspectos a ressaltar é que a pesquisa derruba o mito de que o Itamaraty não colaborou ou colaborou pouco com o lado mais sombrio da ditadura militar brasileira. *Por muitos anos, gerações de diplomatas afirmaram que a tradição e a autonomia desfrutada pelo Ministério das Relações Exteriores no âmbito do serviço público teria lhes permitido evitar uma associação com a repressão generalizada que se instalou no país após o Golpe de Estado de 1964. Tal, de fato, não ocorreu.* Houve a colaboração em diversos níveis, seja participando ativamente do processo de “depuração” interna promovida pelos inquéritos ideológicos, [...], seja montando um aparato de espionagem que atuava preferencialmente nos países onde havia maior número de exilados brasileiros. (PENNA FILHO, 2009, p. 44, *grifo meu*).

Este trecho traz um dos argumentos mais comuns presentes nessa nova literatura, que é a contradição da tese, defendida por muitos membros do Itamaraty e até por alguns pesquisadores, de que o Ministério permaneceu isento da repressão durante os anos de ditadura.

Conforme Pio e outros autores revelam, isso não foi o caso, e o CIEX é apenas uma das evidências a esse respeito, além dos processos de perseguição dentro do próprio Itamaraty, que são tratados mais adiante neste trabalho.

Reforçando esse argumento, Alessandra Castilho (2015) afirma que os documentos do MRE sobre o CIEX desmentem o discurso oficial do Ministério, que defende a sua linha de atuação como sendo coerente e contínua, baseada em tradições pacifistas, de respeito à soberania dos Estados e ao direito internacional, não de interesses partidários e ideológicos.

Através da análise de diversos documentos, Castilho pode dizer o seguinte: “uma linha ideológica, consoante com a Doutrina de Segurança Nacional formulada no seio das Forças Armadas, teve proeminência dentro do Itamaraty, influenciando em grande parte a política externa brasileira.” (CASTILHO, 2015, p. 57).

O CIEX fazia parte da comunidade de informações do regime militar, e estava intimamente ligado com os vários órgãos militares. Além de participar ativamente de perseguição ideológica, ele colaborou diretamente com órgãos da ditadura notórios por suas práticas de tortura, como o CIE⁵, o CENIMAR⁶, e o CISA⁷ (PENNA FILHO, 2009, p. 44), além de estar submetido diretamente ao SNI.

Padrós (2007) explica que a DSN forneceu as ideias base para a sustentação ideológica e doutrinária dos regimes militares da América Latina. Pautada pela lógica bipolar da Guerra Fria, via o sistema internacional dividido em dois mundos antagônicos, um mundo comunista e “bárbaro”, e outro livre, ocidental e capitalista.

Pela lógica desse pensamento, a América Latina foi considerada como um campo de batalha ideológico, onde o perigo do comunismo era uma ameaça real, e precisava ser contido. Sendo assim, se promovia o discurso do “inimigo interno”, que se infiltraria no tecido social do país e destruiria o Estado por dentro.

Segundo Adrianna Setemy, o CIEX atuou em conjunto com a DSI/MRE, criado em 1967, possibilitando com que a ditadura brasileira alcançasse seus inimigos que se encontravam fora do território nacional, “utilizando-se de canais próprios da diplomacia e da rede de informações interna e externa [...] do Serviço Nacional de Informações (SETEMY, 2014, p.

⁵ O Centro de Informações do Exército foi criado em 2 de maio de 1967, pelo Decreto no 60.664, no governo do presidente Costa e Silva (1967-1969), subordinado diretamente ao gabinete do ministro do Exército. Ao CIE cabia orientar, coordenar e supervisionar todas as atividades de segurança interna e contrainformações. (CNV, 2014a, p. 214). A Comissão Nacional da Verdade (2014a) coloca o CIE como o principal órgão de repressão das Forças Armadas, tendo ele se especializado na infiltração de sindicatos, organizações estudantis e grupos armados de esquerda; além de ter participado de diversas operações de repressão política, tais como: a Chacina do Parque Nacional do Iguazu e a Operação Radar (1973-1975), que teve o propósito de eliminar militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Em colaboração com o DOI-CODI, o CIE também manteve centros clandestinos de tortura e execução de presos políticos, como, por exemplo a Casa da Morte, em Petrópolis.

⁶ O Centro de Informações da Marinha foi estabelecido em 1957 e era subordinado ao Estado-Maior da Armada. No início do regime militar o CENIMAR se mantinha focado em questões internas da própria Marinha, contudo com o agravamento da luta armada contra a esquerda, o Centro passou a atuar no combate a “subversão”. Possuía um centro de torturas de opositores do regime na Base Naval da Ilha das Flores em São Gonçalo (RJ), por onde passaram aproximadamente 200 presos entre 1969 e 1971 (CNV, 2014a, p.215, 216).

⁷ O Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA), criado em 1970, “tinha como finalidade supervisionar, orientar e coordenar, no âmbito do Ministério da Aeronáutica, as atividades de informações, segurança e contrainformações de interesse da segurança nacional (CNV, 2014a, p. 217).

15). Através dessas duas agências, o sistema de informações agia em “duas frentes” no âmbito externo, colocando “praticamente todos os postos diplomáticos e consulares a serviço dos órgãos de repressão da ditadura” (CASTILHO, 2015, p. 53).

Sobre a natureza do trabalho realizado pela agência, Castilho (2015) explica a diferença entre coleta de informações, feitas através de meios lícitos, e busca de informações, feita por meios ilícitos. Segundo ela, o CIEX atuava da segunda forma, enquanto que o DSI/MRE tinha como foco a primeira.

Como evidência, a autora revela que os documentos produzidos pelo CIEX não possuem assinatura do respectivo embaixador brasileiro no local, algo presente em documentos oficiais do Itamaraty e nas documentações produzidas pelo DSI/MRE. A respeito da busca por informações realizada pelo CIEX e de seu caráter sigiloso e ilegal, Castilho relata:

Já os documentos do CIEX, cujos informes eram produzidos principalmente através das informações passadas por agentes infiltrados na comunidade de exilados brasileiros não possuíam assinatura e na maioria constava o pedido de não-divulgação para fora do círculo da comunidade de informações a qual eram destinados. (CASTILHO, 2015, p. 54)

Por meio do relatório produzido pela Comissão Nacional da Verdade, sabe-se que os informes produzidos pelos agentes do CIEX nas bases externas do órgão, abreviadas como “BEX”, eram diretamente endereçados à Secretária Geral de Política Exterior do Ministério das Relações Exteriores, o centro do CIEX.

A Comissão conseguiu confirmar a existência de bases do órgão nos seguintes locais: Assunção, Buenos Aires, Montevideu, Santiago, Paris, Lisboa, Genebra, Praga, Moscou, Varsóvia e Berlim Oriental; existindo indícios de bases também em La Paz, Lima, Caracas e Londres (CNV, 2014^a).

Pode-se perceber pela localização das bases uma forte presença da América do Sul, território onde se travava a luta ideológica da Doutrina de Segurança Nacional contra o comunismo, na Europa Ocidental, lugar que também recebeu uma quantidade significativa de exilados brasileiros, e na Europa Oriental socialista.

Sobre a estrutura e o funcionamento dessas bases, a CNV obteve informações através do embaixador Guy Mendes Pinheiro Vasconcellos, designado pelo CIEX para chefiar a base em Paris:

1) havia um sistema de comunicações próprio, diferente do da embaixada, diretamente ligado à “Central”, em Brasília; 2) ele mesmo cifrava e decifrava as comunicações

trocadas com a chefia do Ciex; 3) o Ciex possuía códigos de cifração próprios, que lhe eram entregues pelo conselheiro Octavio Goulart, chefe do Ciex de então; 4) o chefe da “base” não recebia nenhum adicional por essa tarefa – ao contrário do que ocorre no MRE com os chefes dos Setores de Promoção Comercial (SECOMs); 5) a secretaria da base era exercida por uma oficial de chancelaria, ligada à comunidade de informações, antes lotada na DSI e que hoje pertence ao quadro diplomático brasileiro (CNV, 2014a, p. 253).

A respeito do *modus operandi* do órgão, Pio Penna (2008, p. 88) menciona o “total desrespeito a consagradas garantias legais”. O CIEX se fazia valer de infiltrações de grupos políticos, violação de correspondências, troca de informações com outras agências de inteligência e a observação direta de pessoas.

Sobre o perfil das vítimas do CIEX, Pio Penna (2008) cita figuras conhecidas da esquerda brasileira, como João Goulart e Leonel Brizola, considerados pelo regime brasileiro como perigosos articuladores políticos, capazes de mobilizar grupos de oposição, incluindo para a luta armada.

A rede de vigilância montada para espionar esses políticos era extensa, o CIEX “acompanhava de perto praticamente todas as atividades dessas lideranças no exterior. Uma visita, uma reunião, um encontro, qualquer atitude era monitorada” (PIO PENNA, 2008, p. 84).

Pio Penna também explica que não eram só os políticos notórios que se tornavam alvos. Além deles, muitos outros brasileiros eram vigiados, seja por fazerem parte do círculo íntimo de agentes políticos de oposição, seja por suas próprias ideologias e atividades políticas.

Entre nomes conhecidos estão os de escritores, como Antônio Callado, Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso; e de políticos, como Miguel Arraes e Neiva Moreira. Contudo, mesmo pessoas relativamente desconhecidas, estudantes, militantes ou até aqueles sem nenhum tipo de envolvimento político eram também vigiadas (PIO PENNA, 2008).

Os alvos dos agentes do CIEX não se limitavam apenas a brasileiros. As atividades de espionagem se estendiam também para alguns estrangeiros, como é o caso do presidente do Chile, Salvador Allende.

Apesar de, estruturalmente, estar alocado dentro do Itamaraty, e de ser subordinado ao Estado Maior das Forças Armadas, o CIEX gozava de relativa autonomia dentro da estrutura administrativa do MRE (Pio Penna, 2009), e era composto, de forma geral, por diplomatas de nível intermediário:

À frente do Centro, encontravam-se diplomatas de carreira do Ministério das Relações Exteriores que atuavam em sintonia com o SNI e com os demais órgãos de informações. Ressalte-se que não era uma função obrigatória e que todos que serviram no CIEX o fizeram de livre e espontânea vontade. Aliás, é voz corrente no Itamaraty entre os diplomatas que se lembram da existência do Centro, assim como da DSI, que aqueles que foram lotados nesses órgãos eram, geralmente, vistos com desconfiança ou reserva pelos colegas. (PENNA FILHO, 2008, p. 84).

Em 2007, uma série de matérias jornalísticas publicadas pelo jornal *Correio Brasiliense*, e assinadas por Claudio Dantas Sequeira, trouxeram para o público diversas revelações acerca do CIEX, frutos de uma pesquisa em mais de 20 mil páginas de informes do órgão.

Sobre os funcionários do Itamaraty que participaram do Centro, Sequeira (2007a) conta que um dos requisitos para integrar o CIEX era a conclusão de um curso de planejamento estratégico da Escola Superior de Guerra, ou ter passado por treinamento na Escola Nacional de Informações (Esni), em Brasília, demonstrando, assim, a necessidade de alinhamento dos profissionais do Itamaraty com a ideologia produzida na ESG.

Esses diplomatas relataram em entrevista ao jornal que eram mal vistos pelos colegas dentro do MRE, chegando a serem apelidados de “lixeiros”, algo que os levou a formar uma “fraternidade”, que incluía membros do DSI/MRE. Contudo, segundo Sequeira (2007a), o serviço prestado ao CIEX era recompensado por meio de promoções mais rápidas e pela alocação em postos exteriores mais prestigiosos, servindo então como um “atalho” dentro da carreira diplomática.

A matéria em questão revelou os nomes de alguns desses diplomatas (SEQUEIRA, 2007). Dentre eles estão Octavio Goulart, que trabalhou na embaixada de Washington até 1974, atuou como assessor do gabinete do ministro Azeredo de Silveira, chegou a assumir a chefia do CIEX e também foi cônsul-geral em Paris.

Marcos Henrique Camillo Côrtes, primeiro chefe executivo do CIEX, foi em missão para os Estados Unidos com o intuito de fortalecer laços com a CIA, participou do estabelecimento da base do CIEX em Buenos Aires no ano de 1968, e foi embaixador em diversos lugares como Wellington, Port Moresby e Porto Villa. João Carlos Pessoa Fragoso, atuou como agente em Montevideú já em 1966, sendo promovido para assistente da Secretária Geral de Política Exterior, foi chefe do Gabinete Civil do Presidente Médici e também embaixador em vários postos da Europa.

Agildo Sellos de Moura, serviu em Santiago do Chile de 1967 até 1971, foi chefe do DSI/MRE, serviu como conselheiro em missão à Unesco e também embaixador. Sérgio Damasceno Vieira, recrutado pelo CIEEX em 1968, atuou como agente na Europa Oriental, Lisboa e Caracas, foi chefe do DSI em Brasília e também acumulou embaixadas. E Carlos Luzilde de Hidelbrandt, um dos últimos chefes do CIEEX, passou pelas embaixadas na Bulgária e em Portugal.

A CNV corrobora com essas informações. Ela conseguiu identificar cinco nomes de chefes do CIEEX: o primeiro-secretário Marcos Henrique Camillo Cortes (1966-1968); o primeiro-secretário João Carlos Pessoa Fragoso (1968-1969); o primeiro-secretário, e depois conselheiro Paulo Sérgio Nery (1969-1973); o conselheiro e depois ministro Octavio José de Almeida Goulart (1973-1979); e por fim, o ministro e depois embaixador Carlos Luzil de Hildebrandt (1979-1984). Destes, apenas os dois primeiros, os únicos ainda em vida na época, foram ouvidos pela CNV.

Além de funcionários da própria diplomacia, o CIEEX contava com agentes infiltrados nas comunidades de exilados brasileiros. Castilho (2015) cita como exemplo o agente Altair, codinome do uruguaio Alberto Conrado Avegno, filho de um diplomata brasileiro e que serviu como informante do órgão entre os anos de 1967 e 1980. O uso de informantes pagos pelo Itamaraty foi negado por todos os diplomatas ouvidos pela CNV. Contudo, a existência de uma rede de informantes remunerados foi detectada pela Comissão através da análise dos documentos disponíveis.

Segundo a Comissão (2014), diversos informes oficiais do MRE indicam a remuneração de informantes, pagos por veio de verba orçamentária descrita como “Despesas de caráter reservado”. Dentre os receptores desse tipo de verba no Uruguai, por exemplo, constavam agentes policiais. Outros informes do CIEEX encontrados pela CNV mostram o pagamento de cheques nominais, no valor total de US\$ 8.800,00, para três indivíduos na embaixada de Montevideú, além de uma certa quantia para o “Fundo Operacional” da base (CNV, 2014, p. 256).

Outro detalhe importante frisado pela Comissão, é que os nomes contidos nessas comunicações são, com certeza, pseudônimos, utilizados para esconder a real identidade dos informantes e também dos diplomatas do CIEEX. Conforme relatório da CNV (2014a), a assinatura do informante Alberto Conrado (Altair), informante citado anteriormente, foi encontrada em carta datilografada pelo próprio, dirigida ao embaixador Antônio Corrêa do

Lago, no dia 1º de julho de 1975, em que Alberto escreve com todas as letras que era integrante do Serviço de Informações e Segurança do Itamaraty.

Embora os principais centros de coleta de informações e espionagem do Itamaraty tenham sido o CIEX e o DSI/MRE, é importante ressaltar que essas atividades foram além dos dois órgãos. Segundo o relatório da CNV (2014), todas as missões diplomáticas e consulados brasileiros estiveram, de um modo ou de outro, envolvidos com a política de repressão da ditadura militar. Os documentos analisados pela Comissão comprovam que o monitoramento de pessoas no exterior foi realizado não só pelo CIEX e pelos funcionários do DSI/MRE.

Diversos diplomatas e outros empregados do Serviço Exterior exerceram funções de espionagem, seja por ordens diretas da chefia do MRE ou do DSI, seja por iniciativa própria. Segundo a Comissão, “o MRE pôs sua rede de postos no exterior a serviço da política repressiva” (CNV, 2014a, p. 241).

Os brasileiros que eram alvos do MRE tinham seus direitos fundamentais restringidos, muitas vezes tinham o seu retorno ao Brasil impedido, além de sofrerem diversos problemas nas suas vidas cotidianas devido às ações do Itamaraty. A Comissão é categórica ao afirmar: “Inegavelmente, o MRE funcionou, naqueles anos, como uma das engrenagens do aparato repressivo da ditadura.” (CNV, 2014a, p. 241).

Após esta análise da literatura crítica ao papel do Itamaraty durante os anos da ditadura militar, o próximo capítulo trata mais a fundo das origens e funcionamento do próprio CIEX, utilizando documentos secretos da agência produzidos durante os anos de seu funcionamento. Em específico, trata da rede de espionagem montada ao redor de um dos inimigos políticos do regime, Leonel Brizola, no Uruguai, e também da atuação de um dos agentes secretos da agência, Alberto Conrado.

CAPÍTULO 3. OS ARQUIVOS DO CIEX: O CASO BRIZOLA E O ESPIÃO ALBERTO

Através de uma pesquisa com fontes primárias, o propósito deste capítulo é colaborar com a construção da literatura crítica a respeito do CIEX e de seu funcionamento como agente da repressão durante a ditadura militar. A pesquisa nos documentos do Arquivo Nacional é focada na figura de Leonel Brizola, asilado político brasileiro no Uruguai, durante os anos de 1964 até 1978. O histórico de Brizola como político de esquerda no Brasil, parente e aliado do presidente deposto João Goulart, e seu papel como líder político dos asilados no Uruguai o fizeram um dos primeiros alvos do CIEX.

Além disso, o desejo que os governos militares tinham de vigiar seus movimentos, e de monitorar a rede de militantes de esquerda que se formou ao seu redor, foram fatores cruciais na formação do próprio CIEX. Evidência disso está nas falas e ações de seu idealizador, o diplomata Manoel Pio Corrêa, enviado ao Uruguai por Castello Branco logo após o golpe de 1964, com a missão de se contrapor às ações de Brizola e Goulart.

Compreender como o CIEX tratava um dos principais inimigos da ditadura, e de seu criador, um político e militante histórico de esquerda, é vital para o entendimento de como o Itamaraty funcionava dentro da rede informações e de repressão da ditadura. Com isso, é possível dizer mais sobre uma das facetas da política externa brasileira da época, e de como ela não foi nem esquerdista, nem moderna, nem democrática.

Aliada à pesquisa sobre Brizola, utiliza-se também como fonte primária um dossiê organizado pelo CIEX sobre um de seus agentes duplos, Alberto Conrado Avegno. Alberto, possuidor de muitos codinomes secretos, foi um dos agentes pagos pelo Itamaraty para se infiltrar na comunidade de asilados no Uruguai, coletar informação e sabotar as atividades dos asilados, ações que resultaram na repressão de brasileiros no exterior.

Este dossiê revela mais informações sobre como o Itamaraty implementava, na prática, sua política de repressão e espionagem. Outras fontes são revisadas, para fornecer detalhes acerca das políticas do Brasil para com o Uruguai na época da ditadura, do histórico de atuação de Brizola e do por que ele ser uma figura importante, além de informações sobre o pai e idealizador do CIEX, Pio Corrêa.

3.1 A Política Externa brasileira e o Uruguai

Segundo uma leitura mais clássica da história, Cervo e Bueno (2011) caracterizam a política externa do Brasil em relação à América Latina entre os anos de 1967 e 1979 como uma política de caráter mais econômico, que buscava uma aproximação com os países vizinhos através de iniciativas de integração multilateral e bilateral. Os autores citam a reunião dos chefes de estado da OEA, realizada na capital do Uruguai, Montevideu, em 1967, que decidiu pela criação de Mercado Comum Latino-Americano, a ser implantado em um prazo de 15 anos.

Apesar disso, Cervo e Bueno relatam que a diplomacia brasileira estava “cética” em relação a criação de um mercado comum latino americano, devido a questões de infraestrutura na região, diferença entre as economias de cada país e a capacidade do mercado interno brasileiro ser autossuficiente frente às demandas de expansão econômica. Por tais razões, o Brasil negociou, desde 1967, com a Argentina, o Paraguai, o Uruguai e a Bolívia, o Tratado da Bacia do Prata, firmado em 23 de abril de 1969, com a “finalidade de promover o desenvolvimento harmônico e a integração física da Bacia do Prata e de suas áreas de influência.” (CERVO, BUENO, 2011, p. 446).

No período, vários tratados bilaterais também foram firmados, centrados nos interesses econômicos do Brasil em melhorar as suas conexões de infraestrutura com seus vizinhos, como o Uruguai. Cervo e Bueno (2011) mencionam os projetos de desenvolvimento das bacias da lagoa Mirim e do rio Jaguarão.

Contudo, os interesses e ações da diplomacia brasileira em relação aos seus vizinhos não se limitou aos interesses econômicos. Conforme o que foi tratado anteriormente neste trabalho, a América do Sul se caracterizou como uma área de vital interesse para os líderes do regime militar, e também para a diplomacia do Itamaraty, devido a questões de segurança e de conflitos ideológicos:

Dentro da lógica da Doutrina de Segurança Nacional, a ameaça subversiva em países fronteiriços era colocada na perspectiva da mencionada diretriz das "fronteiras ideológicas". Ou seja, o "inimigo interno" dos governos amigos do Uruguai, Argentina, e do Paraguai (colaboradores, na lógica doutrinária) eram, também, inimigos da ditadura brasileira. Isto podia ser justificado tanto pelo medo de sofrer perturbações sobre as próprias fronteiras nacionais, quanto pelo fato de constituir um exemplo de ativismo político contestador que poderia "contaminar" o território

brasileiro, *estimulando a retomada de luta política de uma oposição que tinha tradição e raízes antigas, como no caso dos setores historicamente ligados ao PTB e ao PCB no Rio Grande do Sul.* (PADRÓS, MARÇAL, 2009, p. 45, grifo meu).

O caso de Brizola recai justamente dentro do contexto grifado, já que ele é historicamente uma liderança política de oposição ao regime, e que tem fortes ligações com o PTB, o partido que fazia parte na época do golpe, e o Rio Grande do Sul, seu estado natal.

O Uruguai, país que serviu de destino para vários perseguidos pelo governo brasileiro, logicamente preocupava os militares no Brasil, pautados pela DSN. Tavares descreve a Montevideu anterior ao golpe de estado de 1971 no Uruguai como uma cidade onde a esquerda podia facilmente se encontrar, se organizar e conspirar:

[...] liberdade absoluta, partidos de todos os matizes e todos legalizados (até os trotskistas e anarquistas, estigmatizados no resto do mundo, lá tinham sede, bandeiras, jornais e congêneres). E, além de tudo, muitos livros e revistas contando da utopia e da revolução. Tudo à mostra, tal qual aquelas centenas de brasileiros exilados, que enchiam os cafés da avenida 18 de julho ou da rua San José ou de Pocitos e sonhavam com a volta, juntos mas não misturados, ministros do governo deposto, oficiais, deputados, porteiros de ministérios, subalternos da Armada, dirigentes sindicais. Gente do norte e dosul do Brasil contando os planos e os êxitos de uma guerrilha hipotética, para a qual já marcavam data. Inclusive a do triunfo. A capital do Uruguai era a Meca da revolução nacionalista-popular no Brasil (TAVARES, 2005, p. 197-198).

A preocupação dos dirigentes do regime militar com essa “Meca da revolução” os levou a considerar medidas drásticas, como foi o caso da “Operação Trinta Horas”. Conforme colocado por Enrique Serra Padrós (2007), essa Operação foi planejada pelo governo Médici em 1971 com o intuito de invadir militarmente o Uruguai, caso a Frente Ampla de esquerda ganhasse as eleições no país.

As lideranças militares brasileiras temiam o estabelecimento de um governo de esquerda na fronteira sul, tratando da questão como um perigo à “segurança nacional”, principalmente pelo medo que esse governo pudesse estimular as ações de exilados brasileiros presentes no Uruguai, como Brizola.

Segundo relatos de membros do próprio exército, a operação foi cancelada após a vitória eleitoral de Bordaberry no Uruguai, que viria a se tornar posteriormente um ditador. O nome da operação vem da concepção dos militares brasileiros de que bastavam 30 horas para se vencer a resistência militar do Uruguai (PÁDRÓS, 2007).

É possível afirmar que a Política Externa da ditadura brasileira para com o Uruguai teve no período do regime militar dois “focos”: um econômico, visando a integração regional, mas

também o foco de segurança no contexto da DSN, que buscava a contenção de ameaças ditas como “subversivas”. A diplomacia do Brasil se prestou à ambas preocupações publicamente através de ações bilaterais e multilaterais, no primeiro caso; e “clandestinamente”, no sentido de algo escondido do público, no segundo, a qual o CIEX serviu como ferramenta secreta.

Contudo, antes de tratar do Brizola e dos agentes do CIEX que atuavam no Uruguai, é pertinente discorrer sobre o “pai fundador” do órgão secreto, Manoel Pio Corrêa, cuja missão no Uruguai esteve intimamente ligada com a criação do CIEX e com a preocupação do governo da ditadura com Brizola.

3.2 O “pai fundador” do serviço secreto do Itamaraty

A criação do Centro de Informações do Exterior durante o governo de Castelo Branco está diretamente relacionada com as ideias e objetivos de seu idealizador, o diplomata Manoel Pio Corrêa. Conforme descrito por Sequeira (2007b), Corrêa era de origem aristocrata e se formou na Escola Superior de Guerra. No comando da política externa brasileira, travou uma “cruzada contra o comunismo” (SEQUEIRA, 2007b, p. 1), pois considerava essa ideologia um mal que devia ser extirpado da sociedade.

Em entrevista quando já aposentado, o embaixador admitiu ter sido o mentor intelectual do CIEX: “Isso saiu de mim, sim. Da minha cabeça” (SEQUEIRA, 2007b, p. 1). Porém quando pressionado pelo jornalista para dar mais informações sobre o Centro, ele se negou, dizendo apenas que “certas histórias não devem ser contadas” (SEQUEIRA, 2007b, p. 1).

Não restam dúvidas sobre a ideologia defendida por Manoel Pio Corrêa. Em sua autobiografia, “*O mundo em que vivi*”, o diplomata admite que conspirava contra o governo de João Goulart e que a tomada de poder pelos militares em 64 foi de seu agrado (CORRÊA 1996). Em outra passagem do livro, Corrêa relata que, quando fora substituir a embaixadora Odette de Carvalho e Souza no cargo de chefe do Departamento Político do Itamaraty, em 1959, recebeu da mesma um arquivo pessoal.

Este arquivo, que o Corrêa considerou como “um precioso presente”, continha informações a respeito de diversos cidadãos, tanto nacionais quanto estrangeiros, que estiveram envolvidos em atividades consideradas como subversivas durante as décadas de 40 e 50 (CORRÊA 1996, p. 560).

Mesmo antes de ser chefe do CIEX, Corrêa já se preocupava em recolher e organizar informações a respeito de indivíduos que ele considerava como subversivos, principalmente

aqueles relacionados com ideologias de esquerda. Essa lógica político-repressiva é claramente identificada quando se estuda as ações de Corrêa como embaixador na capital uruguaia de Montevideú.

Segundo o trabalho de Ananda Fernandes e as próprias reportagens de Sequeira, o tempo que Manoel Corrêa passou como embaixador brasileiro em Montevideú serviu como um tipo de “experiência piloto” para a criação do CIEX. Nomeado por Castelo Branco para a embaixada do Brasil no Uruguai poucos meses após o golpe de 64, Corrêa tinha a missão de “melhorar” as relações bilaterais entre os dois países (SETEMY, 2014, p. 13).

Ananda Fernandes (2009) destaca que, antes mesmo de Corrêa chegar em Montevideú, o diplomata já teria estabelecido contatos com as forças de segurança brasileiras no estado fronteiriço do Rio Grande do Sul, dentre elas a polícia e as tropas do III Exército. Ele estabeleceu uma rede de atuação conjunta entre a embaixada em Montevideú e as autoridades gaúchas, com o intuito de combater atividades consideradas como subversivas.

Conforme conta em seu livro, Corrêa foi ao Uruguai com o propósito de obter auxílio formal das autoridades do país vizinho, para localizar e neutralizar as articulações políticas dos brasileiros que lá se exilaram, com a prioridade para os casos de Leonel Brizola e João Goulart (CORRÊA 1996, p. 848).

Sobre Brizola, Fernandes (2008, p. 6) especula se Corrêa teria inclusive condicionado a compra de trigo vindo do Uruguai à “limitação da mobilidade do ex-governador gaúcho”. De acordo com as memórias do diplomata, esse pedido teria sido acolhido em 1965, quando Brizola foi confinado no balneário de Atlântida: “pedido que foi acolhido sem qualquer reticência e prontamente atendido” (CORRÊA, 1996, p. 892).

Acompanhando o embaixador estava também o Coronel Senna, adito militar escolhido por Castelo Branco para a embaixada em Montevideú. Juntos, Senna e Corrêa “arquitetaram uma rede de contatos que incluía políticos, militares, juízes, delegados de polícia, fazendeiros e até comerciantes” (SEQUEIRA, 2007b, p. 1).

Dentre esses contatos, o brasileiro contava com o apoio do general Santiago Pomoli, um de seus amigos pessoais, que articulou dentro do Exército uruguaio uma corrente “favorável aos objetivos designados ao embaixador, a estrita vigilância das atividades dos exilados brasileiros” (FERNANDES, 2008, p. 7). O embaixador ainda contava com o suporte do serviço secreto norte-americano. Conforme conta o ex-agente Philip Agee, Corrêa recebeu assistência

da base da CIA em Montevideu para desenvolver suas ações de vigilância e de infiltração entre grupos de exilados (AGEE, 1976).

Para Setemy (2014), a vigilância contra “subversivos” na fronteira do Rio Grande do Sul com o Uruguai não começou em 1964, mas já fazia parte da política do Itamaraty para a região:

Antes de Pio Corrêa, [...] outros representantes da diplomacia brasileira já haviam se destacado pela execução de políticas anticomunistas e por exercer severa vigilância das fronteiras ao sul do país com o apoio das autoridades militares e policiais nacionais e estrangeiras (SETEMY, 2014, p. 13-14).

Setemy (2013) especifica a importância que a fronteira sul do país teve na história do combate às ideologias de esquerda, e, portanto, no aperfeiçoamento das práticas de vigilância do Itamaraty:

Percorrendo os telegramas trocados entre 1935 e 1966, nota-se que na complexidade das políticas internacionais que visavam o combate ao inimigo comunista no país e no continente, o fenômeno regional da fronteira entre Brasil, Argentina e Uruguai adquiriu significado particular e, por vezes, influenciou ações diplomáticas e decisões mais abrangentes. Ali, a diplomacia brasileira agiu com eficiência como olhos do Estado para fora das fronteiras nacionais, através da troca cotidiana de telegramas com as suas embaixadas em Buenos Aires e Montevideu, no intuito de conter a infiltração comunista dentro do território nacional e sua expansão pelo continente sul-americano (SETEMY, 2013, p. 326).

A autora cita como exemplo um caso de dezembro de 1937, logo após o golpe que instaurava o período do Estado Novo no Brasil, em que o então embaixador em Montevideu, Lucílio Batista, acusado de manter contato com inimigos políticos de Getúlio Vargas, é substituído por Batista Luzardo (SETEMY, 2014, p. 14).

Como embaixador, Luzardo estabeleceu uma rede de vigilância da qual participaram autoridades militares, policiais e civis, com o principal objetivo de cercar a liberdade de um rival político de Vargas, o ex-governador do Rio Grande do Sul, Flores da Cunha (SETEMY, 2014, p. 14).

Por essa razão, é possível considerar que o sistema de vigilância montado por Corrêa no Uruguai não foi algo completamente novo, e que as práticas de violações de direitos por motivos ideológicos contrários à esquerda, já possuíam precedentes:

Portanto, a estratégia adotada pelo embaixador Manoel Pio Corrêa para obter do governo uruguaio a cooperação desejada pelo governo brasileiro no que se referia ao problema da vigilância e controle dos brasileiros exilados no Uruguai, parecia estar de acordo com as políticas de controle e vigilância a exilados brasileiros que o Itamaraty já havia empreendido em situações anteriores. Trajetórias e ações políticas de representantes diplomáticos, tais como Batista Luzardo e Pio Corrêa, são

representativas de que dentro do Itamaraty, assim como dentro do aparelho de Estado como um todo, havia indivíduos que fizeram uso da posição pública que ocupavam para potencializar a aplicação de convicções pessoais, sem considerar a moralidade de seus atos. (SETEMY, 2014, p. 14).

Sobre o caráter ideológico antiesquerdista dos governos brasileiros, Setemy elenca o levante encabeçado por Luís Carlos Prestes, em 1935, como o ponto em que o Brasil começa a tratar o comunismo como o “inimigo da nação” (SETEMY, 2014, p. 8).

Esse antagonismo entre o país e a ideologia comunista foi então reforçado pela implementação do Estado Novo em 1937, culminando no golpe de estado de 1964. Nesse sentido, a autora defende que o período de 1935 até 1964 se configura como “um processo continuado e não entrecortado ou interrompido, durante os quais se concretizou a construção progressiva de uma lógica político-repressiva centrada na eliminação do comunismo” (SETEMY, 2014, p. 8).

Na prática, essa lógica repressiva representou uma continuidade de “práticas estatais repressivas” e a propagação de discursos políticos que tratavam o comunismo como inimigo da sociedade e do Estado.

Outros autores se encarregaram de estudar as maneiras pelas quais o governo de Getúlio Vargas buscou atuar no combate às ideologias que considerava como subversivas. Dentre eles destacam-se, João Henrique Negrão (2005), Rodrigo Motta (2002) e Ana Maria Ayçaguer (2008). Por meio de pesquisa em documentos diplomáticos, esses autores identificaram que os representantes diplomáticos no exterior cumpriram um papel chave na estratégia de Vargas.

Já durante esse período, embaixadas brasileiras foram utilizadas como centros de coleta de informações, tanto de órgãos políticos quanto das forças policiais, com o intuito de manter o governo Vargas atualizado sobre quaisquer atividades de figuras consideradas subversivas.

Essa coleta envolveu o intercâmbio de informações entre órgãos de inteligência estrangeiros e também a prática de espionagem. Setemy (2014) ainda destaca que, nessa época, era de responsabilidade do Itamaraty, por meio de suas embaixadas e consulados, fazer uma triagem ideológica das pessoas que solicitavam a entrada em solo brasileiro.

Corrêa pode ser visto então como “herdeiro” do legado anticomunista do Itamaraty, que inclusive já envolvia a utilização de postos do MRE como bases de coleta de informações e espionagem, algo que foi, de fato, institucionalizado no CIEX. Para Setemy (2013, p. 325): “As

bases para institucionalização e atuação de um serviço de informações dentro do Itamaraty foram lançadas décadas antes do golpe de 1964”.

O CIEX como instituição se formou não só pela vontade de seu idealizador, tendo sido construído com base em décadas de experiência em vigilância e combate ideológico dentro do Itamaraty. Práticas que foram potencializadas, a partir de 1964, pelo estabelecimento da ditadura militar e pela Doutrina de Segurança Nacional.

O tempo de Manoel Corrêa como embaixador no Uruguai termina em 1966, quando ele é nomeado ao cargo de Secretário Geral de Política Exterior. Durante o período em que ocupava essa posição, foi ainda nomeado ministro interino das Relações Exteriores por sete vezes, devido as viagens do ministro Juracy Magalhães (1966-1967), função que lhe permitiu exercer poderes amplos e quase ilimitados dentro do MRE (SETEMY, 2014, p. 15). Interinamente, perseguiu diplomatas que considerava “pederastas, bêbados e vagabundos” (SEQUEIRA, 2007b, p. 1).

Já no âmbito externo, sistematizou as práticas de vigilância que colocara em prática no Uruguai, criando o Centro de Informações do Exterior, através da assinatura de uma portaria ultrassecreta (SEQUEIRA, 2007n, p. 1). Segundo o jornalista, a existência dessa portaria foi confirmada ao *Correio Braziliense* por ex-membros do CIEX, apesar do documento em si não ter sido encontrado pela equipe (SEQUEIRA, 2007b, p. 1).

Além de sua posição dentro do CIEX e de seu cargo como Secretário Geral, Pio Corrêa ainda foi nomeado vice-presidente da Junta Coordenadora de Informações, uma posição importante dentro da hierarquia do Conselho de Segurança Nacional, e central na comunidade brasileira de informações (SETEMY, 2014).

Segundo o próprio embaixador, enquanto era vice-presidente da Junta, teve acesso a todas as informações coletadas pelos vários órgãos oficiais de informação, além de contar com relações “estritas e cordiais” com os diversos chefes dos órgãos de inteligência.

Corrêa (1996) relata que a vigilância e repressão das atividades de comunistas no Brasil era “incessante e eficaz”, devido ao “perfeito entendimento e comunhão de ideias” entre Armando Falcão (ministro da Justiça), Horácio Lafer (ministro do Exterior), e Odílio Denys (ministro da Guerra) (CORRÊA, 1996, p. 666).

Além disso, ele menciona contatos diretos com diversas figuras que lideravam o aparato de repressão, entre elas o chefe da Política do Distrito Federal e o chefe do Serviço Federal de Informações e Contrainformações (SFICI). O embaixador relata em seu livro que, durante o seu tempo como Secretário Geral do Itamaraty, participou de sessões do Conselho de Segurança Nacional e que mantinha contato com o general Golbery de Couto e Silva, o chefe do SNI.

Em 1967, Manoel Corrêa solicita sua transferência para a embaixada em Buenos Aires, e em 1969 se aposenta. Passa a agir como um “consultor informal” do Itamaraty, além de trabalhar na iniciativa privada (SEQUEIRA, 2007b).

O diplomata faleceu no dia 6 de dezembro de 2013, aos 95 anos, tendo deixado como legado o serviço secreto do Itamaraty, o CIEX. Entretanto, é importante frisar que a criação do CIEX não se deu exclusivamente devido ao papel de Corrêa e dos poderes que ele recebeu de Castello Branco. Já existia dentro do Itamaraty uma extensa tradição de vigilância e repressão a agentes considerados como subversivos fora do solo brasileiro.

Antes de morrer, Corrêa chegou a falar de Brizola em entrevista ao Correio Brasiliense. Nas palavras do diplomata de 90 anos de idade, fora o presidente Castello Branco que dera a ele a missão de “neutralizar Brizola e João Goulart” no Uruguai (SEQUEIRA, 2007c).

Ele relata ainda um breve encontro que teve com Brizola, após a redemocratização, quando o político já exercia o cargo de governador do Rio de Janeiro: “Ele [Brizola] foi bastante amistoso e me disse, brincando, que eu havia conseguido ‘embarrear’ ele lá no Uruguai” (SEQUEIRA, 2007c, p.1). As razões pelos quais Brizola foi tratado como um inimigo primário da ditadura militar, o colocando na mira de Corrêa e do CIEX, são tratadas a seguir.

3.3 O contexto político de Leonel Brizola

Leonel Brizola foi uma das figuras mais emblemáticas do cenário político brasileiro durante a segunda metade do século 20, com ampla participação na política institucional do país. Brizola foi eleito deputado estadual pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) em 1947, deputado federal em 1954, prefeito de Porto Alegre no ano seguinte, governador do Rio Grande do Sul de 1959 até 1963 e, finalmente, deputado federal pelo estado de Guanabara em 1963 (FGV, 2001).

É importante destacar que mesmo antes do golpe de estado de 1964, Leonel Brizola já era uma figura que antagonizava as forças conservadoras que orquestraram o golpe de estado

brasileiro. Segundo Manoel Reinando Silva Rego (2018), Brizola foi capaz de construir um grande capital político dentro da esquerda brasileira devido a algumas de suas ações como governador do Rio Grande do Sul.

Dentre elas o autor destaca: a nacionalização de empresas estrangeiras no estado; e a organização do movimento de resistência, a Campanha da Legalidade, que garantiu a posse de João Goulart como Presidente do Brasil após a renúncia de Jânio Quadros em 1961, frente à setores civis e militares que não queriam Goulart na presidência.

Marques (2018) explica que o governo de Brizola, no Rio Grande do Sul, teve êxito em agregar as forças de esquerda, demonstrando sua posição como um líder nesse campo político, lançando também as bases do trabalhismo e propondo a participação do povo na elaboração de seu plano de governo. “O apoio que recebeu de Luís Carlos Prestes do Partido Comunista Brasileiro (PCB) indicava a união dos trabalhistas com os comunistas com forte apoio popular” (ROLIM, 2009, p. 12).

Para Marques (2018), a posição de Brizola como líder dentro da esquerda foi fortalecida pela Campanha da Legalidade, e solidificada durante o governo de João Goulart, devido à sua defesa de diversas reformas de cunho social. Jorge Ferreira (2016) reforça essa ideia, como demonstra o seguinte trecho:

Brizola defendia ideias reformistas. Contudo, se efetivadas, elas teriam extensão verdadeiramente revolucionária. Não casualmente ele foi reconhecido como líder nas lutas pelas reformas: ele expressa ideias, crenças e projetos das próprias esquerdas. Eram expressões sindicais, camponesas, estudantis e dos subalternos das Forças-armadas, grupos marxistas-leninistas, cristãos de esquerda, trotskistas e políticos nacionalistas, todos reunidos na FMP. Esquerdas e líder falavam a mesma linguagem e tinham objetivos em comum (FERREIRA, 2016, p. 38).

Todavia, a trajetória de Brizola na política institucional foi interrompida em 1964, quando o golpe civil-militar destituiu o Presidente Goulart e instaurou uma ditadura militar no Brasil. Para Rollemberg (1999), Brizola fez parte da primeira geração de exilados pela Ditadura, aqueles perseguidos logo nos primeiros momentos após o golpe.

Para a autora, a característica que define melhor os exilados dessa geração é o caráter seletivo da perseguição, que se concentrou nos membros depostos do governo. No dia 9 de abril foi publicado o primeiro Ato Institucional, impondo a cassação de mandatos de parlamentares e a suspensão de seus direitos políticos por dez anos. O nome de Brizola se encontrava na primeira lista de cassados, publicada no dia 10 (FGV, 2001).

Conforme explica Marques (2018), existem três formas comumente utilizadas para se excluir lideranças políticas da institucionalidade: a prisão, o assassinato e o exílio; sendo o terceiro método o escolhido pelos militares para lidar com Brizola.

Para Roninger (2010), a escolha do exílio como forma de lidar com inimigos políticos foi um método comum adotado pelas Ditaduras da América Latina na época, por ser menos custosa politicamente, oferecendo menos riscos de retaliação por parte de forças populares. Sendo assim, após perceber a impossibilidade de se resistir ao golpe dentro do país, Brizola segue para o exílio no Uruguai, país famoso por sua defesa do direito ao asilo político (MARQUES, 2006).

Segundo Marques e Bringel (2016), Brizola assumiu no Uruguai a posição de “exilado de alto nível”. Isso significava que, devido ao seu histórico e as suas convicções e objetivos políticos, não só de retornar ao Brasil, mas também de continuar a luta contra a ditadura militar, Brizola se tornou uma figura de liderança para os outros exilados brasileiros, formando redes de contatos com outros perseguidos políticos e também com autoridades estrangeiras, tanto na América Latina, quanto na Europa, situação resumida pela seguintes citações: “No Uruguai Brizola procurou organizar a resistência aos militares, tornando-se o principal líder político na primeira fase do exílio Brasileiro.” (MARQUES, 2018, p. 218).

Para Rollemberg, o político foi “o principal catalizador de forças” da primeira fase do exílio brasileiro (ROLLEMBERG, 2001, p.28). O jornalista Flávio Tavares explica que a maioria dos exilados brasileiros no Uruguai se agrupou em torno do ex-deputado gaúcho, o que teria formado um pequeno “Estado Maior” no exílio (TAVARES, 1999, p.176).

Mesmo fora do Brasil, a capacidade de organização política de Leonel Brizola e sua influência na organização e promoção de ações dirigidas contra o governo ditatorial brasileiro o faziam uma preocupação constante não só para as autoridades militares no Brasil, quanto também para o MRE.

3.4 O CIEX contra Brizola: monitoramento e espionagem

Um padrão identificado através da análise documental é o de que o CIEX dava extrema importância em saber exatamente quem se encontrava com Leonel Brizolano Uruguai, o que eles conversaram e qualquer decisão que tenha decorrido desse encontro.

O papel de Brizola como um dos líderes dos brasileiros exilados no Uruguai fica evidente através da leitura dos documentos do CIEX. Diversas pessoas mantiveram contato com o político, que por sua vez fornecia apoio político, estratégico, financeiro e de segurança aos exilados, além de coordenar e dar ordens aos brasileiros.

O grupo dos principais exilados liderados por Brizola, o “Estado-Maior”, como chama o CIEX, é listado em comunicado secreto do dia 3 de novembro de 1966. Esse informe relata que vários membros do “Estado-Maior” estariam com vistos aprovados para o Chile. Na lista de nomes constam o próprio Brizola, sua esposa Neuza e seus filhos, José Guimarães Neiva, Paulo Romeu Schilling e sua família, Dagoberto Rodrigues, Cibilis da Rocha Viana, Átila Cavaleiro Escobar, Alfredo Magaldi e Lélío de Carvalho (CIEX, 1966a, p. 1).

Outro informe, este de 1968, ilustra o papel de líder e mediador que Brizola exercia dentro dessa comunidade. Nele consta os nomes de dois asilados brasileiros que teriam brigado entre si, e informa: “Leonel de Moura Brizola teria designado o asilado Tarzan de Castro para servir de apaziguador entre os dois elementos” (CIEX, 1968a, p. 1).

Alguns dos documentos fornecem informações incrivelmente detalhadas acerca das reuniões secretas de Brizola com seu grupo, incluindo o que foi dito dentro de portas fechadas. Por exemplo, consta em informe que no dia 28 de julho de 1966, às 09 horas, Brizola reuniu um grupo de asilados em seu apartamento em Atlântida. Consta uma lista de todos os brasileiros presentes na reunião e um resumo do que de importante foi dito pelos presentes (CIEX, 1966g).

Os arquivos demonstram como essa rede de aliados de Brizola estava comprometida, em informe sobre as atividades do asilado Mascarenhas, que foi visto entregando correspondências a Brizola, consta inclusive a frase secreta utilizada por Mascarenhas como cobertura: “A cobertura que está sendo usada pelo marginado é do tipo ‘artificial e ligeira’ correspondendo a seguinte senha: ‘estou no Uruguai estudando a organização de jogo de azar’.” (CIEX, 1977e, p. 1).

As residências que Brizola e seu grupo utilizavam eram monitoradas pelos agentes do Itamaraty. Dentre elas destaca-se uma casa de apoio em Montevideu, apelidada de “Viet-Cong” pelos refugiados brasileiros. Residiriam nessa casa um pequeno grupo de asilados, e também “elementos” vindos de Cuba. Em 1966 consta que a casa era administrada pelo Brasileiro Paulo Cavalcante Valente (CIEX, 1966b, p.1). Já em 1968, Tarzan de Castro é citado como líder do local (CIEX, 1968b, p. 4).

As movimentações de Brizola eram acompanhadas de perto. O informe de 21 de outubro de 1966 reporta uma viagem que ele realizou, entre os dias 10 e 13 de outubro, para o departamento de Rocha, na fronteira do Brasil com o Uruguai (CIEEX, 1966c). Esse tipo de informe se repetia todas as vezes que Brizola viajava. Nem atividades religiosas eram isentas de observação.

Um dos documentos reporta que Brizola teria financiado uma missa em homenagem ao falecimento do Sargento Manoel Soares, realizada na cidade de Atlântida. Consta no documento uma lista com pelo menos 24 nomes de asilados brasileiros que teriam participado da missa (CIEEX, 1966f).

Qualquer movimentação ao redor de Brizola era digna de nota pelos agentes do CIEEX. Um tipo de documento que aparece diversas vezes nos arquivos são solicitações de informações de carros com placas brasileiras, que foram vistos nas imediações do Edifício em que Brizola morava em Atlântida. Nos documentos consta o pedido do CIEEX para o SNI: “Muito apreciaríamos ser informados sobre a quem pertencem ou em nome de quem estão matriculados os veículos em apreço” (CIEEX, 1966h, p.1), com uma lista de diversas placas em sequência.

Em outra comunicação, o CIEEX informa que os ocupantes de terminado veículo estavam hospedados em um hotel “dirigido por um elemento uruguaio veiculado a Leonel Brizola” e que os ocupantes de outro carro “foram observados” em contato com Brizola (CIEEX, 1967d). Isso demonstra que a rede de vigilância ao redor do brasileiro rotineiramente atingia qualquer outra pessoa que entrasse em contato com ele.

Os agentes do CIEEX tinham acesso inclusive às cartas que Brizola recebia. Em comunicação do dia 17 de outubro de 1966, o CIEEX informa os conteúdos de uma carta que o político teria recebido do presidente cubano Fidel Castro e do brasileiro Aluisio Palhano, além de detalhar que estas foram entregues por uma uruguaia de nome Silvia Romero (CIEEX, 1966d).

O CIEEX tinha um interesse especial das correspondências do político brasileiro. Os documentos demonstram que os agentes conheciam quem enviava as cartas que Brizola escrevia ao Brasil, e qual era o processo. Segundo informe, as correspondências eram remetidas de Atlântida ou de Montevideú pela empresa ONDA até Rivera, onde um funcionário aposentado da política uruguaia, Mauro Rodriguez, as remetia ao Brasil (CIEEX, 1966e).

Outro informe encaminha para os diversos centros da comunidade de informações, uma carta endereçada a Brizola: “Em anexo, esse centro remete, por cópia, uma carta endereçada a Leonel Brizola e encaminhada à Embaixada de Montevideú, remetida por Raimundo Vieira da Cunha, com congratulações natalinas” (CIEX, 1973).

Alguns documentos comprovam o acesso que os agentes do Itamaraty tinham dentro da polícia de Montevideú. O informe de 9 de janeiro de 1967 (CIEX, 1977a) discorre acerca das atividades da polícia uruguaia, que estaria intensificando suas investigações de “atividades terroristas”.

O órgão secreto demonstra saber certos detalhes do que foi dito durante a interrogação de dois asilados brasileiros detidos pela polícia local. Cita também que Brizola tentou intervir junto as autoridades uruguaias em nome dos detidos, e embora “se desconheça o teor exato da entrevista”, relata em termos gerais o que foi conversado entre Brizola e o Ministro do Interior, Storace Arroza.

O documento termina com uma nota que diz: “O CIEX está procurando lograr acesso ao fichário e documentação apreendida em casa de Maia Neto [um dos detidos] (CIEX, 1977^a, p. 2). A nota indica, então, que era possível para os agentes do CIEX obter documentos e informações pertencentes às autoridades de polícia do Uruguai. Em outra comunicação, esse acesso ao sistema de polícia se comprova de fato.

Em documento do dia 31 de janeiro de 1967, o CIEX (1967c) transcreve, em todas as palavras, um interrogatório que o refugiado brasileiro Gilberto de Oliveira Azevedo sofreu nas mãos dos oficiais do Departamento de Inteligência e do Enlace (órgão subordinado à Polícia de Montevideú).

Em várias das comunicações do CIEX para com os demais órgãos da inteligência brasileira, foi detectada a presença de “Notas do CIEX” ao final das mensagens. Essas notas variam entre complementos para o informe dado, correções de informes passados, pedidos de informações, e também comentários gerais. Uma destas notas revela o desgosto que o CIEX tinha para com as autoridades policiais do Uruguai, ainda sob governo civil.

Nesse documento consta, mais uma vez, a descrição de um processo de interrogação de um brasileiro detido pela polícia uruguaia e, ao final, a nota do CIEX reclama do modo com que o interrogatório foi tocado: “A aceitação de suas informações [...] sem qualquer tentativa de precisar fatos ou datas revela assombroso grau de incompetência bem como a já conhecida

tendência a tolerância das autoridades uruguaias em relação aos asilados brasileiros.” (CIEX, 1969^a, p.1)

O trabalho do CIEX não se resumia apenas a monitorar o seu alvo e relatar seus movimentos para as autoridades militares no Brasil. Alguns documentos relevam análises de conjuntura mais completas, incluindo até especulações sobre os possíveis movimentos futuros do asilado. Dentre eles, tem destaque a comunicação n° 184 de 09 de abril de 1968, intitulada “Atividades do asilado Leonel Moura Brizola”. Esse documento é, na verdade, um relatório acerca do político gaúcho durante os três anos que estava no Uruguai. Segundo o agente do CIEX, Brizola estaria sempre cercado de outros asilados brasileiros, em constante comunicação:

disfarçou mal sua disposição conspiratória mantendo ao seu redor nutrido grupo de guardas-pessoais, recebendo frequentes visitas, mantendo contato com outros grupos de asilados no Uruguai, comparecendo a reuniões em que se discutia planos de subversão e ‘a volta imediata ao Brasil’ e fazendo manifestações públicas. (CIEX, 1968c, p. 2)

Para o Centro de Informações do Exterior, os três primeiros anos de Leonel no Uruguai foram marcados pelo seu apoio a tentativas de insurreição armada contra o regime militar brasileiro. Sobre esses casos, Marques (2018) menciona a colaboração de Brizola na Guerrilha do Caparaó, em 1967, tentativa fracassada de estabelecer diversos focos de luta armada em solo brasileiro, com apoio de Cuba. Gilson Rebello destaca a seguinte fala de Brizola sobre o seu envolvimento pessoal com essa tentativa de insurreição contra o governo militar no Brasil:

No caso da Guerrilha do Caparaó, tive a oportunidade de colaborar com o que estava ao meu alcance [...] no exílio decidimos contribuir com a derrubada do sistema político então vigente no Brasil, com a criação de um movimento civil-militar que pudesse levar à insurreição popular militar, com base na Revolução de 1930. É bom deixar claro que insurreição é sempre luta armada [...] Conspiramos porque [...] tínhamos o direito de o fazer, pois fomos tocados de nossas casas com violência por um regime reacionário que se voltou contra um povo desarmado e indefeso (REBELLO, 1980, p. 162, p.165).

Para os agentes que o vigiavam, a atuação de Brizola no Uruguai foi-se alterando com o tempo. A partir de meados de 1967, a agência considera que o político exilado mudou o comportamento que tinha durante os três primeiros anos no exílio:

De meados de 1967 em diante, seu comportamento se foi alterando, embora continuasse a transitar sistematicamente entre Montevideú e Atlântida, permanecendo mais tempo na primeira do que na segunda, BRIZOLA passou a evitar a movimentação de pessoal a seu redor nos termos registrados anteriormente [...] Em Atlântida, o número de seus seguidores permaneceu o mesmo, mas parece ter havido uma sensível redução número de visitas. Essa diminuição estaria sendo compensada

em Montevideu, por onde BRIZOLA se desloca com absoluta facilidade e onde existem inúmeras alternativas para locais de encontro. (CIEX, 1968c, p. 2)

Atlântida é uma cidade do litoral do Uruguai, a qual Brizola teoricamente teria sido mandado devido a pressão do governo brasileiro frente aos uruguaios, como forma de isolá-lo da extensa comunidade de asilados políticos que residiam ou se encontravam em Montevideu.

Para Marques (2006), a pressão que o governo brasileiro exerceu nesse assunto foi entendida como uma intervenção em assuntos internos do país pelo governo uruguaio, que na época se prezava como defensor da liberdade de expressão e do direito ao asilo político.

Contudo, de acordo com a documentação do CIEX, na prática, o brasileiro ainda se movia livremente entre as duas cidades. O relatório prossegue informando sobre a mudança de comportamento de Brizola e de como os demais brasileiros o enxergavam:

De fontes diversas chegam notícias de descontentamento nas fileiras “brizolistas”. Esse descontentamento, que já foi registrado em ocasiões anteriores e atribuído à inação e a falta de perspectivas que caracterizariam a liderança de BRIZOLA, depois do desenvolvimento da Frente Ampla e do encontro de Montevideu, passou a corresponder “ao abandono de luta e a traição de BRIZOLA aos ideais revolucionários”. (CIEX, 1968c, p. 3)

O CIEX chega ao ponto de mencionar detalhes que seriam considerados como “íntimos”, implicando talvez que sua rede de informantes envolvia pessoas próximas do asilado, com acesso a suas conversas particulares, como sugere a seguinte passagem:

O próprio ex-governador em confissões a “amigos”, a políticos brasileiros e até mesmo a autoridades e personalidades uruguaias se teria declarado “arrepentido” da participação que tivera em atividades subversivas e disposto, a partir de agora, a luta, em termos políticos, pela recuperação tanto sua quanto de seus companheiros. E a partir desse momento aumentaram consideravelmente seus “entendimentos” com “emissários” procedentes do Brasil. (CIEX, 1968c, p. 3)

Ainda a respeito das relações pessoais do ex-deputado no Uruguai, o documento nomeia diversos brasileiros também exilados, comentando que vários deles estariam desapontados com a mudança de posicionamento de Brizola, ao ponto de a comunicação mencionar que estavam “brigados” com ele.

Por fim, o agente que redigiu a comunicação arrisca fazer duas “presunções”, a grosso modo, de quais seriam os planos do ex-governador gaúcho:

a) aproveitar a brecha criada pela Frente Ampla na estrutura político-partidária atual do país para fazer renascer sua possibilidade como líder “autentico” de uma oposição nacional-populista intransigente; b) manter aberta uma porta para sua “retomada” da liderança revolucionária com apoio cubano, chinês ou de qualquer outra procedência na eventualidade de seregistrar um “endurecimento” do atual

regime brasileiro. (CIEX, 1968c, p. 4)

Esse relatório ilustra o nível de interesse e preocupação dos espões do Itamaraty com a atividade política do asilado brasileiro no Uruguai. Sua movimentação era acompanhada, suas conversas pessoais eram conhecidas, seus contatos com demais brasileiros eram registrados, suas desavenças com os mesmos eram notadas, e mais importante, procurava-se informar as autoridades brasileiras quais poderiam ser os planos futuros de Brizola em sua luta contra o governo brasileiro.

Outra comunicação, dez dias depois, volta a tocar no tema das desavenças de Brizola com outros militantes asilados, advinda da aparente decisão do ex-governador de optar pelas vias institucionais, e não armadas. Diz a mensagem:

A aparente decisão de LEONEL BRIZOLA de optar pela “linha política” de ação, teria dado margem a uma onda de descontentamentos entre grupos de asilados brasileiros no Uruguai. 2. Entre os principais descontentes estariam: a) IZIDORO ANTÔNIO VIANNA GUTIERREZ que arvorou em “líder” e contaria com o apoio de um pequeno grupo de asilados; b) ADILSON PINHEIRO PIMENTEL; c) BENO ORLANDO BURMAN, que estaria agora em ligação com GUTIERREZ e seu grupo; d) JACY PEREIRA LIMA. Esses descontentes insistem em que devem ser investigados os gastos feitos pelo ex Deputado a conta de recursos recebidos de Havana, durante os últimos três anos, recursos estes que são estimados, segundo as diferentes versões, entre US\$ 250.000 de dólares americanos. 4. Consta ainda que um levantamento dessas despesas já estaria sendo feito por ordem de dirigentes “castro-comunistas”. (CIEX, 1968d, p. 1)

Esse documento é interessante pois menciona com mais substância a ligação de Brizola com o governo cubano de Fidel Castro, já apontando para uma deterioração das relações de Cuba com o ex-governador, e como a questão do financiamento cubano gerava atrito entre os militantes brasileiros no exterior.

As relações de Brizola com Cuba, no contexto da luta armada contra as ditaduras na América Latina, e o apoio financeiro e treinamento cubano aos diversos grupos de esquerda, inclusive o de Brizola, foi de interesse especial do CIEX. Essas movimentações eram seguidas sempre com atenção, e a qualidade do relacionamento entre Brizola e Fidel, e seu status como líder revolucionário brasileiro, perante as autoridades cubanas, era alvo de inúmeras especulações.

A rede de espionagem montada para vigiar Brizola não se limitava apenas a ele, nem sua família estava livre, incluindo seu filho, ainda criança. Em 13 de maio de 1968, o informe intitulado: “Família de Brizola viaja a Buenos Aires” mostra que os passos de sua família também eram seguidos, mesmo quando suas ações envolviam questões plenamente pessoais e

de saúde, sem nenhuma relação com disputas políticas. O informe em questão relata o seguinte:

Em 3/MAI/68 NEUSA BRIZOLA e seu filho JOÃO BRIZOLA GOULART, esposa e filho do asilado LEONEL BRIZOLA, viajaram de Montevideu com destino a Buenos Aires pela LAN-CHILE. 2. De Buenos Aires seguiram para a Europa, onde o menor será submetido a exames e tratamento médicos. (CIEX, 1968e, p. 1)

O contato de dois dos maiores opositores políticos do regime militar brasileiro, Brizola e o presidente deposto João Goulart, parecia ser motivo de extra atenção para os agentes do CIEX. O informe de nº 307, datado do dia 7 de julho de 1968, informa os resultados da vigília feita para acompanhar o encontro dos dois, com informações muito mais precisas, incluindo hora e minuto, do que informes que envolviam outros militantes menos conhecidos. Relata o documento:

Em 29/MAI/68, às 13,30hs, o asilado LEONEL BRIZOLA estabeleceu contato com JOÃO GOULART, na residência do último à calle Leyenda Pátria nº 2984 – Montevideu (ROU). Foi a seguinte a movimentação registrada na ocasião: a) às 13,30hs, BRIZOLA chega à residência de GOULART no automóvel chapa RS-56.2752 (Pelotas); b) às 15,00hs, BRIZOLA e GOULART abandonam o local viajando no veículo citado no item a; c) às 16,00hs, os marginados retornam ao mesmo local, ou seja, à residência de GOULART, d) às 17,30hs, BRIZOLA deixa a residência do cunhado no automóvel descrito acima. Saiu e viajou sozinho. (CIEX, 1968f, p. 1)

Os dois documentos previamente citados possuem um significado em comum, que fica evidente com a leitura de um terceiro documento, com a data de 17 de junho de 1968. Nesse informe, o CIEX relata as ações empregadas por Brizola para poder deixar o Uruguai por um breve período sem perder seu status de asilado político. O destino da viagem seria a Europa, e o motivo seria visitar seu filho que estava passando por um tratamento médico. Segundo o agente, a longa conversa que Brizola teve com seu cunhado João Goulart, no dia 29 de maio, teria sido para pedir ajuda nessa empreitada.

A maior parte do documento, porém, trata dos preparativos de Brizola para sua viagem, depois de receber a permissão do governo uruguaio. Ele teria iniciado “uma série de medidas destinadas, à primeira vista, a caracterizar seu progressivo distanciamento dos demais brasileiros asilados ou refugiados no Uruguai” (CIEX, 1968g, p.1). Essas medidas envolveriam a entrega de diversos apartamentos e casas de apoio localizadas na cidade de Montevideu.

Segundo o informe, a comunidade brasileira no Uruguai entendia essa movimentação como uma forma de Brizola se prevenir e não deixar pendências no país, caso o seu status de asilado político acabasse sendo retirado e seu retorno fosse negado, ou até também a possível

intenção do brasileiro de se mudar para outro país. Para o CIEX, contudo, existira uma explicação mais “simples”, como diz o relatório:

Uma especulação mais simples e a de que BRIZOLA, seguro de viajar, aproveitaria a oportunidade para reorganizar e redistribuir seus elementos no Uruguai, adotando inclusive medidas práticas para desfazer-se de casa de apoio “queimadas” e reagrupar seus seguidores, dentro de sua mais recente tática de aparentar total desvinculação com quaisquer atividades subversivas. De regresso ao Uruguai e aproveitando-se da possibilidade de mudança de local de seu internamento, BRIZOLA estaria em condições de prosseguir atuando nas duas “frentes” – política e subversiva – com muito maior segurança e tranquilidade (CIEX, 1968g, p.3).

Novamente fica evidente a preocupação do Órgão de espionagem do Itamaraty com Brizola, aquele considerado como um dos mais perigosos inimigos políticos do regime militar brasileiro, capaz de atuar tanto na frente “política” institucional, quanto na frente “subversiva”.

A viagem de Brizola para a Europa foi acompanhada de perto pelos agentes brasileiros, e relatada no informe de nº 347, de 28 de junho de 1968. O CIEX tinha conhecimento do horário, número do voo, e do destino de Brizola, a Escócia.

Sabia também o número do documento concedido pelo governo uruguaio para que o brasileiro deixasse o país. Até o fato de que ele viajava na companhia de seu filho, José Vicente, foi reportado. Novamente, é feita uma especulação sobre as “manobras políticas” que o político brasileiro poderia empregar após retornar ao Uruguai:

A próxima etapa dos esforços do marginado para livrar-se de quaisquer restrições a sua liberdade de ação deverá materializar-se logo após sua volta ao Uruguai, quando então desencadeará renovadas pressões, já agora escudado na magnanimidade do Governo brasileiro no tocante a esta ausência do país, para o levantamento de sua internação ou pelo menos o deslocamento da área a que ficaria circunscrito de Atlântida ou para Montevidéu ou para os Departamentos uruguaio em que possui propriedades (Montevidéu, Canelones, Florida e Durazno) (CIEX, 1968h, p.1).

Uma segunda especulação é escrita sobre o título de “Observação”. Nela, o CIEX explora a ideia de que Brizola pretende visitar um terceiro país durante sua viagem, já que o documento cedido pelo Uruguai só tem validade de 30 dias e só pode ser utilizado na Grã-Bretanha, porém Brizola teria feito grandes esforços para que as autoridades consulares brasileiras prorrogassem seu passaporte por mais dois anos.

Para o agente do Centro de Informações, não haveria dúvidas de que, viajando ou não para um terceiro país, essa ação de Brizola tinha motivos políticos: “Qualquer que seja a hipótese, o que está claro é que com o pedido de passaporte brasileiro, BRIZOLA visava contornar as limitações que lhe estavam sendo impostas pelas autoridades uruguaioas” (CIEX, 1968h, p.1). O restante da documentação pertinente ao ano de 1968 inclui diversos

acompanhamentos das viagens da família de Brizola, sua esposa e filha, para a Europa, além de outro relato da tentativa do ex-governador de prorrogar o prazo de seu passaporte.

No ano seguinte, constam as movimentações dos filhos de Brizola, José Vicente Goulart e João Octávio Goulart, ambos teriam viajado de Montevideu para Porto Alegre. No informe do CIEX constam qual o ônibus e o passaporte utilizados para a viagem (CIEX, 1969b). Em 1970 isso se repete, mais um informe contendo informações detalhadas acerca das viagens dos filhos do político, quais ônibus utilizaram, que horas chegaram e quais documentos portavam (CIEX, 1970^a).

Em outra comunicação, acerca da viagem de Julia Goulart Brizola e Maria Gualberto de Goulart, a nota do CIEX pede informações aos demais membros da comunidade de informações brasileira sobre o grau de parentesco das duas em relação a Brizola e João Goulart (CIEX, 1970b). Apenas compartilhar um sobrenome já era motivo para brasileiros sofrerem o escrutínio dos agentes do Itamaraty. Esses relatórios das movimentações da família de Brizola se repetem por diversas vezes ao longo dos arquivos.

Os primeiros anos de funcionamento do CIEX produziram uma extensa quantidade de informes sobre Brizola, sendo os anos de 1966 até 1969 o auge dessa produção. Contudo, a partir do ano de 1970, notou-se uma redução considerável no volume de informes, sendo o caso de seu nome aparecer menos de três vezes por ano nos volumes presentes nos arquivos.

Não é possível dizer, com certeza, que isso foi resultado de uma mudança no comportamento do CIEX, de talvez não mais considerar Brizola como uma ameaça tão grande. É possível considerar, por outro lado, que os arquivos do CIEX presentes no Arquivo Nacional estão apenas incompletos. Conforme a matéria do Correio Brasiliense (SEQUEIRA, 2007b), com a redemocratização do país, o SNI deu a ordem para que os milhares de documentos produzidos pelo CIEX fossem destruídos.

É plausível, então, considerar que nem todos os documentos sobreviveram ao fim da ditadura. A CNV obteve acesso a um ofício endereçado ao chefe da Seção Estratégica do Estado-Maior do Exército, datado de novembro de 1988, em que o embaixador Sérgio Damasceno Vieira, então diretor da DSI do MRE, informava: “foram nessa data destruídos todos os documentos difundidos pelo Estado-Maior do Exército para o Centro de Informações do Exterior (Ciex), os quais, em virtude da desativação do referido centro, haviam passado para a custódia desta DSI.” (Ofício DSI/MRE nº 016, 18 de novembro de 1988 apud CNV, 2014^a, p. 247).

3.5 Altair, o agente duplo do CIEX

Alberto Conrado Avegno, vulgo Altair, já mencionado no segundo capítulo, foi um dos agentes pagos pelo CIEX para servir como espião e agente duplo no Uruguai. Um dossiê de 812 páginas, organizado pelo Arquivo Nacional, conta a história de seu serviço para o órgão de inteligência do Itamaraty, do final da década de 1960 até o ano de 1980.

Nos documentos encontrados, constam detalhes sobre as atividades dos exilados no Cone Sul, principalmente no Uruguai, como viagens, ações políticas e estabelecimento de contatos com grupos de esquerda de diversos países. Os documentos que compõem esse dossiê são informes secretos que circularam dentro do próprio CIEX, diferentemente dos arquivos sobre Brizola, que eram constituídos por comunicações que o CIEX endereçava aos demais membros da comunidade de inteligência brasileira.

Ao analisar os documentos, foi possível entender melhor como era, na prática, o funcionamento das atividades de espionagem do CIEX, e como o órgão tratava seus agentes. Além disso, é possível dissipar completamente as alegações dadas pelos diplomatas entrevistados pela Comissão Nacional da Verdade, de que o Itamaraty nunca teria usado agentes pagos para espionagem.

Alberto Conrado Avegno, uruguaio, nasceu no prédio do consulado do Brasil em Salto, em 1927, filho do diplomata brasileiro Octávio Conrado. Segundo matéria da Folha de São Paulo (VALENTE, MARQUES, 2012), ele se mudou para Montevideú, lugar onde seu pai escolheu morar depois de se aposentar. Ao longo dos anos que serviu como agente, utilizou-se de sua dupla nacionalidade e do prestígio da sua família de diplomatas para se aproximar dos grupos de brasileiros exilados. Em entrevista ao jornal, Alberto disse que sempre lutou contra o comunismo, e que defendia os ideais de direita, “gente de bem” segundo ele.

Sobre manter relações com pessoas de ambos os lados, disse simplesmente que “se adaptava” (VALENTE, MARQUES, 2012). Segundo o Memorial da Resistência em São Paulo (2013), Alberto esteve envolvido com o sequestro de Jefferson Cardim de Alencar Osório (1970); com os desaparecimentos forçados de Jean Henri Raya Ribard e Antonio Luciano Pregoni (1973), de Joaquim Pires Cerveira e João Batista Rita (1973-1974); além do sequestro de Flávio Tavares (1977).

As comunicações secretas contidas no dossiê demonstram a constante prática do uso de pseudônimos para esconder a identidade dos agentes do CIEX. Para a CNV, “a identificação

desses informantes, e dos codinomes (pseudônimos) que aparecem em documentos do Ciex, é essencial para a compreensão de seus métodos de trabalho.” (CNV, 2014, p. 256).

No caso de Alberto, já são bem conhecidos os seus codinomes. Os informes secretos o tratam por vários nomes, como Altair, Johnson, Zuleica e Carlos Silveira. Pouco se sabe sobre os demais pseudônimos encontrados no dossiê, contudo a CNV (2014, p. 256) menciona alguns, que inclusive teriam sido usados para ocultar o nome de diplomatas do Itamaraty: “Gualter” seria Carlos Hildebrant, um dos chefes do CIEEX, “Floriano” seria Cláudio Luiz dos Santos Rocha, “José” seria Otávio Goulart, “Fátima” era o pseudônimo de Sérgio Damasceno Vieira e “Felipe” seria Paulo Sérgio Nery. Contudo, a identidade da maioria dos codinomes que aparecem no dossiê permanece em segredo.

Um dos documentos mais interessantes presente no dossiê é um relatório de 7 páginas, encomendado pelo próprio CIEEX, a respeito de Alberto, ou Altair como consta no texto, produzido pela base em Montevideu (BEX-EO), e datado 17 de setembro de 1976. A introdução do estudo sobre o agente diz o seguinte:

O comportamento profissional de Altair reflete em grande parte as peculiaridades de seu perfil psicológico, marcado por uma ambiguidade característica que desorienta as pessoas que com ele são forçadas a relacionar-se [...]. Altair mantém relações de amizade com elementos reconhecidamente perigosos de esquerda e, no entanto, sente a necessidade de justificar sua atitude para o que se ligou a Serviços de Informações. [...] *Está claro que esta duplicidade existencial é a característica que o torna um agente duplo, capaz de passar material de valor para os serviços de informações.* (CIEEX, 1976^a, p. 2, grifo meu).

Percebe-se, então, como o perfil psicológico dos agentes era importante para o CIEEX. O caráter duplo de Alberto o tornava um agente infiltrado ideal aos olhos do Itamaraty. O texto ainda menciona a sua “imaginação fértil. Graças a ela, segundo os agentes da BEX-EO, ele era capaz de “ligar fatos aparentemente desconexos à nível extraordinário”, possuindo então “um dom natural para o trabalho específico que executa” (CIEEX, 1976^a, p.3).

A segunda parte do relatório ilustra uma das dinâmicas de funcionamento da rede de espionagem do CIEEX. Cada agente possuía um “Operador”, que era responsável por coletar as informações que o agente produzia, além de “manipular” o agente, algo que será tratado no decorrer do capítulo.

Por hora, o relatório conta que a relação “operador-agente”, no caso de Alberto, deixava a desejar: “Como é de conhecimento da Central, José, ao entrar no circuito, encontrou na área

de BEX-EO um serviço irregular e com uma total inversão de valores no relacionamento operador-agente.” (CIEX, 1976a, p. 3).

José era o operador de Alberto, e sua real identidade, segundo a CNV, é Otávio Goulart. Uma prática identificada nesse relacionamento entre operador e agente foi a produção de fichas, relatando ao CIEX cada um dos encontros realizados entre as duas partes. O dossiê contém uma série de fichas documentando os encontros entre Otávio e Alberto, nelas utilizando o codinome de Johnson.

Cada uma das fichas contém as seguintes informações: Número registrado para o contato, data do encontro, local (que no caso de Alberto muitas vezes era em um Cinema), os codinomes do agente e do operador, e se era um encontro “normal” (previsto) ou “extra”.

Também era registrado qual dos dois lados iniciou o contato e por qual motivo; se o material recolhido era oral, escrito ou “outro”, e um resumo desse material. Uma lista dos expedientes produzidos em decorrência desse contato e observações pertinentes também eram feitos, além de uma data para o próximo contato.

A terceira parte do estudo é chamada de “Atitude do agente em relação ao CIEX”, e ilustra que tipo de visão o Centro tinha de si mesmo como organização:

Altair tem uma visão do CIEX que não corresponde à realidade. Como nunca exerceu funções na Casa, não consegue compreender as injunções que lhe são próprias. Concebe o serviço e suas funções como se operasse no quadro dos grandes organismos de informações e contra-informações, com suas estruturas para-militares, sistemas operacionais desvinculados dos organismos em que se opera e regras diferentes. Não percebe as diferenças que se colocam num serviço não militarizado, onde as condições financeiras e as decisões necessariamente refletem o espírito da Casa. (CIEX, 1976a, p.4)

Esse trecho indica o caráter civil do CIEX, não militarizado, e como isso implicava não só em condições financeiras diferentes, mas também em regras e estruturas diferentes. O CIEX era parte da “Casa”, do Itamaraty, algo que Alberto não entenderia, por ser um agente externo. Esse caráter civil do CIEX pode apontar para a relativa independência do MRE em relação ao restante da estrutura de inteligência da ditadura.

O MRE de fato estava em constante comunicação com os demais órgãos, mas o dia a dia do CIEX parecia ser mais independente, uma noção que é reforçada pelos documentos que mostram uma certa “rivalidade” entre a agência secreta do Itamaraty e as demais agências militares.

Essa “rivalidade” pode ser vista na preocupação constante dos superiores de Alberto, de que ele estava trabalhando para uma outra agência de inteligência brasileira, havendo todo um trabalho em descobrir se isso de fato ocorria, e se afirmativo, encontrar os nomes de quem recebiam as informações do outro lado e quais informações eram repassadas.

Esse “jogo duplo” de Alberto é uma das histórias contadas pelo dossiê. Em diversos documentos, os seus superiores no CIEX discutem a possibilidade de que Alberto tenha chegado a trabalhar para outros órgãos de informações brasileiros e possivelmente do exterior, como o Serviço de Informação de Defesa (SID) do Uruguai, algo que preocupava bastante as autoridades do CIEX.

Sobre isso, o relatório (CIEX, 1976a) diz que as características ambíguas de Alberto explicam suas ligações múltiplas, e que as informações que ele obtém normalmente podem muito bem ser úteis para mais de um serviço secreto, algo especialmente verdadeiro devido às suas ligações com elementos “subversivos”.

Isso o faria útil inclusive para o SID, havendo suspeitas que um dos codinomes que aparece nos informes de Alberto, “Sartório” seja o seu operador dentro do SID. Essa página ainda menciona algo que parece ser comum nesse meio, o do fornecimento de informações para serviços de espionagem mediante a recompensação financeira, ou por outras informações que, por sua vez, podem ser úteis para uma outra agência.

Sobre Alberto, o CIEX acredita não restar dúvidas de que ele seja um agente duplo, o grande problema, então, seria “saber pra que lado pende o agente em seu foro íntimo, pois é a questão vital para avaliar seus informes, atribuindo-lhes maior ou menor credibilidade.” (CIEX, 1976a, p. 6).

A próxima sessão lida com a produtividade do agente, considerada como sendo “razoável”, o documento (CIEX, 1976a, p. 6) relata que Alberto encaminhou 222 informes à Central no ano de 1974, e 139 informes em 1975, uma redução que se deveu a um “incidente” (sua apreensão pela polícia do Uruguai) que quase paralisou seu trabalho. “Além disso, o agente encaminhou relatórios com a descrição de suas viagens ao exterior, com valiosas informações” (CIEX, 1976a, p. 6).

É possível verificar que o CIEX dividia os informes que recebia em categorias, tendo a produção de Alberto se concentrado em três categorias distintas: informação política, material relativo à subversão e informações estratégicas.

Sobre a sua produção política, o CIEX a considerava razoável. Atribuindo ao agente muitos “furos” de informação. Contudo, as informações que o agente recolhia junto do SID não forneciam um quadro completo da situação política no país, sendo muitas vezes parciais ou simplificadas, pois não consideravam as injuções socioeconômicas presentes (CIEX, 1976a, p. 7).

O material relativo à subversão, ou “político-ideológico” segundo o CIEX, seria onde o agente se destacava. Ele “revela a utilidade do emprego de um agente com características de duplicidade. Como o agente desenvolve contato com elementos do meio sedicioso, sempre termina por fornecer indicações e elementos de valor” (CIEX, 1976a, p. 7).

Fica evidente, então, que os agentes infiltrados no meio da esquerda no Uruguai e em outros lugares eram de especial valor ao serviço secreto do Itamaraty. Quanto a produção de informações estratégicas, o CIEX considera que Alberto, na maioria das vezes, apenas reproduzia ou sintetizava informações publicadas em jornais ou revistas internacionais.

Um dos documentos provenientes do dossiê fornece uma informação interessante acerca dos efeitos com que a repressão interna no Brasil tinha para com o trabalho do CIEX no exterior. Em 10 de maio de 1968, um informe produzido por Alberto e entregue a dois monitores do CIEX, de codinomes “Leopoldo” e André”, relata o retorno ao Uruguai do brasileiro Gualter de Castro Mello.

Ao retornar a Montevideú, Gualter relatou aos seus colegas de esquerda a sua experiência de ter sido detido e interrogado pela Política Federal. Gualter então “pode constatar que as autoridades brasileiras estavam extremamente bem informadas, com riqueza de detalhes, sobre as atividades dos asilados no Uruguai.” (CIEX, 1968i, p.1). Tendo sido mostrado ao brasileiro uma lista de nomes de asilados no país e outros documentos obtidos de forma clandestina, os dois interrogadores chegaram até a confirmar que o Brasil tinha três agentes infiltrados no meio dos asilados no Uruguai, e tentaram ainda recrutar Gualter.

Uma nota extensa do CIEX ao final desse relato, evidencia como o Centro caracterizou negativamente esse fato. O Centro reclamou da forma com que são conduzidos os interrogatórios de asilados brasileiros quando estes são detidos no Brasil, pois ela implica em “sérias ameaças à segurança operacional de agentes infiltrados no meio dos mesmos” (CIEX, 1968i, p. 1).

A nota continua dizendo que a probabilidade desses interrogados retornarem à comunidade de asilados é alta. E ao revelar esse tipo de informação, as autoridades brasileiras acabam pondo em risco não só a segurança dos agentes do CIEX, mas também atrapalham a coleta das informações, já que, a partir desses conhecimentos, as comunidades de asilados podem tentar identificar quem são os infiltrados, estabelecer novas medidas de segurança mais duras, ou até iniciar campanhas desinformação e contrainformação. “Em resumo, constata-se que é indispensável dar aos interrogatórios de asilados detidos no Brasil forma mais adequada as peculiaridades do trabalho de informações” (CIEX, 1968i, p.2).

Por fim, o CIEX ainda propõe mudanças para as autoridades brasileiras, em nome da segurança da comunidade de informações do aprimoramento do serviço de segurança nacional, mas sem fazer com que o Centro tenha contatos diretos com as forças policiais no Brasil:

Sem prejuízo dessa providência, o CIEX se permite sugerir que seja reexaminada pela comunidade de informações, em especial pelos órgãos que têm contato funcional de troca de informações com departamentos policiais, os princípios a que obedece a remessa de informes para os mesmos, visando impedir violações das normas elementares de segurança a que nos referimos acima. A presente sugestão decorre do desejo de aprimorar o nível técnico dos serviços de segurança e de informações e a circunstância de não manter o CIEX ligação funcional com qualquer serviço policial nacional. (CIEX, 1968i, p. 3)

Alberto foi detido ao menos duas vezes por autoridades policiais ao longo de sua carreira de agente infiltrado, uma no Uruguai e outra no Brasil. Os dois casos são relatados no dossiê, e oferecem detalhes interessantes sobre como o CIEX e o Itamaraty lidavam com esse tipo de situação.

A primeira das detenções ocorreu em 1972, quando Alberto viajava para a cidade de Santana do Livramento, no Rio Grande do Sul. Capturado pela Polícia Federal, foi mantido em detenção por dias, e interrogado. Sua estadia rendeu um relato que foi registrado no CIEX. Segundo o documento (CIEX, 1972a), Alberto enfrentou dificuldades para convencer o delegado local de que era de fato um agente da inteligência do Itamaraty.

Alberto não tinha nenhum documento oficial que o ligava ao serviço do governo brasileiro, dado o caráter clandestino de suas atividades como agente infiltrado de um órgão secreto. Mais tarde, foi interrogado por alguém que dizia ser do SNI. Perguntado diversas vezes se conhecia alguém dentro do Itamaraty, nenhuma resposta que fornecia era satisfatória.

Finalmente, Alberto foi reconhecido por um oficial da Marinha, já que ele também fornecia informações ao Cenimar desde 1964. Esse acontecimento demonstra, de certa maneira,

o grau com que o CIEX era desconhecido, mesmo para o próprio aparato de segurança do Estado brasileiro, e o quão tênue era a ligação entre o Itamaraty e seus agentes pagos. Afinal, Alberto só foi liberado devido às suas conexões com a inteligência da Marinha, não por autoridades do CIEX.

O segundo incidente, batizado pelo CIEX de “episódio Castiglioni”, ocorreu em 1975, no Uruguai, que já vivia sob uma ditadura civil-militar desde 1973. Castiglioni foi o inspetor encarregado do caso de Alberto junto as autoridades uruguaias. Eventualmente, o agente foi liberado, graças à intervenção do CIEX, dessa vez. O caso resultou na elaboração de uma comunicação interna: a mensagem, datada de 19 de julho de 1975 (CIEX, 1975a), produzida por alguém de codinome “Argeu” e entregue ao monitor “Fred” comenta o caso da detenção do agente, e descreve instruções a serem tomadas.

O informe menciona um “Ministro de Estado”, que no caso, dado o contexto da comunicação, possivelmente seria o chanceler Azeredo da Silveira. O Ministro “tomou conhecimento do assunto; aprova e elogia a decisão correta de utilizar o canal do CIEX para o trato do mesmo, mas lembra a QUEIROZ que tal canal tem regras próprias” (CIEX, 1975a, p.1).

Essas regras envolveriam a não transmissão, pelo canal do CIEX, de telegramas da série BRASEMB MONTEVIDEU (referentes à embaixada no Uruguai). Sendo assim, o chanceler ordena que quatro telegramas sejam “simplesmente anulados ou substituídos por outros mais inofensivos, de preferência ostensivos, sobre assuntos de menor importância” (CIEX, 1975a, p. 1).

Esse trecho traz informações importantes. Primeiro, reforça que as bases do CIEX utilizavam um canal de comunicação separado do canal oficial das embaixadas. Segundo, releva que o alto escalão do Itamaraty estava a par dos acontecimentos relativos aos agentes infiltrados do CIEX.

Mas mais importante, é uma prova de que o Itamaraty, possivelmente o próprio chanceler, Azeredo da Silveira, ordenou a destruição ou substituições de documentos que pudessem incriminar o Ministério. Se não ele, algum outro membro do alto escalão do governo. Trata-se de queima de arquivos ou ocultação de informações durante o funcionamento do CIEX.

Em sequência, o informe dá instruções sob como proceder no caso de Alberto. Como se tratava de um “caso de agente infiltrado em país amigo”, o operador de Alberto deveria entrar

em contato com o embaixador brasileiro no Uruguai, para que este fosse até as autoridades locais. O embaixador, então, deveria revelar a identidade de Alberto como um agente da inteligência (mas sem dizer a qual órgão ele pertencia) e solicitar sua liberação imediata.

Em seguida, o agente deveria passar por um “*debriefing*”, com o objetivo de descobrir o quanto ele revelou durante seu interrogatório sobre o CIEX. “Em função disto, será decidido se o agente continua a ser útil, ou se o episódio o ‘queimou’” (CIEX, 1975a, p. 2). O operador, “José”, deveria ser duro com Alberto. Além do “*debriefing*”, ele seria informado “com a máxima ênfase” que só foi solto “por obra e graça do CIEX”, mas que da próxima vez Alberto seria “deixado à própria sorte” (CIEX, 1975a, p. 2).

Na sua posição de agente infiltrado, Alberto convivia de perto com os grupos de asilados brasileiros no Uruguai, e trabalhava contra eles. Em entrevista, a filha do ex-coronel Nicoll, um dos asilados no país, conta que Alberto frequentava sua casa com frequência, “aparecendo do nada” (VALENTE, MARQUES, 2012).

Em um dos informes do CIEX, Alberto envia para o Centro uma cópia da carta que recebera de Nicoll, entregando também quais eram os codinomes utilizados pelos brasileiros entre si (CIEX, 1968j). Em outra comunicação, produzida com as informações de Alberto, é descrita uma reunião secreta que Nicoll fez em sua casa, com o intuito de planejar uma manobra de contrainformação. Alberto revela à Central a lista de todos os presentes e também o que foi discutido (CIEX, 1968k).

Um relatório tratando de uma reunião entre Alberto e uma agente chamada de “Dilma”, mostra mais uma vez onde o agente infiltrado entrega ao CIEX uma carta pessoal que recebera de um dos asilados brasileiros, junto com a explicação sobre os termos secretos que os brasileiros usaram na carta para se comunicar. Ele pede a Dilma que a carta seja “devolvida no mesmo dia” (CIEX, 1970c, p. 2).

Na mesma reunião, Alberto também repassa a Dilma um relatório de 37 páginas, que fez de suas viagens à Argélia, Paris, Cuba e Madrid. Viagens que seriam em prol de atividades dos grupos asilados de esquerda, mas que, na verdade, foram missões de espionagem para o CIEX.

Um dos usos que o CIEX tinha de seus agentes, além da entrega de informações, era a sabotagem dos movimentos de esquerda. Uma comunicação interna do Centro indaga o seguinte: “Gostaria que essa BEX examinasse, com o Operador de ALTAIR, a possibilidade de

se montar um esquema de ‘desinformação’, tanto de asilados como da comunidade de informações, com relação a ALTAIR” (CIEX, 1967b, p. 1). O plano era que Altair difundisse alguns telegramas “especialmente elaborados”. Nota-se aqui o detalhe de que o planejamento não era feito com o agente em si, mas sim com seu operador.

Em algumas passagens do dossiê, Brizola e sua relação com Alberto são citadas. Em 1968, Brizola recebeu uma carta de “amigos políticos no Brasil” que menciona o agente como sendo alguém: “perigoso, por ser jornalista competente, com maior experiência e capacidade para propiciar contatos com o Partido Comunista e outras organizações de esquerda” (CIEX, 1968l, p. 1). O informe conta que Brizola defendeu Alberto, e que estaria interessado em se aproximar dele para uma entrevista.

O idealizador do CIEX, Manoel Pio Corrêa, também é mencionado em um dos documentos. Em um dos informes de Alberto, ele relata que seu pai encontrou, por acaso, com Pio Corrêa na sede do Itamaraty. Nessa ocasião, o embaixador teria felicitado o pai do agente, por conta de seu filho estar “trabalhando para o serviço do Itamaraty” (CIEX, 1970d, p. 1).

Como já mencionado anteriormente, o fato de que o Itamaraty, por meio do CIEX, utilizava recompensas financeiras para seus agentes é comprovado pelos documentos encontrados no dossiê, contrariando a versão mentirosa que os diplomatas entrevistados pela CNV defenderam.

Várias comunicações mencionam os pagamentos em dinheiro à Alberto, incluindo um recibo assinado por ele, utilizando um de seus codinomes, “Carlos Silveira”. No recibo consta: “Por serviços prestados, recebi da Embaixada do Brasil a importância de 36 mil pesos (moeda uruguaia) e 400 cruzeiros (moeda brasileira), correspondente ao mês de março.” (CIEX, 1971a, p.1).

Eram comuns também as reclamações de Alberto, no sentido de conseguir um aumento de seu pagamento. Agentes relatam em reuniões como ele sempre mencionava esse assunto, e Alberto em si manda algumas cartas para o Centro, reclamando que não continuaria seu trabalho para a embaixada se não recebesse esse aumento, ameaçando até mudar de lado e servir outros grupos, como os norte-americanos.

Sobre a possibilidade de reajuste de seus pagamentos, o CIEX (1968m) disse que “Túlio” (um dos operadores), poderia “reexaminar a situação salarial do agente”, na condição

de Alberto apresentar “maior rendimento”, e entregar ao CIEX toda a rede de informações que o agente tinha montado junto de alguém com o codinome “Fonseca”.

Este Fonseca seria um operador que Alberto tinha junto de outro serviço de inteligência brasileiro para qual trabalhava. Infelizmente, não foi possível averiguar pelos documentos qual serviço seria esse. É plausível supor que essa agência se tratava do Cenimar, já que é conhecido que ele trabalhava para o serviço de inteligência Marinha desde 1964 (VALENTE, MARQUES, 2012), contudo, o próprio CIEX suspeitava que o agente trabalhava, na verdade, para diversas agências, não só as duas que se tem notícia.

Nesse caso, Alberto deveria “esclarecer de que rede se trata, quais seus integrantes, quais os acessos dos mesmos a informações e qual o mecanismo de funcionamento da rede” (CIEX, 1968m, p. 2). Além disso, o aumento de salário também estava condicionado à produção de informações de maior qualidade a respeito de Leonel Brizola:

Por outra parte, os mais recentes informes do agente sobre a organização dos asilados brasileiros têm carecido de clareza e coerência, pelo que ALTAIR deverá receber instruções no sentido de produzir um trabalho escrito dando uma visão do conjunto da situação atual, discriminando claramente os integrantes de cada grupo e suas atividades e *aprofundando a busca de dados sobre as atividades de Leonel BRIZOLA*. (CIEX, 1968m, p.2, *grifo meu*)

3.6 Considerações do CIEX sobre sua “natureza”

Retornando ao relatório produzido pelo CIEX sobre Alberto, existe uma passagem, na conclusão do documento, que fornece pistas a respeito de como o Centro de Informações do Exterior enxergava o seu papel dentro da estrutura da comunidade de informações brasileira.

Em primeiro lugar, o Centro busca justificar a necessidade de seus serviços, utilizando noções geopolíticas comuns às análises da política externa da época, a ideia do Brasil como uma potência emergente: “Como potência média emergente, o Brasil não pode prescindir, na guerra ou na paz, da utilização intensa das atividades de informações de sua política exterior” (CIEX, 1976^a, p. 7).

Tal necessidade seria ainda mais vital devido a posição periférica do país junto às demais nações da América do Sul. “É inconcebível pretender que o Brasil não realize qualquer esforço sério para conhecer as intenções dos principais atores no cenário político das nações circunvizinhas, ao que se agregaria informações econômicas, sociais, militares, etc. (CIEX, 1976a, p. 7).

Ou seja, a busca por conhecer as intenções dos atores políticos além de suas fronteiras, seria algo básico e óbvio para uma potência média na periferia do sistema internacional. A questão é, como se sabe, que esses atores, na prática, eram muitas vezes brasileiros asilados, militantes ou não, e os meios para se obter essas informações eram clandestinos e aliados à repressão.

O texto segue propondo uma pergunta retórica, uma “grande questão”, a de que se o Itamaraty deseja participar ou não da coleta de informações destinadas à formulação de política exterior brasileira. “Caso afirmativo, caberia perguntar: que tipo de serviço de informações interessaria manter?” (CIEEX, 1976a, p. 8).

As opções dadas pelo CIEEX são: uma primeira, limitada à utilização de correspondentes internacionais para o fornecimento de informações gerais para serem utilizadas pelas embaixadas; e uma segunda opção, que seria desenvolver um serviço secreto com regras próprias e com um pessoal treinado segundo as “necessidades que se colocassem em prática”.

Por fim, o papel de Alberto como um agente infiltrado é utilizado como exemplo para falar dessas questões maiores, relacionadas à “natureza” do CIEEX:

A questão assim, de permanência ou não de ALTAIR no CIEEX, esconde um problema de natureza mais profunda qual seja a escolha da natureza do serviço de Informações que o Itamaraty deve manter, e como corolário, o grau de participação que almeja deter no sistema brasileiro de informações. (CIEEX, 1976a, p. 8).

Como este trabalho buscou demonstrar, a opção escolhida pelo Itamaraty foi a segunda, e Alberto, vulgo Altair, continuou como agente infiltrado do CIEEX até o fim da ditadura militar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo responder a seguinte pergunta: de que forma a política externa do Brasil foi instrumentalizada para fins de repressão durante a ditadura militar? Para tanto, foi necessário estudar a história da política externa brasileira do período. Pretendeu-se com essa pesquisa, analisar as formas pelas quais o Itamaraty atuou como um agente de repressão da ditadura, através da revisão da literatura disponível; e contribuir para a construção dessa literatura, por meio de um trabalho com fontes primárias.

Como se trata de um trabalho da área de História da Política Externa, antes de lidar com a forma com que a política externa foi instrumentalizada para os fins de repressão, se fez necessária a revisão da literatura tradicional de política externa brasileira, esforço esse concentrado no primeiro capítulo. De forma geral, pode-se dizer que os autores dessa corrente enxergam a política externa colocada em prática pela ditadura como sendo exitosa. Os temas que preocupam esses autores se centralizam nas problemáticas do desenvolvimento econômico do país e da política externa como motor deste desenvolvimento.

Muito falam sobre a política externa estar agindo em nome do interesse nacional, do desenvolvimento do Brasil, e da colocação do país como uma potência emergente no cenário internacional. Repetem, por vezes, o discurso oficial das autoridades brasileiras, e enxergam o Itamaraty como um órgão relativamente isento, dotado de tradições e práticas próprias, que teria passado, de certa forma, incólume pelo período ditatorial. Parecem enxergar uma divisão entre o que é política interna e o que é política externa, por vezes caracterizando a primeira como retrógrada e a segunda como avançada e democrática, até esquerdista.

Presente nessa literatura está uma ideia de que a natureza autoritária e reacionária do governo golpista militar não afetou muito a política externa colocada em prática pelo Itamaraty. Nota-se o fato de que esses autores, por via de regra, não tiveram acesso aos arquivos do Itamaraty, o que seria uma possível explicação para as conclusões que chegaram.

O segundo capítulo trouxe a revisão da literatura crítica acerca do papel da diplomacia brasileira dentro do aparato de repressão da ditadura. O objetivo desse capítulo foi o de justamente tentar responder de forma geral a pergunta da pesquisa. Entender a política externa como sendo um tipo de política pública ajuda a desmentir a separação artificial e arbitrária entre o externo e o interno.

A política externa, mesmo sendo elaborada e conduzida por diversos atores, passa sim pelo crivo do Estado e do governo que o conduz. No caso da ditadura brasileira, isso ficou evidente, após o estudo dos diversos casos em que a natureza reacionária e autoritária do regime conduziu a política externa e interferiu dentro do Itamaraty, e quando o próprio Itamaraty escolheu se alinhar à repressão.

Foi visto como as Comissões de Inquérito dentro do MRE foram autorizadas por meio de imposições legislativas do governo militar, e como as mesmas resultaram na perseguição político-ideológica de membros do próprio ministério, com o aval e interesse de suas lideranças.

Outro fator estudado foi o alinhamento ideológico entre os chanceleres do Itamaraty e a Escola Superior de Guerra, instituição elitista responsável pela elaboração de pensamentos autoritários e antiesquerdistas, que acabaram por pautar a agenda de perseguição aos inimigos políticos da ditadura para além de suas fronteiras.

Continuando com o segundo capítulo, foi analisado como a diplomacia brasileira agiu com interesse e afinco, sob orientações diretas do executivo, para proteger o governo brasileiro de diversas denúncias de violações de direitos humanos, feitas em fóruns internacionais como a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA e a Comissão de Direitos Humanos da ONU. Defesas essas que obtiveram resultados positivos para o regime, e negativos para as suas centenas de vítimas.

Outro aspecto abordado foi o interesse que a diplomacia brasileira teve em apoiar o golpe de Estado no Chile, em 1973, que resultou numa das mais sangrentas ditaduras da época na América Latina. A cooperação do Brasil com a ditadura do Chile, e com demais ditaduras no Cone Sul, pode ser vista na participação brasileira na Operação Condor, um aparato repressivo transfronteiriço que levou ao desaparecimento e a morte de pessoas, muitas delas de esquerda, que enfrentavam de alguma forma os regimes autoritários no continente.

Por fim, o capítulo tratou do CIEX, que pode ser entendido como a institucionalização da repressão dentro do Itamaraty. Através deste órgão secreto, o ministério perseguiu e espionou cidadãos brasileiros e estrangeiros, defendendo diretamente os interesses da ditadura.

Por meio de uma revisão da literatura e também de uma análise de documentos primários do CIEX, o terceiro capítulo deste trabalho trouxe algumas descobertas, que podem contribuir para o fortalecimento da corrente crítica ao Itamaraty nos tempos da ditadura.

O CIEX, idealizado por Manoel Pio Corrêa, diplomata conservador e reacionário, foi fundado a partir das experiências de Corrêa no Uruguai, pra onde foi mandado pelo próprio presidente Castello Branco, com a missão de espionar Leonel Brizola e João Goulart.

Para além disso, é importante ressaltar também o passado anticomunista do Itamaraty, que já existia desde os governos de Vargas, mas que passa a ser institucionalizado na forma do CIEX a partir do golpe de 1964.

Dentre as contribuições deste trabalho, destacam-se o caso de Leonel Brizola e do CIEX. A pesquisa nos documentos demonstrou como todos os passos dos brasileiros eram vigiados, suas cartas pessoais eram violadas, seus movimentos eram seguidos, suas reuniões eram espionadas, suas viagens eram monitoradas.

Brizola era visto como um dos inimigos principais da ditadura, e o CIEX o tratou como tal. Todos aqueles que tinham contato com o político viravam alvos da rede de vigilância do Itamaraty. Nem aqueles que nada tinham de envolvimento com questões políticas, como a esposa e filho de Brizola, escapavam dos agentes do CIEX.

Mais do que vigiar, o CIEX também trabalhava com análises políticas e oferecia um serviço especulativo. A documentação mostra como os agentes tentavam decifrar as intenções de Brizola, procurando prever quais seriam seus próximos movimentos.

Acredita-se que a forma como o CIEX agiu no caso de Brizola pode servir como exemplo das práticas adotadas pelo órgão secreto em outros casos de espionagem de brasileiros e também estrangeiros. Os primeiros anos de funcionamento do CIEX produziram uma extensa quantidade de informes sobre Brizola, sendo os anos de 1966 até 1969 o auge dessa produção. Contudo, foi identificado durante a pesquisa que, a partir do ano de 1970, houve uma redução considerável no volume de informes.

Pode-se apenas conjecturar sobre os motivos de tal redução, nesse sentido, uma possibilidade é a de que, depois de 1970, o Itamaraty passa a se preocupar menos com Brizola; outra possibilidade é a de que faltam documentos no acervo do SIAN, por razão de não terem sido encontrados ainda, ou de terem sido destruídos por agentes do governo.

A análise do dossiê Altair trouxe mais contribuições ao campo de estudos. Fica evidente que o Itamaraty por meio do CIEX utilizou de agentes secretos pagos, contrariando a versão defendida por alguns diplomatas ao longo dos anos. Esses agentes eram pessoas vindas de fora

do ministério, que por sua vez eram monitorados e controlados por servidores do Itamaraty, que no caso do Uruguai, trabalhavam na embaixada em Montevidéu.

A utilização desses agentes não era uma prática improvisada, pelo contrário, os documentos mostram como era altamente organizada e sistematizada, sendo comum também a utilização de codinomes para evitar a identificação dos envolvidos.

Altair, agiu então como um agente duplo, infiltrado na comunidade de asilados brasileiros no Uruguai, a mando do MRE. O dossiê demonstra também como o caráter secreto do CIEEX acabava por atrapalhar a comunicação dentro da própria comunidade de inteligência da ditadura, como por exemplo na vez que Altair foi preso pelas autoridades brasileiras.

Além disso é possível verificar que existia uma certa competição e animosidade entre as diversas agências de inteligência, já que o CIEEX se preocupava com o fato de que Altair pudesse estar trabalhando para “mais de um mestre”.

Talvez uma das contribuições mais interessantes seja a possibilidade de o chanceler brasileiro ter um envolvimento direto com os acontecimentos dentro do CIEEX, como demonstra o documento em que um “ministro de Estado” supervisiona a reação do CIEEX à prisão de Altair no Uruguai.

Esse documento também revela uma prática de “queima de arquivo” do Itamaraty, quando esse ministro de Estado ordena que as comunicações acerca da prisão de Altair, que foram enviadas pelos canais normais da embaixada, fossem destruídas ou substituídas por informes ostensivos comuns. Não se sabe o quanto essa prática era comum, mas isso demonstra que ela existiu, e resultou na ocultação de informações importantes acerca do passado do Itamaraty como instituição.

Os temas tratados no capítulo 2 e as descobertas sobre o CIEEX trazidas pelo capítulo 3 representam muitas das formas com que a política externa brasileira foi instrumentalizada para fins de repressão política, respondendo assim à pergunta de pesquisa.

A política externa brasileira dos anos da ditadura não foi avançada, democrática, e nem esquerdista. Pelo contrário, o Itamaraty, entre os anos de 1964 e 1985, atuou ativamente como um membro do aparato reacionário, autoritário, antiesquerdista e repressivo da ditadura. A natureza do regime se fez sentir dentro do ministério, mas ele não foi também uma vítima dessas ingerências externas. Sua liderança conservadora, baseada em décadas de práticas

anticomunistas, agiu com afinco e interesse na defesa do regime autoritário e violador de direitos humanos que foi a administração militar.

Pode-se pensar o CIEX como uma face oculta da política externa do Brasil durante o período. Enquanto que, publicamente, a diplomacia brasileira se mostrava interessada e atuante nos temas de integração regional e desenvolvimento econômico, por baixo dos panos ela agia em nome dos interesses políticos e ideológicos da ditadura, no combate aos inimigos “subversivos” do regime.

Contudo, esta pesquisa não abrangeu toda a literatura disponível, sendo possível para pesquisas futuras expandir os assuntos abordados aqui. Ainda existem muitos documentos disponíveis nos arquivos do CIEX, sobre outros casos para além de Brizola, que podem também ser estudados.

Pesquisas em documentos localizados nas embaixadas brasileira podem fornecer novas pistas acerca das atividades do CIEX, e outros dossiês a respeito dos agentes duplos do órgão podem ser encontrados, o que permitirá com que as identidades escondidas pelos codinomes possam ser decifradas, e os culpados encontrados.

A compreensão do passado coletivo de uma sociedade é vital para entender os problemas que a afligem no presente e para evitar que os mesmos erros se repitam. Nesse sentido, entende-se que o Itamaraty e a diplomacia brasileira precisam assumir suas ações e seu envolvimento com esse período sombrio da história do país, reconhecendo sua responsabilidade.

REFERÊNCIAS

AGEE, Philip. Dentro da “Companhia”: **diário da CIA**. São Paulo: Círculo do Livro, 1976.

ALMEIDA, P. R. de. **Amado Luiz Cervo e a historiografia brasileira de relações internacionais**. *Intelligere*, [S. l.], n. 10, p. 1-14, 2020. DOI: 10.11606/issn.2447-9020.intelligere.2020.178316. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revistaintelligere/article/view/178316>. Acesso em: 10 out. 2022.

ANTUNES, Priscila. **Ditaduras militares e institucionalização dos serviços de informações na Argentina, no Brasil e no Chile**. In: ARAUJO, Maria Paula Nascimento et al. *Ditadura e Democracia na América Latina*. Rio de Janeiro: FGV, 2008. p. 201-244

AYÇAGUER, Ana Maria Rodriguez. **La diplomacia Del anticomunismo: la influencia del gobierno Getúlio Vargas em la interrupción de las relaciones diplomáticas de Uruguay com la URSS em diciembre de 1935**. *Estudos Ibero-Americanos*, PUCRS, v. XXXIV, n. 1, p. 92-120, junho de 2008.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Fórmula para o Caos: a Derrubada de Salvador Allende – 1970/1973**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

BARRETO, Anna Flavia Arruda Lanna; OLIVEIRA, Natália Silva Teixeira Rodrigues de. **Histórias de violações dos direitos humanos na Era Pinochet: sequestros, desaparecimentos forçados e autoritarismo**. *Estudos Ibero-Americanos: Direitos Humanos, História e memória (1968-2018)*, Porto Alegre, v. 45, p. 29-42, 2019.

BERNARDI, Bruno Boto. **Silêncio, obstáculos e omissões: a atuação da Comissão Interamericana de Direitos Humanos durante a ditadura militar brasileira**. In: 6º Encontro da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI). 2017. *Anais*, Belo Horizonte, p. 1-17, 2017. Disponível em: https://www.encontro2017.abri.org.br/resources/anais/8/1499698029_ARQUIVO_BrunoBotiBernardi_ABRI2017.pdf. Acesso em: 27 fev. 2023.

BUENO, C.; CERVO, A. L. **História da política exterior do Brasil**. 4ª ed. Brasília: Universidade de Brasília, 2011.

CARMO, Gessica Fernanda do. **Os soldados de terno?: ruptura, crise e reestruturação da diplomacia brasileira (1964-1969)**. Orientador: Miyamoto, Shiguenoli. 2018. 133 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Relações Internacionais - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018.

CARNEIRO, Wellington Pereira. **Crimes contra a humanidade**. Do holocausto à primavera árabe. A encruzilhada entre a história e os direitos humanos. Curitiba: Prismas, 2015

CASA CIVIL, 2014. v. 1. BRASIL. **ATO INSTITUCIONAL Nº 1 DE 9 DE ABRIL DE 1964**. 9 abr. 1964.

CASTILHO, Alessandra Beber. **Diplomacia e Repressão Política: a atuação do Centro de Informações do Exterior e da Divisão de Segurança e Informações do Ministério de Relações Exteriores no Chile (1968-1973)**. Orientador: Prof. Dr. Cláudio de Carvalho Silveira. 2015.

133 p. Tese (Mestrado em Relações Internacionais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

CASTILHO, Alessandra Beber. **Diplomacia e repressão política**: a atuação do Centro de Informações do Exterior e da Divisão de Segurança e informações do Ministério das Relações Exteriores no Chile (1968-1973). Orientador: Cláudio de Carvalho Silveira. 2015. 133 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Relações Internacionais - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

CASTILHO, Alessandra Beber. Intersecções entre política externa e repressão política: a atuação do Itamaraty no Chile durante o governo de Salvador Allende (1970-1973). **Revista Brasileira de Estudos Estratégicos**. Niterói, v. 9, n. 17 p. 151-180, 2017. Disponível em: <http://www.rest.uff.br/index.php/rest/article/view/129/113>. Acesso em: 27 fev. 2023.

CASTILHO, Alessandra Beber. O golpe de 1964 e a política externa brasileira dentro do contexto repressivo. **Revista NEIBA: Cadernos Argentina-Brasil**, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 57-68, 2014.

CERVO, Amado Luiz. **Amado Luiz Cervo (depoimento, 2017)**. Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (1h 30min)

CERVO, Amado Luiz. **Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático**. Revista Brasileira Política Internacional, Brasília, v. 46, n. 2, p. 5-25, jul./dez. 2003.

CIA, Central Intelligence Agency, **Estados Unidos**. 'Chile Declassification Project', Freedom Of Information Act Reading Room, Department of State, CIA Documents. 02 nov. 1972. Disponível em: <http://foia.state.gov/SearchColls/CIA.asp>. Acesso em: 26 nov. 2019.

CIA, Central Intelligence Agency, **Estados Unidos**. 1973a. Overview Statements on CIA Involvement in Chile in 1970. 20 feb. 1973. Disponível em: https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/DOC_0000096947.pdf. Acesso em: 26 nov. 2019.

CIA, Central Intelligence Agency, **Estados Unidos**. 1973b. Latin: America: The Aftermath of the Chilean Coup. 15 nov. 1973. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/readingroom/docs/CIA-RDP85T00875R001100160083-8.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2019.

CIEX, Ministério das Relações Exteriores, **Brasil**. Secreto. nº 493. 1966a. 03 nov.1966.

CIEX, Ministério das Relações Exteriores, **Brasil**. Secreto. nº 488. 1966b. 03 nov.1966.

CIEX, Ministério das Relações Exteriores, **Brasil**. Secreto. nº 467. 1966c. 21 out.1966.

CIEX, Ministério das Relações Exteriores, **Brasil**. Secreto. nº 427. 1966d. 17 out.1966.

CIEX, Ministério das Relações Exteriores, **Brasil**. Secreto. nº 403. 1966e. 04 out.1966.

CIEX, Ministério das Relações Exteriores, **Brasil**. Secreto. nº 369. 1966f. 19 set.1966.

CIEX, Ministério das Relações Exteriores, **Brasil**. Secreto. nº 245. 1966g. 05 ago.1966.

CIEX, Ministério das Relações Exteriores, **Brasil**. Secreto. nº 223. 1966h. 26 jul.1966.

CIEX, Ministério das Relações Exteriores, **Brasil**. Secreto. nº 022. 1967a. 09 jan.1967.

CIEX, Ministério das Relações Exteriores, **Brasil**. Informe Interno. nº 046. 1967b. 03 jul.1967.

CIEX, Ministério das Relações Exteriores, **Brasil**. Secreto. nº 097. 1967c. 31 jan.1967.

CIEX, Ministério das Relações Exteriores, **Brasil**. Secreto. nº 90. 1968a. 01 mar.1968.

CIEX, Ministério das Relações Exteriores, **Brasil**. Secreto. nº 95. 1968b. 01 mar.1968.

CIEX, Ministério das Relações Exteriores, **Brasil**. Secreto. nº 184. 1968c. 01 mar.1968.

CIEX, Ministério das Relações Exteriores, **Brasil**. Secreto. nº 211. 1968d. 19 abr.1968.

CIEX, Ministério das Relações Exteriores, **Brasil**. Secreto. nº 240. 1968e. 13 mai.1968.

CIEX, Ministério das Relações Exteriores, **Brasil**. Secreto. nº 307. 1968f. 07 jun.1968.

CIEX, Ministério das Relações Exteriores, **Brasil**. Secreto. nº 324. 1968g. 17 jun.1968.

CIEX, Ministério das Relações Exteriores, **Brasil**. Secreto. nº 347. 1968h. 28 jun.1968.

CIEX, Ministério das Relações Exteriores, **Brasil**. Informe Interno. nº 041. 1968i. 10 mai.1968.

CIEX, Ministério das Relações Exteriores, **Brasil**. Informe Interno. nº 072. 1968j. 26 dez.1968.

CIEX, Ministério das Relações Exteriores, **Brasil**. Informe Interno. nº 019. 1968k. 26 dez.1968.

CIEX, Ministério das Relações Exteriores, **Brasil**. Informe Interno. nº 038. 1968l. 18 set.1968.

CIEX, Ministério das Relações Exteriores, **Brasil**. Secreto. nº 376. 1969a. 14 out.1969.

CIEX, Ministério das Relações Exteriores, **Brasil**. Secreto. nº 389. 1969b. 24 out.1969.

CIEX, Ministério das Relações Exteriores, **Brasil**. Secreto. nº 346. 1970a. 12 out.1970.

CIEX, Ministério das Relações Exteriores, **Brasil**. Secreto. nº 431. 1970b. 19 nov.1970.

CIEX, Ministério das Relações Exteriores, **Brasil**. Informe Interno. nº 039. 1970c. 23 set.1970.

CIEX, Ministério das Relações Exteriores, **Brasil**. Pessoal-Secreto. nº 00. 1970d. 02 dez.1970.

CIEX, Ministério das Relações Exteriores, **Brasil**. Recibo. 1971a. 31 mar.1971.

CIEX, Ministério das Relações Exteriores, **Brasil**. Informe Interno. nº 006. 1972a. 22 dez.1972.

CIEX, Ministério das Relações Exteriores, **Brasil**. Secreto. nº 440. 1973a. 18 set.1973.

CIEX, Ministério das Relações Exteriores, **Brasil**. Informe Interno. nº 045. 1974. 07 jun.1974.

CIEX, Ministério das Relações Exteriores, **Brasil**. Informe Interno. nº 018. 1975a. 19 jun.1975.

CIEX, Ministério das Relações Exteriores, **Brasil**. Relatório. nº 018. 1976a. 17 set. 1976.

CNV. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade**. Brasília: Biblioteca da Comissão Nacional da Verdade, 2014a, v.1.

CORRÊA, Manoel Pio. **O Mundo em que vivi**. 3 ed. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1996. V. 2.

CUNHA, Luiz Cláudio. **Operação Condor: O sequestro dos Uruguaios**. 1ª ed. Porto Alegre: L&PM, 2008.

DAVIS, Nathaniel. **The Last Two Years of Salvador Allende**. London: I. B. Tauris & Co. Ltd. 1985.

FARIAS, Oswaldo Cordeiro de. Razões que levaram o governo a pensar na organização da Escola Superior de Guerra. **Revista da Escola Superior de Guerra**. p. 133-147. 1949

FARIAS, Rogério de Souza. **Fontes e interpretações da política externa brasileira pela obra de Roberto Simon**. [S. l.]: Editoria Mundorama, 10 mar. 2023. Disponível em: <https://medium.com/mundorama/fontes-e-interpretacoes-da-politica-externa-brasileira-pela-obra-de-roberto-simon-9dc96c613cb7>. Acesso em: 13 mar. 2023.

FERNANDES, Ananda Simões. **A ditadura brasileira e a vigilância sobre seu “inimigo interno” no Uruguai (1964-1967): os órgãos de repressão e de espionagem**. In: IX ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA. 2008. Anais. Rio Grande do Sul: ANPUH-RS, 2008. p.1-11.

FERNANDES, Ananda Simões. **A ditadura brasileira e a vigilância sobre seu “inimigo interno” no Uruguai (1964-1967): os órgãos de repressão e de espionagem**. In: IX ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA. 2008. **Anais**. Rio Grande do Sul: ANPUH-RS, 2008. p.1-11.

FERNANDES, Ananda Simões. **Quando o inimigo ultrapassa a fronteira: as conexões repressivas entre a ditadura civil-militar brasileira e o Uruguai (1964-1973)**. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.

FERNANDES, Ananda Simões. **Quando o inimigo ultrapassa a fronteira: as conexões repressivas entre a ditadura civil-militar brasileira e o Uruguai (1964-1973)**. Orientador: Enrique Serra Padros. 2009, 275 p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.

FERNANDES, Fernanda de Moura. **De Golpe a Golpe: política exterior e regime político no Brasil e no Chile (1964-1973)**. Orientador: José Flávio Sombra Saraiva. 2007. 130 p. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais), Universidade de Brasília. Brasília, 2009.

FERREIRA, Jorge. **Nacionalismo, democracia e reformas: as ideias políticas de Leonel Brizola (1961-1964)**. In: FREIRE, Américo; FERREIRA, Jorge. *A razão indignada: Leonel Brizola em dois tempos (1961-1964 e 1979-2004)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

FGV CPDOC. In: **Shiguenoli Miyamoto**. [S. l.], 2020. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/entrevistados/shiguenoli-miyamoto>. Acesso em: 15 dez. 2022.

FGV. **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001

FICO, Carlos et al. (orgs.). **Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

GASPARI, E. **A Ditadura Encurralada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

HARMER, Tanya. **Brazil's Cold War in the Southern Cone, 1970–1975**. *Cold War History*, [s. l.], v. 12, p. 659-681, 10 maio 2012. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14682745.2011.641953>. Acesso em: 27 fev. 2023.

HARMER, Tanya. **ALLENDE'S CHILE and the Inter-American Cold War**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2011.

LESSA, A. C. Resenha - História da Política Exterior do Brasil. **Revista Brasileira de Política Internacional**, p. 188–189, 25 ago. 2008.

LIMA, Sérgio Eduardo Moreira; FARIAS, Rogério de Souza (org.). **A PALAVRA DOS CHANCELERES NA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (1952-2012)**. Brasília: FUNAG, 2018. 739 p. ISBN 978-85-7631-780-7.

MALAN, Pedro Sampaio. **Relações Econômicas Internacionais do Brasil (1945-1964)**. In: FAUSTO, Bóris (Org.). História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo: Difel, 1984. p. 51-106. v. 11

MARQUES, T. C. S.; BRINGEL, B. M. **O exílio como ativismo transnacional na América Latina**: padrões de ação coletiva e redes (in)formais. In: 10º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP), 2016, Belo Horizonte-MG. Ciência Política e a política. Memória e futuro. Área temática: Sociologia política. Anais ..., Belo Horizonte, 2016

MARQUES, Teresa Cristina Schneider. **A atuação política de elites no exílio**: Leonel Brizola no Uruguai e em Portugal. Estudos Ibero-Americanos, vol. 44, núm. 1, Janeiro-Abril, 2018, pp. 213-227 Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

MARQUES, Teresa Cristina Schneider. **A atuação política de elites no exílio**: Leonel Brizola no Uruguai e em Portugal. Estudos Ibero-Americanos, vol. 44, núm. 1, Janeiro-Abril, 2018, pp. 213-227 Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

MARQUES, Teresa Cristina Schneider. **Ditadura, exílio e oposição**: os exilados brasileiros no Uruguai (1964-1968). Cuiabá, 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal de Mato Grosso

MEMORIAL da Resistência de São Paulo. In: **Alberto Otávio Conrado Avegno**: Perfil de Atuação e Biografia. [S. l.], 2013. Disponível em: <http://memorialdaresistencia.org.br/pessoas/alberto-otavio-conrado-avegno/>. Acesso em: 4 jan. 2023.

MILANI, Carlos R. S.; PINHEIRO, Leticia. Política externa brasileira: os desafios de sua caracterização como política pública. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 35, n. 1, p. 11-41, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cint/a/Dy6zLys78XTnTV8YFkY9ZJJ/?lang=pt#>. Acesso em: 27 fev. 2023.

MIYAMOTO, Shiguenoli (2013). **Política Externa Brasileira: 1964-1985**. Carta Internacional, vol 8, n 2, p. 03–19. 2013.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva. São Paulo: FAPESP, 2002.

NEGRÃO, João Henrique Botteri. **Selvagens e incendiários**: o discurso anticomunista do governo Vargas e as imagens da Guerra Civil Espanhola. São Paulo: Associação Editorial Humanitas e FAPESP, 2005.

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. **METODOLOGIA CIENTÍFICA: um manual para a realização de pesquisas em administração**. Catalão: UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS CAMPUS CATALÃO, 2011.

PADRÓS, Enrique Serra. OPERAÇÃO 30 HORAS: O URUGUAI E AS FRONTEIRAS IDEOLÓGICAS DA DITADURA BRASILEIRA. In: JORNADAS INTERESCUELAS / DEPARTAMENTOS DE HISTORIA, XIº., 2007, Tucumán. Anais [...]. San Miguel de

Tucumán: Universidad de Tucumán, 2007. Tema: Estructuras, sujetos y procesos en América Latina Contemporánea, p. 1-18.

PADRÓS, Enrique Serra; MARÇAL, Fábio Azambuja. Introdução – o Rio Grande do Sul no cenário da coordenação repressiva de segurança nacional. In PADRÓS, Enrique Serra; BARBOSA, Vânia M.; LÓPEZ, Vanessa Albuquerque; FERNANDES, Ananda Simões (orgs). **Ditadura de segurança nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória**. v. 3. Porto Alegre: Conag, 2009. p. 49-81.

PENNA FILHO, Pio. **O Itamaraty nos anos de chumbo: o Centro de Informações do Exterior (CIEEX) e a repressão no Cone Sul (1966-1979)**. Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília, v. 52, ed. 2, p. 43-62, 2009.

PENNA FILHO, Pio. **O Itamaraty nos anos de chumbo: o Centro de Informações do Exterior (CIEEX) e a repressão no Cone Sul (1966-1979)**. Revista Brasileira de Política Internacional, Brasília, v. 52, ed. 2, p. 43-62, 2009. Disponível em: https://bdpi.usp.br/bitstream/handle/BDPI/16896/art_PENNA_FILHO_O_Itamaraty_nos_anos_de_chumbo_o_2009.pdf.

PENNA FILHO, Pio. **Os Arquivos do Centro de Informações do Exterior (CIEEX): O elo perdido da repressão**. Acervo do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, v. 21, ed. 2, p.79-92, 2008.

PEREIRA, Anthony W. **Ditadura e Repressão: o autoritarismo e o Estado de Direito no Brasil, no Chile e na Argentina**. São Paulo: Paz e Terra, 2010

PINHEIRO, Letícia. **Política externa brasileira (1889 – 2002)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2004.

RICUPERO, Rubens. **A diplomacia na construção do Brasil: 1750-2016**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Versal, 2016. 781 p.

ROLIM, César Daniel de Assis. **Leonel Brizola e os setores subalternos das Forças Armadas Brasileiras:1961-1964**. Orientador: Profª. Dra. Carla Bradalisse. 2009. 266 p. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

ROLLEMBERG, Denise. **Exílio: entre raízes e radares**. Rio de Janeiro: Record,1999.

ROLLEMBERG, Denise. **O apoio de Cuba à luta armada no Brasil**. Rio de Janeiro: MAUD, 2001.

RONINGER, Luis. **Exílio massivo, inclusão e exclusão política no século XX**.Dados – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, v. 53, n. 1, 2010.

RORIZ, João. OS DONOS DO SILÊNCIO: A POLÍTICA EXTERNA DO REGIME MILITAR BRASILEIRO E A COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS DAS NAÇÕES UNIDAS. **Revista Lua Nova**. São Paulo, v. 9, n. 17, p. 151-180, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/v9wN6Ndt8RvF8kTyCkf7KxH/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 27 fev. 2023.

SARDENBERG, Idálio. Princípios fundamentais da Escola Superior de Guerra. **Revista da Escola Superior de Guerra**. p. 9-15. 1949

SEQUEIRA, Claudio Dantas. (2007a). **ESPIÕES NA PELE DE DIPLOMATAS**. Correio Braziliense, Brasília, 23 jul. 2007. Política.

SEQUEIRA, Claudio Dantas. (2007b). **O PAI DO SERVIÇO SECRETO DO ITAMARATY**. Correio Braziliense, Brasília, 23 jul. 2007. Política.

SEQUEIRA, Claudio Dantas. (2007c). **Embaixador responsável pela criação do serviço secreto no Itamaraty**, destinado a “vigiar” perseguidos políticos, se surpreende ao tomar conhecimento dos documentos do Ciex. Correio Braziliense, Brasília, 25 jul. 2007. Política.

SETEMY, Adrianna Cristina Lopes. **O ITAMARATY E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS DE REPRESSÃO AO COMUNISMO**: revisão e novos apontamentos historiográficos. CLIO: REVISTA DE PESQUISA HISTÓRICA, Macapá, ed. 31.2, 2014.

SETEMY, Adrianna Cristina Lopes. **SENTINELAS DAS FRONTEIRAS**: o Itamaraty e a diplomacia brasileira na produção de informações para o combate ao inimigo comunista (1935-1966). Orientadora: Maria Paula Nascimento Araújo. Co-orientador: Estevão de Rezende Martins. 2013. 341 p. Tese (Doutorado) Programa de Pós Graduação em História Social - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

SILVA REGO, M. R. (2018). **UM OLHAR SOBRE A TRAJETÓRIA POLÍTICA DE LEONEL BRIZOLA**. Revista Binacional Brasil-Argentina: Diálogo Entre As Ciências, 7(1), 451-456.

SIMON, Roberto. **O BRASIL CONTRA A DEMOCRACIA**: A ditadura, o golpe no Chile e a Guerra Fria na América do Sul. 1ª edição. Companhia das Letras. São Paulo, 2021.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas**: uma revisão da literatura. Sociologias, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

TAVARES, Flávio. **Memórias do esquecimento**. São Paulo: Globo, 1999.

TRIVIÑOS, Augusto. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987

VALENTE, RubensUBENS; MARQUES, LulaULA. Exclusivo: espião da ditadura fala à Folha. **Folha de São Paulo**, [S. l.], p. 1-1, 16 dez. 2012. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/1202004-exclusivo-espiao-da-ditadura-fala-a-folha.shtml>. Acesso em: 4 jan. 2023.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **A Política Externa do Regime Militar Brasileiro**: multilateralização, desenvolvimento e construção de uma potência média (1964-1985). Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1998.